



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE | 2017





ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE | 2017

Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges
Vice-Presidente	Celso Hermínio Soares Ribeiro
Diretora Administrativa	Maria Goreth de Carvalho
Edição	Instituto Nacional de Estatística Av. Cidade de Lisboa, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Design e Composição	Instituto Nacional de Estatística
Coordenação Técnica	Ana Angelina Furtado
Equipa Técnica	Danilton Oliveira Tavares Cátia Costa Éldon Lopes Leocádio José Carlos Borges Joseph Brites
Revisão	Josefa Lopes
Data Publicação	Dezembro 2018
Apoio ao utilizador	Divisão de Difusão Email: difusao.ine@ine.gov.cv

ENTIDADES PARCEIRAS

Ministério da Administração Interna (MAI)
Ministério da Educação (ME)
Ministério da Saúde e da Segurança Social (MSSS)
Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)
Banco de Cabo Verde (BCV)
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Instituto de Estradas (IE)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
Direção Nacional do Ambiente (DNA)
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)
Direção-Geral do Trabalho (DGT)
Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)
Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)
Agência de Aviação Civil (AAC)

SINAIS CONVENCIONAIS E UNIDADES DE MEDIDA

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Dado não disponível
E	Estimativa
P	Dado Provisório
n/a	Não se aplica
n.e	Não especificado

UNIDADES DE MEDIDA

ECV	Escudo de Cabo Verde
GWh	Gigawatt hora
ha	Hectare
Hab./km ²	Habitante por quilómetro quadrado
Km	Quilómetro
Km ²	Quilómetro quadrado
Kw	Quilowatt
KWh	Quilowatt hora
L	Litros
m	Metro
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TM	Toneladas Métricas
Ton.	Toneladas

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAC	Agência de Aviação Civil
AD	Aeródromo
AIAC	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
AIAP	Aeroporto Internacional Aristides Pereira
AICE	Aeroporto Internacional Cesária Évora
AIPNM	Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
ASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
BCV	Banco de Cabo Verde
CAE CV-Rev.1	Classificação das Atividades Económicas - Rev.1
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CSMJ	Conselho Superior de Magistratura Judicial
D.A.	Delegação Aduaneira
DGVSR	Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNICE	Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia
DR	Distrito de Recenseamento
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENI	Empresas em Nome Individual
FAO	Food and Agriculture Organization
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MSSS	Ministério da Saúde e da Segurança Social
PIB	Produto Interno Bruto
RNDB	Rendimento Nacional Disponível Bruto
SARL	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SPQ	Sociedade por Quota
VAB	Valor Acrescentado Bruto



Osvaldo M. Borges, Ph.D
Presidente do INE

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a 3ª edição (pós-independência) do Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV), desta feita, de 2017, que constitui a sua principal publicação de referência na disponibilização de informação estatística sobre vários assuntos da realidade cabo-verdiana à escala nacional e municipal.

O INE, enquanto órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional, Lei nº 35/VII/2009 de 2 de Março, é o responsável pela edição do AECV. Contudo, a elaboração do AECV-2017 representa um trabalho conjunto que envolve o INE, os demais Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais e as outras instituições públicas.

Tal como prometido no AECV 2016, o AECV-2017 fornece uma visão geral das tendências de desenvolvimento alinhadas com as agendas para o Desenvolvimento Sustentável, permitindo, desta forma, apoiar com maior regularidade, os processos de seguimento e avaliação dos objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, 2017-2021 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico, 2017-2021), regional (Agenda 2063) e mundial (Agenda 2030). Os indicadores apresentados são maioritariamente produzidos e divulgados no contexto do Sistema Estatístico Nacional. São também apresentados dados do país e outras informações estatísticas consideradas relevantes para a construção de séries estatísticas.

O AECV 2017 é o primeiro Anuário Estatístico de Cabo Verde com a linha de base dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No que tange aos anuários anteriores, foram introduzidas melhorias quer nos conteúdos, quer na configuração, respondendo cada vez mais e melhor às necessidades dos utilizadores. Com esta presente publicação, o INE prossegue, assim, a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana.

Esta publicação não teria sido possível sem a colaboração de diversas instituições nacionais e internacionais, pelo que o INE agradece a todos os parceiros nacionais e internacionais pelas suas importantes contribuições. Segue também uma palavra de apreço a todos os profissionais que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização desta publicação. O INE expressa ainda a sua total abertura para acolher críticas e sugestões dos utilizadores do AECV-2017.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a nova edição do Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2017, trazendo informação estatística de referência produzida pelos diferentes órgãos produtores de estatísticas que integram o Sistema Estatístico Nacional (SEN), assim como outras instituições que, embora não fazendo parte do SEN, produzem informações estatísticas que, validadas pelo INE devido à sua relevância, foram compiladas e disponibilizadas neste documento.

O AECV-2017, ora apresentado, fornece uma visão geral das tendências de desenvolvimento alinhadas com a nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assim sendo, com o intuito de apoiar os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam desse compromisso, esta edição encontra-se organizada em dezassete temas, tendo em conta os 17 objetivos dos desenvolvimentos sustentáveis.

Para cada tema, apresenta-se uma breve descrição dos dados de modo a auxiliar o utilizador na leitura, permitindo uma melhor compreensão das informações apresentadas. Os temas subdividem-se em duas partes: na primeira são apresentados os indicadores dos ODS produzidos no país e, na segunda apresentam-se outros indicadores e/ou informações relevantes e que dizem respeito aos assuntos abordados no respetivo tema.

As tabelas apresentam dados estruturados em série temporal, com ênfase nas informações mais recentes, privilegiando a desagregação por sexo, grupo etário, ilha, concelho e meio de residência.

As versões do AECV em papel e PDF apresentam, para alguns subtemas, exclusivamente, textos de análise estatística baseados nos principais indicadores. Portanto, as tabelas respeitantes a esses subtemas e aos demais abordados neste anuário encontram-se disponíveis no site do INE em formato XLS.

A presente publicação encontra-se redigida segundo as normas do novo Acordo Ortográfico.

ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

O INE pretende que os próximos Anuários Estatísticos estejam alinhados de acordo com os objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional, regional e Mundial. Assim sendo, com o intuito de apoiar os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam nesses compromissos, este anuário encontra-se organizado em 17 temas, a saber:



ÂMBITO TEMPORAL

O âmbito temporal desta publicação situa-se entre 2013 e 2017, como sendo o período de apresentação dos dados e indicadores disponíveis até 30 de Setembro de 2018. Alguns temas apresentam dados de anos anteriores a 2013. Embora o período de referência não seja uniforme para alguns temas, devido sobretudo à disponibilidade dos dados, envidaram-se esforços no sentido de disponibilizar informação estatística a mais recente possível para cada tema.

FORMAS DE ACESSO

Além da versão impressa, o AECV-2017 pode também ser consultado/importado através da versão digital (PDF e XLS), disseminado no portal oficial do INE – de livre acesso (<http://www.ine.cv>), em qualquer ponto do globo e a qualquer hora, tendo assim o utilizador acesso facilitado, desde que tenha uma conexão internet.

Na Biblioteca do INE, é possível consultar, de forma presencial e gratuita, a versão impressa do Anuário, assim como diversos outros documentos publicados tanto pelo INE como por outros organismos nacionais e internacionais.

MISSÃO

A Missão do Instituto Nacional de Estatística (INE) é produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade (fiável, atual e pontual) necessária ao conhecimento objetivo de uma sociedade em mudança, que ajude os Cabo-verdianos a conhecer melhor o seu país, a sua população, os seus recursos, a sua economia, a sua sociedade e a sua cultura.

VISÃO

O INE procura ser reconhecido como uma instituição estatística de referência:

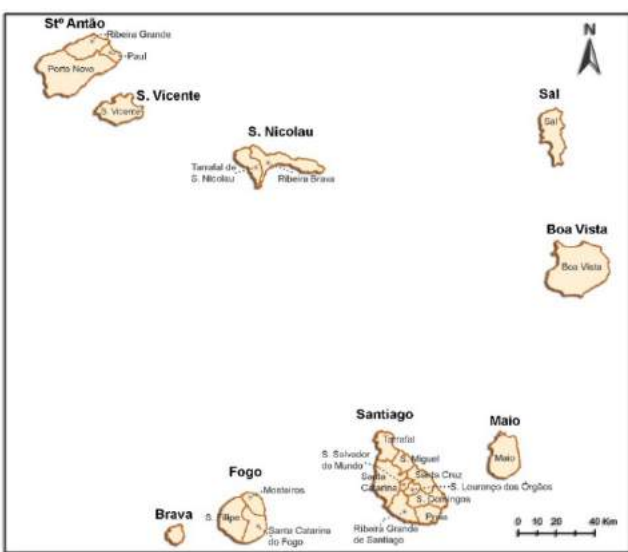
- Como produtor e fornecedor de informação estatística oficial de qualidade;
- Como organização tecnicamente independente e credível;
- Pelo contributo para a promoção da literacia estatística;
- Pelo empenhamento e eficácia na cooperação internacional.

VALORES

O INE pauta a sua ação pelos seguintes valores:

- Profissionalismo: A ação dos funcionários é orientada por princípios exigentes de caráter profissional e ético que regulam a atividade estatística oficial nacional;
- Compromisso na Qualidade dos produtos e serviços estatísticos oficiais, absorvendo a noção de que a atividade de cada um dos técnicos concorre para a produção de produtos e serviços de qualidade, definida pelos critérios de pertinência, precisão, atualidade, pontualidade, acessibilidade, clareza, comparabilidade, coerência e abrangência;
- Orientação para os Utilizadores: corresponde à noção de que os atuais e potenciais utilizadores da informação estatística oficial são a razão da existência do INE, o que implica a atribuição de um valor muito elevado às necessidades dos utilizadores e à utilidade de um trabalho conjunto, no sentido de corresponder às suas expectativas;
- Abertura à Sociedade: disposição para prestar uma atenção constante às transformações da sociedade, no sentido de adequar, e sobretudo, antecipar os produtos e serviços estatísticos oficiais às novas necessidades dos utilizadores;
- Eficiência: gestão baseada no princípio da análise custo/benefício, implementando processos técnicos e metodológicos suscetíveis de otimizar efetivamente a utilização de todos os recursos disponíveis;
- Respeito pelos Fornecedores da Informação Primária: elevada consideração pelos inquiridos que fornecem os dados individuais para a produção das estatísticas oficiais, encontrando-se soluções técnicas que permitam responder às necessidades crescentes de informação estatística oficial de qualidade e minimizando a carga estatística sobre os inquiridos;
- Motivação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos: O INE orienta os processos e as decisões de gestão com base na atribuição duma elevada consideração pela motivação e valorização profissional dos seus técnicos;
- Inovação: O INE valoriza e incentiva a atividade de reflexão cognitiva que desafie convenções, no sentido da melhoria contínua dos métodos, processos, produtos e serviços estatísticos oficiais, de forma a melhorar a eficiência e a eficácia.

O TERRITÓRIO DE CABO VERDE.....	13
ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA	25
ODS 2 – ERRADICAR A FOME	44
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE	50
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	74
ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO	99
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	106
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	112
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	121
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	145
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES.....	158
ODS 11 – CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.....	162
ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	169
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA	178
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA.....	184
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE.....	190
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES.....	194
ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO	200

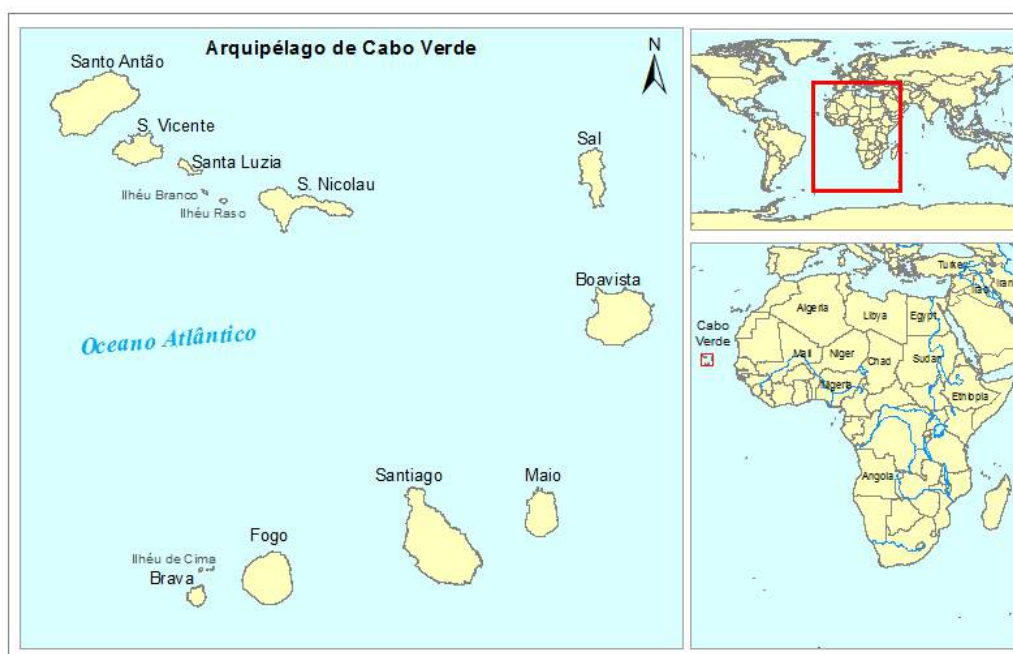
Nome Oficial	República de Cabo Verde			
Superfície (Terrestre)	4 033 km ²			
Bandeira				
Composição das ilhas	10 Ilhas e 5 principais ilhéus			
Data Descoberta	1460			
Data Independência	5 de Julho de 1975			
Divisão Administrativa	22 Concelhos distribuídos pelas seguintes ilhas:			
Santo Antão	Ribeira Grande Paul Porto Novo			
S. Vicente	S. Vicente			
S. Nicolau	Ribeira Brava Tarrafal de S. Nicolau			
Sal	Sal			
Boa Vista	Boa Vista			
Maio	Maio			
Santiago	Tarrafal			
	Santa Catarina			
	Santa Cruz			
	Praia			
Santiago	S. Domingos			
	S. Miguel			
	S. Salvador do Mundo			
	S. Lourenço dos Órgãos			
Fogo	Ribeira Grande de Santiago			
	Mosteiros			
	S. Filipe			
Brava	Santa Catarina do Fogo Brava			
Cidade Capital	Praia			
População (2017)	537 661			
Esperança de Vida à Nascença (2017)	Homens	72,2 (Anos)		
	Mulheres	80,2 (Anos)		
Língua Oficial	Português			
Língua Nacional	Crioulo (Cabo-verdiano)			
Moeda	Escudos Cabo-Verdianos (ECV)			
PIB a Preços de mercado (2016)	165 782	(Milhões de ECV)		
PIB per capita (2016)	312 067	(ECV)		



O TERRITÓRIO DE CABO VERDE

Neste tópico, expõem-se os principais dados/indicadores sobre os aspetos físicos do território, sobre a divisão administrativa, sobre as infraestruturas de transporte, assim como informações sobre a ocupação humana (ocupação e densidade populacional).

Figura 1 – Enquadramento/Localização de Cabo Verde



Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico, formado por dez ilhas - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava- e cinco¹ principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima), totalizando uma superfície aproximada de 4.033 km². Está situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.

¹ Mencionaram-se aqui 5 ilhéus, mas existem outros que, devido a suas menores dimensões, não foram referidos.



Ilhas atlânticas, de origem vulcânica, distam cerca de 500 km do promontório do Senegal, donde lhe adveio o nome. Em termos geomorfológicos, distinguem-se, essencialmente, dois grupos de ilhas: um grupo formado por ilhas montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), onde predominam as paisagens montanhosas e relevos bastante acidentados, com altitudes que alcançam até 2.829 metros e o grupo formado por ilhas planas (Sal, Boa Vista e Maio), caracterizadas pela quase inexistência de relevos montanhosos, onde marcam presença as extensas praias de areia branca, banhadas pelo azul-turquesa do atlântico.

Afigurando-se como o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W – ilha de Santo Antão), as ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura e, devido à sua localização geográfica (integra o grupo de países do Sahel), apresenta um clima árido e semi-árido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade, onde podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca, de dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho, de transição).

Descoberto entre 1460 e 1462 por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal, por um período de aproximadamente 500 anos, tendo as ilhas servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdianos.

A 5 de Julho de 1975, o país tornou-se independente e, desde então, tem feito um percurso visando o desenvolvimento, tendo efetuado diversas conquistas em diferentes frentes, o que lhe permitiu estar hoje colocado entre os Países de Rendimento Médio.

ASPETOS FÍSICOS DO TERRITÓRIO

O arquipélago de Cabo Verde, fruto da sua origem vulcânica e da sua natureza insular, é composto por dez ilhas, sendo nove habitadas. A ilha de Santiago, sendo a maior, com 991 Km², representa cerca de 24,6% do território nacional, seguindo-se a ilha de Santo Antão com 19,3% do território. A menor é Santa Luzia, com cerca de 35 Km² (0,9%).

O ponto mais alto do arquipélago encontra-se na Ilha do Fogo, onde o pico do vulcão atinge a altitude de 2.829 metros.

A Ponta de Chão de Mangrande, na ilha de Santo Antão, afigura-se como o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W).



Tabela 1 – Localização e altitude máxima das principais elevações (montanhas) de Cabo Verde

Ilhas	Designação (Monte)	Situação Geográfica		Orientação Predominante	Altitude (m)
		Latitude	Longitude		
Santo Antão	Tope da Coroa	17° 02' 05" N	25° 18' 00" W	Noroeste-Sueste	1 979
S. Vicente	Monte Verde	14° 52' 01" N	24° 65' 31" W	Norte-Sul	774
S. Nicolau	Monte Gordo			Noroeste-Sueste	1 304
Sal	Monte Grande			Nordeste-Sudoeste	406
Boa Vista	Santo António				378
Maio	Monte Penoso			Leste-Oeste	436
Santiago	Pico de Antónia	15° 02' 52" N	23° 38' 42" W	Nordeste-Sudoeste	1 392
Fogo	Pico do Fogo	14° 56' 52" N	24° 21' 11" W		2 829
Brava	Fontainhas	14° 50' 54" N	24° 42' 54" W	Leste-Oeste	976

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

Tabela 2 – Comprimento e largura máximos e superfície, por ilha/ilhéu

Ilha/Ilhéu	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Superfície Km ²
Santo Antão	42 750	23 970	779
S. Vicente	24 250	16 250	227
Santa Luzia	12 370	5 320	35
Ilhéu Branco	3 975	1 270	3
Ilhéu Raso	3 600	2 770	7
S. Nicolau	44 500	22 000	343
Sal	29 700	11 800	216
Boa Vista	28 900	30 800	620
Maio	24 100	16 300	269
Santiago	54 900	28 800	991
Fogo	26 300	23 900	476
Brava	10 500	9 310	64
Ilhéu Grande	2 350	1 850	2
Ilhéu Luís de Carneiro	1 950	500	0
Ilhéu de Cima	2 400	750	1

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PAÍS

Herdada do período colonial, a divisão administrativa do país tem conhecido algumas alterações ao longo dos anos, em especial após a independência. De referir que, em 1975 (ano da independência), em termos da divisão administrativa, o país encontrava-se estruturado em 14 concelhos, tendo sido criados o concelho dos Mosteiros em 1991, São Domingos em 1993 e São Miguel em 1996. Em 2005, foram criados 6 novos municípios, designadamente: Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau (fruto da divisão do concelho de São Nicolau); São Salvador do Mundo; São Lourenço dos Órgãos; Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina do Fogo, perfazendo, assim, os atuais 22 concelhos que compõem o país.



Tabela 3 – Divisão administrativa de Cabo Verde (1975-2005)

	1975	1991	1993	1996	2005
	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande
	Paul	Paul	Paul	Paul	Paul
	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo
	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente
	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	Ribeira Brava
	Sal	Sal	Sal	Sal	Tarrafal S. Nicolau
	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Sal
	Maio	Maio	Maio	Maio	Boa Vista
	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Maio
	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Tarrafal
	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Catarina
	Praia	Praia	Praia	Praia	Santa Cruz
	Fogo	Mosteiros	S. Domingos	S. Domingos	Praia
	Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel	S. Domingos
		Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel
	----	----	Brava	S. Filipe	S. Salvador do Mundo
	----	----	----	Brava	S. Lourenço dos Órgãos
	----	----	----	----	Ribeira Grande de Santiago
	----	----	----	----	Mosteiros
	----	----	----	----	S. Filipe
	----	----	----	----	Santa Catarina do Fogo
	----	----	----	----	Brava
N.º Concelhos	14	15	16	17	22

Nota: Os nomes dos concelhos, destacados a negrito, indicam a sua criação na data indicada.

DIVISÃO ESTATÍSTICA (DISTRITOS DE RECENSEAMENTO)

No contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN), e perseguindo fins meramente estatísticos, o Instituto Nacional de Estatística (INE) recorre à codificação das unidades administrativas do território, estabelecendo, a partir desta hierarquia, unidades territoriais de menores dimensões, edificando a divisão estatística ou os Distritos de Recenseamento (DR), cuja estrutura apresenta uma codificação de 6 dígitos, representando 4 níveis hierárquicos a saber: num 1º nível as ilhas, 2º nível os Concelhos, 3º nível as Freguesias e, por fim, os DR.

Atualmente, para fins estatísticos, o país encontra-se dividido em 948 DR, encontrando-se a ilha de Santiago com cerca de 51,9%, seguida de S. Vicente com 15,5%, Santo Antão com 9,2%. A Brava é a que tem menor proporção de DR (1,4%).



Tabela 4 – Número de Distritos de Recenseamento (DR), por ilha e concelho (2010)

Ilha	Concelho	N.º DR's
Santo Antão	Ribeira Grande	38
	Paul	12
	Porto Novo	38
S. Vicente	S. Vicente	147
S. Nicolau	Ribeira Brava	21
	Tarrafal de S. Nicolau	17
Sal	Sal	52
Boa Vista	Boavista	22
Maio	Maio	18
	Tarrafal	47
Santiago	Santa Catarina	84
	Santa Cruz	44
	Praia	217
	S. Domingos	23
	S. Miguel	32
	S. Salvador do Mundo	15
	S. Lourenço dos Órgãos	13
	Ribeira Grande Santiago	17
	Mosteiros	18
Fogo	S. Filipe	49
	Santa Catarina do Fogo	11
Brava	Brava	13

Fonte: Base de dados geoespacial do INE

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES

Em termos de rede rodoviária (entendam-se as estradas classificadas como Estrada Nacional-EN), em 2016, o país registava cerca de 1.148 Km de extensão, 37,9% das quais na ilha de Santiago, 18,8% na Ilha de Santo Antão, apresentando a ilha da Brava a menor proporção (2,5%). Nota-se que a distribuição da rede rodoviária apresenta uma certa proporcionalidade, em função do tamanho da superfície de cada Ilha.

Em relação às infraestruturas aeroportuárias, o país conta, atualmente, com quatro (4) aeroportos internacionais, situados nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente. As demais ilhas, excetuando as da Brava, Santo Antão e Santa Luzia, têm um aeródromo para voos domésticos.

Quanto a infraestruturas portuárias, à exceção de Santa Luzia, que não é habitada, todas as outras ilhas possuem-nas.



Rede Rodoviária Nacional

Tabela 5 – Extensão (em Km) e classificação da rede rodoviária nacional, por ilha (2017)

Ilha	Extensão (km)	Classe/Categoria (em Km)			
		1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	Rurais
Total					
Santo Antão	216,290	83,594	0,000	117,415	15,281
S. Vicente	60,326	8,578	25,847	20,382	5,519
S. Nicolau	102,197	25,956	4,996	71,245	0,000
Sal	29,434	21,833	0,000	7,601	0,000
Boa Vista	71,482	7,044	0,000	64,438	0,000
Maio	48,429	0,000	0,000	48,429	0,000
Santiago	435,085	167,406	0,000	222,299	45,380
Fogo	155,646	82,265	1,250	72,131	0,000
Brava	29,014	0,000	0,000	22,645	6,369

Fonte: Instituto das Estradas (IE)

Tabela 6 – Extensão (em Km) da rede rodoviária nacional, por ilha (2013-2017)

Ilha	2013	2014	2015	2016	2017
Total	1 029,210	1 029,210	1 130,200	1 130,200	1 147,903
Santo Antão	213,980	213,980	216,290	216,290	216,290
S. Vicente	54,810	54,810	60,330	60,330	60,326
S. Nicolau	94,100	94,100	102,200	102,200	102,197
Sal	21,830	21,830	29,430	29,430	29,434
Boa Vista	51,920	51,920	71,480	71,480	71,482
Maio	48,430	48,430	48,430	48,430	48,429
Santiago	389,710	389,710	417,390	417,390	435,085
Fogo	144,290	144,290	155,650	155,650	155,646
Brava	10,150	10,150	29,010	29,010	29,014

Fonte: Instituto das Estradas (IE)



Infraestruturas Aeroportuárias Nacionais

Tabela 7 – Identificação, classificação, localização e tamanho da pista (comprimento e largura) dos Aeroportos e Aeródromos de Cabo Verde

Ilha	Designação	Classificação	Localização		Pista (em metros)	
			Latitude	Longitude	Comprimento	Largura
S. Vicente	Aeroporto Internacional Cesária Évora	Internacional	16° 50' 01" N	25° 03' 17" W	2 000	45
S. Nicolau	Aeródromo de Preguiça (S. Nicolau)	Doméstico	16° 35' 17"N	24° 17' 03 W	1 400	30
Sal	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	Internacional	16° 44' 15" N	22° 57' 00" W	3 000	45
Boa Vista	Aeroporto Internacional Aristides Pereira	Internacional	16° 08' 14" N	22° 53' 19" W	2 100	45
Maio	Aeródromo do Maio	Doméstico	15° 09' 21" N	23° 12' 49" W	1 200	30
Santiago	Aeroporto Internacional Nelson Mandela	Internacional	14° 56' 28" N	23° 29' 05" W	2 100	45
Fogo	Aeródromo de S. Filipe	Doméstico	14° 53' 06 N	24° 28' 48" W	1 350	30

Fonte: Agência de Aviação Civil (AAC)

Infraestrutura Portuária Nacional

Tabela 8– Identificação e localização dos portos de Cabo Verde

Ilha	Concelho	Designação	Localização	
			Latitude	Longitude
Santo Antão	Porto Novo	Porto Novo	17° 01' 1.65" N	25° 03' 31.94" W
S. Vicente	S. Vicente	Porto Grande	16° 53' 27.05" N	24° 59' 46.09" W
S. Nicolau	Tarrafal de S. Nicolau	Porto do Tarrafal	16° 33' 59.35" N	24° 21' 35.77" W
Sal	Sal	Porto da Palmeira	16° 45' 17.33" N	22° 58' 58.73" W
Boa Vista	Boa Vista	Porto de Sal Rei	16° 10' 40.88" N	22° 55' 26.40" W
Maio	Maio	Porto Inglês	15° 08' 30.93" N	23° 13' 9.23" W
Santiago	Praia	Porto da Praia	14° 54' 38.41" N	23° 29' 55.85" W
Fogo	S. Filipe	Porto Vale Cavaleiros	14° 55' 13.40" N	24° 30' 15.20" W
Brava	Brava	Porto da Furna	14° 53' 16.49" N	24° 40' 41.07" W

Fonte: ENAPOR

DENSIDADE POPULACIONAL

Considerando o número da população residente (projeções demográficas 2010 – 2030), no que se refere à densidade populacional, regista-se um aumento paulatino, assinalando um crescimento em cerca de 5% entre 2013 e 2017. Neste último ano registou-se o valor de 133,32 habitantes/km², a nível do país.

A nível das ilhas, em 2017, destaca-se a disparidade de valores por ilha, tendo a ilha de São Vicente registado a maior densidade populacional de Cabo Verde (364,23 hab./Km²), seguida



da ilha de Santiago (304,64 hab./km²) e Sal (170,23 hab./km²). No contexto nacional, estas ilhas apresentam-se como as mais atrativas e as que têm registado maiores ganhos em termos de população residente. Por outro lado, muitos desafios se lhes apresentam, em especial no que respeita ao ordenamento e gestão do território, devido à forte pressão exercida pelas populações sobre os recursos disponíveis.

A ilha da Boa Vista, a menos densamente povoada, tem registado, nos últimos anos, um rápido crescimento populacional, consequentemente, um significativo aumento da densidade populacional, passando de 19,86 hab./Km², em 2013, para 26,81 hab./Km², em 2017 (aumento de 35,0% entre 2013 e 2017).

Contrariamente, as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava apresentaram uma redução da população residente e, consequentemente, da densidade populacional, fruto, essencialmente, do processo migratório (interno e externo) que nelas se regista.

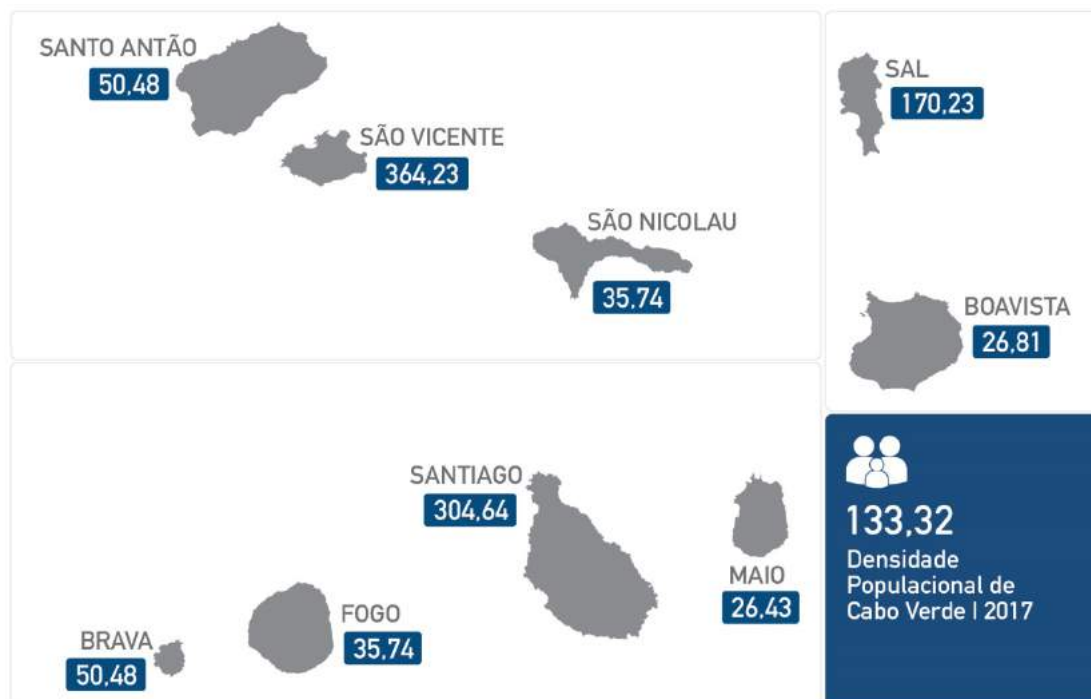
Tabela 9 – Densidade Populacional (Habitantes/Km²), por ilha (2012-2016)

	Superfície (Km ²)	Densidade Populacional				
		2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	4 033	127	128,56	130,13	131,72	133,32
Santo Antão	779	53,74	52,88	52,05	51,25	50,48
S. Vicente	227	349,08	353,04	356,89	360,63	364,23
S. Nicolau	343	36,74	36,48	36,22	35,98	35,74
Sal	216	141,92	149,11	156,24	163,28	170,23
Boa Vista	620	19,86	21,57	23,31	25,05	26,81
Maio	269	25,77	25,82	25,95	26,15	26,43
Santiago	991	289,03	292,9	296,81	300,73	304,64
Fogo	476	76,29	75,77	75,29	74,83	74,40
Brava	64	90,99	90	89,03	88,09	87,17

Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030



Figura 2 – Densidade Populacional (habitantes/Km²) por ilha (2017)



Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030

AS CIDADES E VILAS EM CABO VERDE

Até ao primeiro semestre de 2010, o país contava com 6 cidades (Praia, Mindelo, Assomada, S. Filipe, Porto Novo e Cidade de Santiago de Cabo Verde). Com a entrada em vigor da Lei nº 77/VII/2010 (B.O. nº 32, de 23 de agosto de 2010), passou então a contar com 24 cidades, em que cada concelho abriga uma cidade, com exceção dos concelhos de Ribeira Grande de Santo Antão e Sal, com duas cidades cada um, ou seja, 9 cidades em Santiago, 4 em Santo Antão, 3 na ilha do Fogo, 2 na ilha do Sal, 2 em São Nicolau e 1 em cada uma das restantes ilhas.

Recentemente, com a aprovação do Decreto-lei nº 45/2015, 19 localidades, em todas as ilhas, à exceção de São Vicente, passaram a ostentar a categoria de Vila.



Tabela 10 – Identificação e designação das Cidades de Cabo Verde (2017)

Ilha	Concelho	Designação
Santo Antão	Ribeira Grande	Cidade de Ponta do Sol
		Cidade de Povoação
	Paul	Cidade das Pombas
	Porto Novo	Cidade de Porto Novo
S. Vicente	S. Vicente	Cidade de Mindelo
S. Nicolau	Ribeira Brava	Cidade da Ribeira Brava
	Tarrafal de S. Nicolau	Cidade de Tarrafal de S. Nicolau
Sal	Sal	Cidade dos Espargos
		Cidade de Santa Maria
Boa Vista	Boa Vista	Cidade de Sal Rei
Maio	Maio	Cidade do Porto Inglês
	Tarrafal	Cidade de Tarrafal
	Santa Catarina	Cidade de Assomada
	Santa Cruz	Cidade de Pedra Badejo
	Praia	Cidade da Praia
	S. Domingos	Cidade da Várzea da Igreja
	S. Miguel	Cidade da Calheta de S. Miguel
	S. Salvador do Mundo	Cidade de Achada Igreja
	S. Lourenço dos Órgãos	Cidade de João Teves
Santiago	Ribeira Grande de Santiago	Cidade de Santiago de Cabo Verde
	Mosteiros	Cidade da Igreja
	S. Filipe	Cidade de S. Filipe
	Santa Catarina do Fogo	Cidade de Cova Figueira
Brava	Brava	Cidade de Nova Sintra

Fonte: B.O n.º 32 – I Série (Lei nº 77/VII/2010)



Tabela 11 – Identificação e localização das Vilas de Cabo Verde (2017)

Ilha	Concelho	Designação
Santo Antão	Ribeira Grande	Vila de Chã de Igreja
		Vila de Coculi
	Porto Novo	Vila de Ribeira das Patas
S. Nicolau	Ribeira Brava	Vila de Fajã de Baixo
		Vila de Juncalinho
	Tarrafal de S. Nicolau	Vila de Praia Branca
Sal	Sal	Vila da Palmeira
Boa Vista	Boa Vista	Vila de Rabil
Maio	Maio	Vila da Calheta
		Vila de Barreiro
		Vila de Ribeira das Pratas
Santiago	Tarrafal	Vila de Achada Tenda
		Vila de Chã de Tanque
		Vila de Achada Falcão
	Santa Catarina	Vila de Ribeira da Barca
		Vila de Achada do Monte
Fogo	S. Filipe	Vila de Ponta Verde
		Vila de Patim
Brava	Brava	Vila de Nossa Senhora do Monte

Fonte: B.O n.º 55 - I Série (Decreto– lei n.º 45/2015)





O ODS 1 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1) trata da pobreza, cuja erradicação é entendida como ponto central para toda a estratégia de desenvolvimento sustentável. Para tanto é necessário focar nas populações mais vulneráveis e no aumento do acesso a recursos e serviços básicos.



ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

As estratégias traçadas para a erradicação da pobreza nacional, apoiam-se na disponibilização de indicadores estatísticos para traçar políticas e programas, por forma a cumprir as metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento sustentável.

Os indicadores do ODS 1, apresentados neste tema, estão relacionados com as metas da erradicação da pobreza extrema em todos os lugares e da redução de pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, provenientes do Inquérito às Despesas e Rendimento das Famílias (IDRF) de 2015.

Foram também incorporados neste tema os resultados das projeções demográficas e informações estatísticas sobre a Proteção Social.

Indicador 1.1.1 Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

Tabela 12 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por meio de residência (2015)

	Total	Não pobre internacional	Pobre internacional	População abaixo da linha da pobreza internacional (%)
Cabo Verde	511 217	389 871	121 346	23,7
Meio de Residência				
Urbano	328 815	280 541	48 274	14,7
Rural	182 402	109 330	73 072	40,1

Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 13 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por concelho (2015)

	Total	Não pobre internacional	Pobre internacional	População abaixo da linha da pobreza internacional (%)
Cabo Verde	511 217	389 871	121 346	23,7
Concelho				
Ribeira Grande	17 508	12 978	4 530	25,9
Paul	5 251	2 916	2 335	44,5
Porto Novo	18 228	11 385	6 843	37,5
S. Vicente	75 162	62 900	12 263	16,3
Ribeira Brava	8 345	6 300	2 045	24,5
Tarrafal de S. Nicolau	5 233	2 576	2 657	50,8
Sal	31 370	28 237	3 133	10,0
Boavista	11 679	11 252	427	3,7
Maio	6 130	4 524	1 605	26,2
Tarrafal	18 199	13 328	4 871	26,8
Santa Catarina	46 615	33 421	13 194	28,3
Santa Cruz	29 556	16 367	13 189	44,6
Praia	142 287	122 906	19 382	13,6
S. Domingos	15 081	9 736	5 345	35,4
S. Miguel	15 455	10 685	4 770	30,9
S. Salvador do Mundo	8 913	4 918	3 995	44,8
S. Lourenço dos Órgãos	7 314	4 526	2 788	38,1
Ribeira Grande de Santiago	8 748	6 149	2 599	29,7
Mosteiros	8 896	6 174	2 722	30,6
S. Filipe	19 940	10 722	9 218	46,2
Santa Catarina do Fogo	4 991	3 806	1 185	23,7
Brava	6 316	4 064	2 252	35,7

Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

Fonte: INE, IDRF 2015



Indicador 1.1.1 Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90/dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

Tabela 14 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90/ dia), por sexo, grupo etário e condição perante o trabalho (2015)

	Total	Não pobre internacional	Pobre internacional	População abaixo da linha da pobreza internacional (%)
Sexo				
Masculino	245 838	189 159	56 679	23,1
Feminino	265 379	200 712	64 667	24,4
Grupo etário				
0-4 anos	52 327	35 997	16 330	31,2
5-14 anos	104 784	73 409	31 375	29,9
15-24 anos	103 076	76 766	26 310	25,5
25-34 anos	79 809	65 621	14 187	17,8
35-64 anos	134 721	108 996	25 725	19,1
65 anos ou mais	31 409	25 515	5 894	18,8
Condição perante o trabalho				
Empregador /Patrão	192 282	158 977	33 305	17,3
Desempregado	20 120	15 397	4 723	23,5
Inativo	298 815	215 497	83 318	27,9
Grupo socioeconómico				
Administração pública	32 321	29 035	3 287	10,2
Setor empresarial do Estado	6 844	6 371	473	6,9
Setor empresarial privado	69 199	58 825	10 374	15,0
Militar / Forças armadas	810	788	21	2,6
Conta própria sem pessoal ao serviço	49 914	38 556	11 358	22,8
Empregador /Patrão	8 067	6 763	1 303	16,2
Trabalhador familiar não remunerado	7 565	5 565	2 000	26,4
Casa de família	11 979	8 647	3 332	27,8
Outro	3 798	2 920	878	23,1
Reformado	7 927	7 464	463	5,8
Proprietário	319	295	24	7,5
Desempregado	20 120	15 397	4 723	23,5
Inativo	298 815	215 497	83 318	27,9

Nota: Limiar Internacional da Pobreza (1,90 dólares = 192,98 CVE a Taxa de Câmbio de 101,57 de 2015)

Fonte: INE, IDRF 2015

Indicador 1.2.1. Proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade.

Em 2015, Cabo Verde registou uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35%, o que significa que 179.909 pessoas são consideradas pobres, ou seja, vivem com um consumo médio anual por pessoa abaixo do limiar da pobreza. A pobreza absoluta extrema fixou-se em 10,6%, em 2015.

Tabela 15 – Distribuição da população segundo o estatuto na pobreza, incidência da pobreza global e da pobreza extrema, por sexo e grupo etário (2015)

	Total	Estatuto na pobreza			Incidência na pobreza (%)	
		Não pobre	Pobre	Pobreza extrema	Pobreza global (%)	Pobreza extrema (%)
Cabo Verde	511 217	331 308	179 909	54 395	35,2	10,6
Sexo						
Masculino	245 838	161 072	84 766	25 254	34,5	10,3
Feminino	265 379	170 236	95 143	29 142	35,9	11
Grupo etário						
0-4 anos	52 327	29 103	23 224	7 904	44,4	15,1
5-14 anos	104 784	59 573	45 211	14 821	43,1	14,1
15-24 anos	103 076	63 544	39 532	11 638	38,4	11,3
25-34 anos	79 809	57 741	22 067	6 331	27,7	7,9
35-64 anos	134 721	95 628	39 094	10 552	29	7,8
65 anos ou mais	31 409	22 857	8 552	2 673	27,2	8,5

Fonte: INE, IDRF 2015



Indicador 1.2.2. Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que se encontram abaixo da linha de pobreza nacional, para as várias dimensões de análise.

Tabela 16 – Dimensão, composição, taxa de dependência, número médio de anos de estudo máximo no agregado e tipologia dos agregados familiares, segundo meio residência e estatuto na pobreza (2015)

	Cabo Verde		
	Não pobre	Pobre	Muito pobre
Dimensão média do agregado	3,5	5,5	6,1
1 - 2 pessoas	33,4	8,3	2,6
3 - 4 pessoas	41,5	30,3	25,9
5 - 6 pessoas	17,8	32,7	34,7
7+ pessoas	7,4	28,8	36,8
Composição do agregado (Nº médio)			
Crianças menores 5 anos	0,4	0,8	1
Crianças menores 14 anos	0,9	2,1	2,5
Crianças menores 17 anos	1,1	2,5	3
Idosos 65 anos ou mais	0,2	0,3	0,3
Ativos 15 - 64 anos	2,3	3,1	3,2
Pessoas empregadas	1,5	1,6	1,5
Taxa de dependência	51,4	76,5	89,1
Nº médio de anos de estudo máximo no agregado¹	10,5	8,9	8,5
Tipologia do agregado			
Unipessoal	15,4	1,4	0,4
Casais isolados	5,9	2	0,9
Casais isolados com filhos	25,9	24,7	22,7
Conjugais compósitos	14,3	24,7	26,4
Monoparental nuclear	16,4	15,6	13
Monoparental compósito	21,3	31,4	36,4
Agregados sem relação de parentesco	0,9	0,2	0,2
Tipologia do agregado segundo existência ou não de crianças menores de 15 anos			
Unipessoal	15,4	1,4	0,4
Conjugais com crianças	33	44,9	45,6
Monoparentais com crianças	23,5	39,9	45,7
Agregados sem crianças	28,1	13,8	8,3

1 - Número médio de anos de estudo das pessoas com maior ano de estudo no agregado familiar

Fonte: INE, IDRF 2015



Tabela 17 – Dimensão, composição, taxa de dependência, número médio de anos de estudo máximo no agregado e tipologia dos agregados familiares, segundo meio residência e estatuto na pobreza (2015)

	Urbano			Rural		
	Não pobre	Pobre	Muito pobre	Não pobre	Pobre	Muito pobre
Dimensão média	3,4	5,4	6,1	3,8	5,6	6,0
Dimensão do agregado						
1 - 2 pessoas	34,2	8,8	1,7	31,0	7,7	3,0
3 - 4 pessoas	42,5	30,2	23,9	38,6	30,3	26,9
5 - 6 pessoas	17,0	33,1	34,3	19,9	32,2	34,8
7+ pessoas	6,3	27,8	40,1	10,6	29,7	35,3
Composição do agregado (Nº médio)						
Crianças menores 5 anos	0,4	0,9	1,2	0,4	0,8	1,0
Crianças menores 14 anos	0,9	2,1	2,7	1,0	2,1	2,4
Crianças menores 17 anos	1,1	2,5	3,2	1,3	2,5	2,9
Idosos 65 anos ou mais	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3
Ativos 15 - 64 anos	2,3	3,1	3,1	2,4	3,1	3,2
Pessoas empregadas	1,5	1,6	1,4	1,4	1,6	1,5
Taxa de dependência	49,0	74,6	95,6	57,9	78,4	86,1
Nº médio de anos de estudo máximo no agregado¹	11,1	9,3	8,8	8,7	8,4	8,4
Tipologia do agregado						
Unipessoal	15,5	1,7	0,0	15,0	1,2	0,5
Casais isolados	6,1	1,6	0,0	5,2	2,5	1,4
Casais isolados com filhos	27,7	25,0	22,9	21,0	24,3	22,6
Conjugais compósitos	13,1	23,1	22,5	17,6	26,5	28,3
Monoparental nuclear	17,1	18,9	16,0	14,4	12,1	11,6
Monoparental compósito	19,5	29,7	38,6	26,3	33,2	35,4
Agregados sem relação de parentesco	1,0	0,1	0,0	0,5	0,2	0,3
Tipologia do agregado segundo existência ou não de crianças menores de 15 anos						
Unipessoal	15,5	1,7	0,0	15,0	1,2	0,5
Conjugais com crianças	33,5	43,9	39,0	31,7	46,0	48,7
Monoparentais com crianças	22,7	41,0	51,0	25,6	38,7	43,2
Agregados sem crianças	28,2	13,5	10,0	27,7	14,1	7,6

1 - Número médio de anos de estudo das pessoas com nível de estudo mais elevado no agregado familiar

Fonte: INE, IDRF 2015



Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.

Em 2017, de acordo com os dados do Centro Nacional de Pensões Sociais, cerca de 4% da população estavam abrangidas pela pensão social, dos quais, a maior parte era do sexo feminino.

Figura 3 – Proporção da população abrangida pela pensão social do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) por sexo (2017)



Fonte: Centro Nacional de Pensões Sociais

No que concerne ao tipo de pensão, verifica-se que cerca de 80% dessa população dispunha da pensão básica, 19% da pensão de invalidez e 1% da pensão de sobrevivência.

Figura 4 – Distribuição (em %) da população abrangida pela pensão do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) por tipos de pensão (2017)



Fonte: Centro Nacional de Pensões Sociais

Em 2017, do total dos pensionistas ativos no Instituto Nacional de Previdência Social, 57,8% são por velhice, cerca de 30% por sobrevivência e 13,5% por invalidez.

Figura 5 – Proporção (em %) de pensionistas ativos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), por tipo de pensões (2017)



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



OUTROS INDICADORES

População

De acordo com os dados do INE sobre as projeções demográficas da população de 2010 a 2030, a população de Cabo Verde, no período 2013-2017, cresceu a um ritmo de 1,21%. Em 2017, contabilizaram-se 537.661 pessoas residentes, portanto, com um acréscimo de 6.422 habitantes, em relação ao ano 2016.

A análise por concelho indica que Praia e São Vicente apresentam uma maior concentração da população, representando, em 2017, respetivamente, 29,6% e 15,4% do total da população do país. Os concelhos com menor concentração de população são Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo, com igual percentagem (1,0%).

Tabela 18 – População residente em Cabo Verde, por concelho (2013-2017)

Concelho	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	512 173	518 467	524 833	531 239	537 661
Ribeira Grande	17 748	17 375	17 017	16 674	16 347
Paul	6 433	6 261	6 099	5 940	5 789
Porto Novo	17 681	17 556	17 431	17 308	17 188
S. Vicente	79 241	80 140	81 014	81 863	82 680
Ribeira Brava	7 347	7 262	7 182	7 108	7 035
Tarrafal de S. Nicolau	5 254	5 249	5 242	5 233	5 225
Sal	30 655	32 208	33 747	35 268	36 769
Boavista	12 313	13 376	14 451	15 534	16 621
Maio	6 932	6 947	6 980	7 034	7 111
Tarrafal	18 424	18 367	18 314	18 264	18 217
Santa Catarina	44 387	44 745	45 123	45 516	45 922
Santa Cruz	26 509	26 436	26 360	26 277	26 190
Praia	143 787	147 607	151 436	155 252	159 047
S. Domingos	13 970	14 004	14 037	14 070	14 103
São Miguel	15 067	14 867	14 671	14 482	14 299
S. Salvador do Mundo	8 670	8 661	8 652	8 642	8 631
S. Lourenço dos Órgãos	7 233	7 179	7 127	7 079	7 033
Ribeira Grande de Santiago	8 385	8 399	8 415	8 437	8 461
Mosteiros	9 428	9 394	9 364	9 336	9 310
S. Filipe	21 587	21 384	21 194	21 018	20 852
Santa Catarina do Fogo	5 299	5 290	5 279	5 267	5 254
Brava	5 823	5 760	5 698	5 638	5 579

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

A taxa de crescimento natural (TCN) sofreu uma diminuição, passando de 1,5% em 2013, para 1,3% em 2017. No que concerne à taxa de crescimento médio anual (TCMA), esta manteve o mesmo valor (1,2%) registado em 2016.

Em 2017, a esperança média de vida para os homens foi de 72,2 anos, enquanto para as mulheres foi de 80,2 anos, apontando para uma diferença média de 8 anos de vida.



Tabela 19 – Taxa anual de Crescimento Natural (TCN), Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) e Esperança de Vida à nascença (2013-2017)

	Taxa anual de Crescimento Natural (TCN) (%)	Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) -(-%)	Esperança de vida ao nascer (ano)	
			e 0 (Masculino)	e0 (Feminino)
2013	1,46	1,22	70,7	79,5
2014	1,43	1,23	71,1	79,7
2015	1,38	1,23	71,5	79,9
2016	1,33	1,22	71,8	80,0
2017				
Cabo Verde	1,28	1,21	72,2	80,2
Ribeira Grande	0,48	-1,96	72,2	80,2
Paul	0,61	-2,54	72,2	80,2
Porto Novo	1,08	-0,70	72,2	80,2
S. Vicente	1,12	1,00	72,2	80,2
Ribeira Brava	0,59	-1,02	72,2	80,2
Tarrafal S. Nicolau	1,17	-0,16	72,2	80,2
Sal	2	4,25	72,2	80,2
Boa Vista	1,54	7,00	72,2	80,2
Maio	0,87	1,09	72,2	80,2
Tarrafal	1,41	-0,26	72,2	80,2
Santa catarina	1,19	0,89	72,2	80,2
Santa Cruz	1,24	-0,33	72,2	80,2
Praia	1,51	2,44	72,2	80,2
S. Domingos	1,19	0,23	72,2	80,2
S. Miguel	1,04	-1,26	72,2	80,2
S. Salvador do Mundo	1,09	-0,12	72,2	80,2
S. Lourenço dos Órgãos	0,80	-0,65	72,2	80,2
Ribeira Grande de Santiago	1,08	0,28	72,2	80,2
Mosteiros	1,19	-0,28	72,2	80,2
S. Filipe	0,99	-0,79	72,2	80,2
Santa Catarina do Fogo	1,28	-0,25	72,2	80,2
Brava	0,98	-1,05	72,2	80,2

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 - 2030

Estrutura etária da população

Na estrutura etária da população, verifica-se que, em 2017, o número de pessoas dos 0 aos 14 anos de idade foi de 153.779 (28,6% do total da população residente). O grupo dos 15 aos 24 anos conta com 100.401 (18,7% do total) e dos 25 aos 64 anos foi estimado em 253.896 (47,2%). Em relação aos idosos (pessoas com 65 anos ou mais), o valor estimado para 2017 situa-se à volta de 29.584 indivíduos (5,5% do total).

No que concerne à estrutura da população por sexo, observa-se que o peso da população masculina foi, durante os últimos três anos, superior ao da feminina.

Tabela 20 – População segundo o sexo, por faixa etária (2013-2017)

	2013		2014		2015		2016		2017	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Total	255 033	257 140	258 744	259 723	262 501	262 331	266 287	264 951	270 091	267 570
0-4 anos	25 450	24 816	25 885	24 984	26 298	25 129	26 541	25 355	26 702	25 504
5-9 anos	26 071	26 205	25 881	26 016	25 632	25 764	25 449	25 323	25 290	24 902
10-14 anos	26 278	26 041	25 866	25 782	25 660	25 749	25 599	25 708	25 628	25 753
15-19 anos	27 204	26 838	26 532	25 866	25 600	24 763	25 113	24 275	24 777	24 028
20-24 anos	28 304	26 937	27 957	26 866	27 690	26 718	26 987	26 099	26 257	25 339
25-29 anos	26 032	23 690	26 924	24 544	27 719	25 175	28 267	25 798	28 535	26 074
30-34 anos	21 781	18 639	22 813	19 589	23 857	20 743	24 917	21 693	25 927	22 660
35-39 anos	16 804	14 920	17 990	15 672	18 915	16 274	19 959	16 882	20 995	17 511
40-44 anos	13 740	13 122	13 875	13 023	14 372	13 123	15 053	13 532	15 774	14 082
45-49 anos	12 572	13 192	12 655	13 138	12 733	13 025	12 971	13 016	13 153	12 811
50-54 anos	9 981	11 158	10 679	11 688	10 985	11 903	11 407	12 379	11 796	12 735
55-59 anos	6 108	8 594	6 686	9 032	7 602	9 606	8 118	9 733	8 773	10 289
60-64 anos	3 517	5 224	4 023	6 088	4 419	6 784	4 722	7 284	5 140	7 641
65-69 anos	2 385	3 557	2 242	3 221	2 288	3 259	2 572	3 640	2 901	4 269
70-74 anos	2 287	3 621	2 195	3 474	2 081	3 251	2 095	3 246	2 143	3 275
75-79 anos	2 751	4 421	2 682	4 346	2 644	4 382	2 411	4 048	2 118	3 537
80-84 anos	2 173	3 350	2 152	3 414	2 104	3 359	2 067	3 440	2 078	3 489
85-89 anos	1 137	1 757	1 221	1 853	1 349	2 102	1 425	2 176	1 443	2 252
90-94 anos	315	612	344	678	406	735	468	841	523	949
95+ anos	141	445	142	449	147	490	146	483	137	469

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 - 2030

A idade média da população de Cabo Verde tem rondado os 28 anos, de 2013 a 2016, tendo tido um ligeiro aumento (28,6) em 2017. A nível dos concelhos, constatou-se que, em 2017, o concelho de Santa Catarina do Fogo aparece com a menor idade média (26,5 anos), enquanto a Ribeira Grande de Santo Antão apresenta a maior (33,3 anos).

Tabela 21 – Idade média da população, por concelho (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	27,5	27,7	28,0	28,3	28,6
Ribeira Grande	31,7	32,1	32,4	32,9	33,3
Paul	30,4	30,8	31,3	31,7	32,2
Porto Novo	29,3	29,6	29,9	30,3	30,7
S. Vicente	29,7	30,0	30,3	30,6	30,9
Ribeira Brava	31,7	32,0	32,3	32,6	32,9
Tarrafal S. Nicolau	29,0	29,3	29,6	29,9	30,3
Sal	25,9	26,2	26,4	26,7	26,9
Boa Vista	28,0	28,0	28,1	28,2	28,3
Maio	29,6	30,1	30,5	30,9	31,4
Tarrafal	26,9	27,3	27,7	28,0	28,4
Santa Catarina	26,6	26,9	27,2	27,5	27,8
Santa Cruz	25,2	25,6	25,9	26,2	26,6
Praia	26,2	26,5	26,8	27,1	27,4
S. Domingos	26,2	26,4	26,7	27,0	27,2
S. Miguel	27,1	27,5	27,9	28,3	28,7
S. Salvador do Mundo	27,0	27,2	27,5	27,7	28,0
S. Lourenço dos Órgãos	28,4	28,7	29,0	29,2	29,5
Ribeira Grande Santiago	26,2	26,6	26,9	27,3	27,6
Mosteiros	27,2	27,4	27,6	27,8	28,1
S. Filipe	27,8	28,1	28,4	28,7	29,0
Santa Catarina do Fogo	25,9	26,0	26,1	26,3	26,5
Brava	28,6	29,0	29,3	29,7	30,0

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030



Tabela 22 – Relação de masculinidade, por concelho (2013-2017)

	Relação de masculinidade
2013	99,2
2014	99,6
2015	100,1
2016	100,5
2017	
Cabo Verde	100,9
Ribeira Grande	119,2
Paul	135,6
Porto Novo	109,4
S. Vicente	103,1
Ribeira Brava	114,5
Tarrafal de S. Nicolau	108,3
Sal	113,7
Boavista	143,0
Maio	98,2
Tarrafal	83,6
Santa Catarina	92,7
Santa Cruz	97,6
Praia	98,0
S. Domingos	99,7
S. Miguel	84,5
S. Salvador do Mundo	96,5
S. Lourenço dos Órgãos	99,8
Ribeira Grande de Santiago	97,9
Mosteiros	92,1
S. Filipe	94,7
Santa Catarina do Fogo	102,8
Brava	96,4

Fonte: INE- Projeções demográficas, 2010 - 2030

O Índice de Dependência Total tem estado a decrescer de forma contínua, de 2013 a 2017, devido, principalmente, ao número significativo de homens e mulheres em idade ativa, em comparação com a população de crianças e idosos. Em 2013, este indicador era de 56,0% e passou para 51,8%, em 2017.

Para os Índices de Dependência Jovem e de Dependência de Idosos, o comportamento observado tem sido semelhante ao do Índice de Dependência Total, isto é, ambos têm vindo a decrescer no período em análise, verificando-se um ligeiro aumento no Índice de Dependência de Idosos, em 2017.

Tabela 23 – Índice de Dependência, de envelhecimento e de Longevidade (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Índice de Dependência Total	56,0	54,5	53,5	52,6	51,8
Índice de Dependência de Jovens	47,2	46,0	45,1	44,2	43,4
Índice de Dependência de Idosos	8,8	8,5	8,4	8,3	8,4
Índice de envelhecimento	18,7	18,4	18,5	18,9	19,2
Índice de Longevidade	59,1	60,8	62,0	60,2	19,2

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030



Migrações

Em 2017, a proporção da população de nacionalidade estrangeira era cerca de 2% da população residente, tendo diminuído 0,1 p. p. em relação ao ano 2013. Nas ilhas de Boa Vista e Sal, esta proporção atingiu 11,7% e 4,0%, respetivamente.

Tabela 24 – Proporção da população residente em Cabo Verde, segundo a "nacionalidade" por sexo, meio de residência e concelho (2013-2017)

	Cabo-verdiana	Dupla Nacionalidade*	Estrangeira
2013	96,1	2,0	1,9
2014	96,0	2,6	1,4
2015	96,2	2,2	1,6
2016	95,8	2,4	1,9
2017			
Cabo Verde	96,0	2,2	1,8
Sexo			
Masculino	95,2	2,4	2,5
Feminino	96,8	2,1	1,1
Meio de residência			
Urbano	94,6	2,9	2,5
Rural	98,9	0,8	0,3
Concelho			
Ribeira Grande	99,0	0,8	0,3
Paul	99,2	0,8	0,0
Porto Novo	97,2	1,7	1,1
S. Vicente	96,2	3,0	0,8
Ribeira Brava	96,6	2,4	1,0
Tarrafal de S. Nicolau	98,7	1,1	0,2
Sal	93,9	2,1	4,0
Boa Vista	86,6	1,7	11,7
Maio	96,3	2,2	1,5
Tarrafal	97,7	1,7	0,6
Santa Catarina	97,4	1,6	1,0
Santa Cruz	98,7	1,0	0,3
Praia	94,1	3,3	2,6
S. Domingos	98,9	0,5	0,6
S. Miguel	99,0	1,0	0,0
S. Salvador do Mundo	98,6	1,3	0,1
S. Lourenço dos Órgãos	98,3	1,2	0,5
Ribeira Grande de Santiago	99,2	0,5	0,3
Mosteiros	98,3	1,4	0,3
S. Filipe	98,0	1,7	0,2
Santa Catarina do Fogo	97,6	1,8	0,6
Brava	98,3	1,6	0,2

*Pessoas com nacionalidade Cabo-verdiana e uma outra nacionalidade estrangeira

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



O saldo migratório em Cabo Verde continua a ser negativo, isto é, há mais pessoas a saírem (emigrantes) do que a entrarem (imigrantes) no país. No entanto, em termos de tendência, constata-se que este saldo negativo tem vindo a reduzir-se, significativamente no período em análise (69,1%), passando de -1.212, em 2013, para -375, em 2017.

Tabela 25 – Saldo Migratório, por concelho (2013 – 2017)

	Saldo Migratório (habitantes)
2013	-1 212
2014	-1 010
2015	-808
2016	-589
2017	
Cabo Verde	-375
Ribeira Grande	-407
Paul	-187
Porto Novo	-307
São Vicente	-97
Ribeira Brava	-115
Tarrafal S. Nicolau	-70
Sal	795
Boa Vista	848
Maio	15
Tarrafal	-305
Santa catarina	-135
Santa Cruz	-413
Praia	1453
S. Domingos	-135
S. Miguel	-334
S. Salvador do Mundo	-105
S. Lourenço dos Órgãos	-102
Ribeira Grande de Santiago	-67
Mosteiros	-137
S. Filipe	-373
Santa Catarina do Fogo	-81
Brava	-114

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030



Proteção social

O número de pessoas inscritas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) passou de 194.405, em 2013, para 232.510, em 2017, o que se traduz num acréscimo de 38.105 pessoas inscritas (correspondente a 19,6%). Comparativamente ao ano de 2016, registou-se, em 2017, um aumento de 7,1%. Constatou-se ainda que o maior peso se centrou nos “familiares de segurados e pensionistas com direito aberto”, com 47,0%, e nos segurados ativos, com 39,8%.

Tabela 26 – Inscritos no INPS, por categoria (2013 – 2017)

Tipo de Inscritos	2013	2014	2015	2016	2017
Segurados ativos	72 686	74 571	76 785	83 441	92 444
Trabalhadores por Conta de Outrem - TCO	46 539	47 451	49 221	51 852	56 121
Contribuinte Doméstico	908	1 062	1 197	1 281	1 628
Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE)	n.a	n.a	330	3 745	6 921
Regime da Função Pública	23 387	24 427	24 428	25 147	25 827
Trabalhadores por Conta Própria	1 852	1 631	1 609	1 416	1 947
Pensionistas ativos do INPS	6 091	6 767	6 474	6 779	7 467
Velhice*	2 773	3 374	3 542	3 722	4314
Invalidez	1 286	1 308	936	963	1004
Sobrevivência	2 032	2 085	1 996	2 094	2149
Pensionistas da Reforma Antecipada	55	31	10	4	
Pensionistas da Função Pública	4 476	4 597	4 703	5 362	6 109
Familiares de segurados e pensionistas com inscrição aberta	94 891	97 956	101 835	104 386	109 376
Ascendentes	4 050	4 285	4 572	4 882	5 255
Descendentes	85 904	88 500	91 922	93 997	98 422
Cônjuges	4 937	5 171	5 341	5 507	5 699
Regime das Convenções	16 206	16 121	16 434	17 160	17 114
Pensionistas e Trabalhadores Migrantes	6 800	6 861	7 152	7 567	7 703
Familiares com direito aberto	9 406	9 260	9 282	9 593	9 411
Total	194 405	200 043	206 241	217 132	232 510

*Inclui os pensionistas provisórios e complementares

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Tabela 27 – Inscrições abertas no INPS, por ilha (2013 - 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	194 339	199 965	206 227	216 294	232 379
Santo Antão	11 115	8 008	11 556	12 047	12 928
S. Vicente	37 128	27 424	39 063	41 739	44 264
S. Nicolau	5 482	4 437	5 691	5 712	6 265
Sal	19 033	13 081	21 408	23 819	27 786
Boa Vista	6 618	13 422	7 559	7 799	8 631
Maio	2 761	41 322	2 740	2 773	2 970
Santiago	102 271	69 515	107 110	111 422	117 748
Fogo	8 853	8 351	9 766	9 815	10 353
Brava	1 078	14 405	1 334	1 168	1 434
Estrangeiro	66	78	14	43	130

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



Tabela 28 – Contribuintes ativos inscritos no INPS, por categoria (2013 - 2017)

Contribuintes	2013	2014	2015	2016	2017
Entidades Empregadoras do Regime Geral	4 302	4 274	4 113	3 907	3 855
Regime Especial Micro e Pequenas Empresas	-	-	121	1439	2724
Administração Pública	311	286	306	312	343
Contribuinte Doméstico	789	972	1105	1184	1526
Trabalhadores por Conta Própria	1 852	1 631	1 609	1 416	1 947

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Tabela 29 – Custos (em milhar ECV) com as principais prestações familiares de segurança social (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017 ^P
Receitas Totais	8 924 120	9 934 129	10 423 365	12 307 420	13 020 339
Receitas de Contribuições	6 659 723	7 466 697	7 874 313	9 403 802	10 108 316
Outras Receitas	2 264 397	2 467 432	2 549 052	2 903 618	2 912 023
Sendo Rendimentos Financeiros	1 950 251	1 889 433	2 153 360	2 254 175	2 198 542
Custos Totais	4 421 946	4 990 193	5 080 362	5 752 663	6 127 423
Custos com Prestações	3 307 364	3 451 391	3 619 508	4 015 598	4 494 821
Doença e Maternidade (DM)	1 705 016	1 530 755	1 787 182	2 092 662	2 345 631
Subsídio Doença	118 756	115 224	142 399	163 814	177 943
Subsídio de Maternidade	72 433	83 164	84 166	88 249	108 282
Assistência Médica e Hospitalar	408 758	373 731	381 901	593 725	617 261
Assistência Medicamentosa	576 123	490 292	556 204	541 076	649 854
Apar. Prótese e Ortopedia	104 521	112 668	142 261	172 315	193 212
Transporte e Estadia	424 425	349 684	455 599	526 693	599 079
Despesas Convencionais	0	5 992	24 652	6 790	0
Prestações Diferidas	1 301 588	1 531 761	1 547 627	1 588 515	1 807 193
Velhice	604 878	828 609	917 640	989 083	1 255 677
Invalidez	499 010	502 307	403 419	386 725	312 803
Sobrevivência	193 705	196 872	222 924	209 329	235 368
Pensões complementares	3 995	3 973	3 644	3 378	3 345
Abono de Família e Prestações Complementares	300 760	388 875	284 699	334 421	341 997
Abono de Família	265 359	363 720	243 054	290 274	283 435
Subsídio de Aleitação	22 252	14 019	22 978	27 010	36 133
Subsídio a Deficientes	5 516	4 983	9 881	8 385	12 825
Subsídio de Funeral	7 633	6 153	8 786	8 752	9 604
Custos Administrativos	535 770	545 436	564 994	630 930	636 042
Outros Custos	578 812	993 366	895 860	1 106 135	996 560
Resultado operacional	2 491 646	3 077 966	3 549 075	4 166 469	4 431 327
Resultado financeiro	1 867 406	1 422 904	1 556 133	1 863 278	2 026 140
Resultado corrente	4 359 052	4 500 870	5 105 208	6 029 747	6 457 467
Resultado do Exercício	4 502 174	4 943 936	5 343 003	6 554 757	6 892 916
Reservas	46 261 328	51 205 264	56 377 611	62 932 368	69 825 284

P: Dados provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

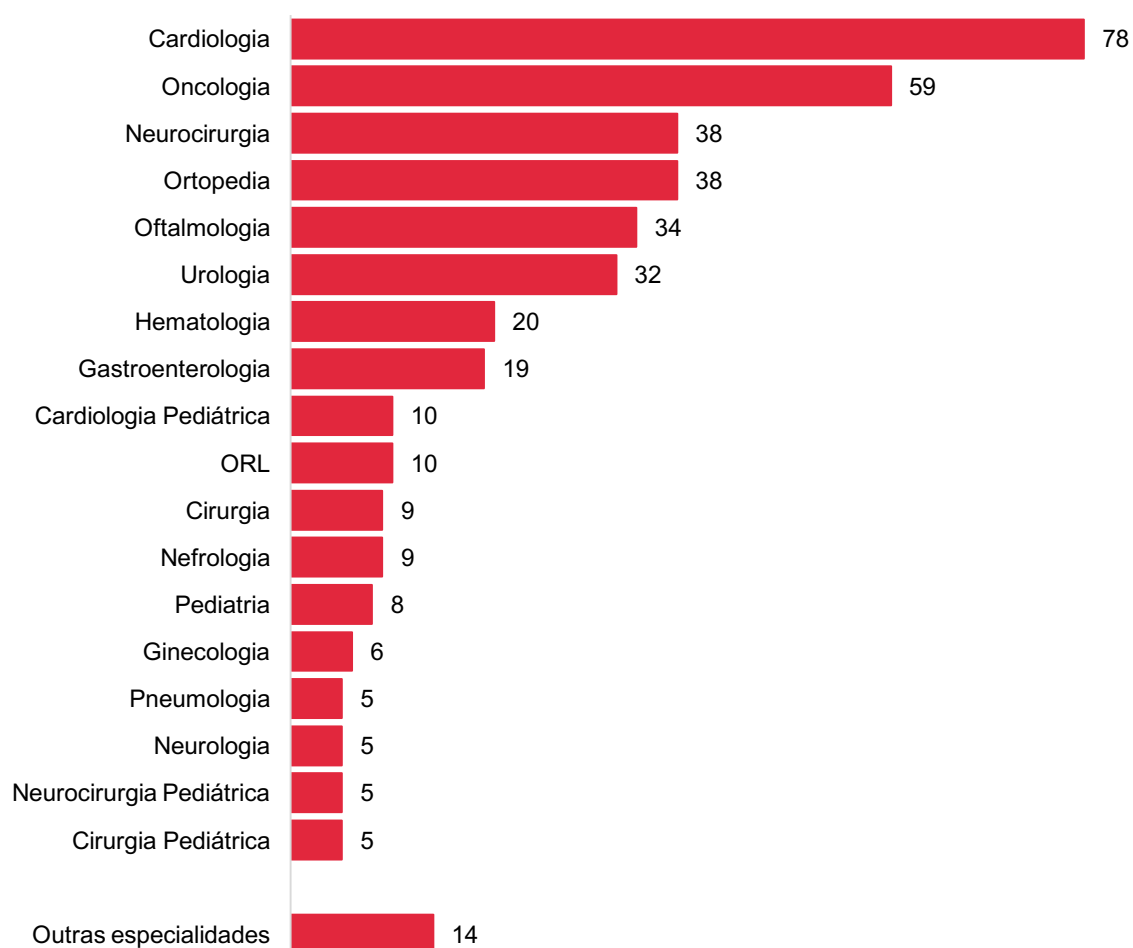


Tabela 30 – Beneficiários e acompanhantes das evacuações internas por ilha de origem (2016-2017)

	2016		2017	
	Evacuados	Acompanhantes	Evacuados	Acompanhantes
Cabo Verde	3 134	1 237	3 536	1 358
Santo Antão	564	212	746	264
S. Vicente	28	16	67	29
S. Nicolau	372	147	434	179
Sal	587	262	577	253
Boa Vista	465	155	463	162
Maio	316	131	359	129
Santiago	3	0	7	1
Fogo	514	208	580	249
Brava	285	106	303	92

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Gráfico 1 – Doentes evacuados para o exterior, segundo especialidade médica (2017)



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Tabela 31 – Valor médio (em ECV) das pensões por tipo e sexo dos beneficiários (2013 - 2017)

Pensionistas por tipo e sexo	2013	2014	2015	2016	2017
Pensão de Velhice	21 301	23 708	24 472	25 988	28 224
Feminino	17 460	20 023	21 110	22 292	24 036
Masculino	23 591	25 999	26 726	28 615	31 199
Pensão de Invalidez	38 338	39 287	39 913	40 731	41 026
Feminino	34 604	33 178	32 763	32 673	31 838
Masculino	39 337	40 636	41 515	42 552	43 157
Pensão de Sobrevivência	9 292	9 310	9 589	9 543	9 634
Feminino	9 965	9 980	10 076	10 139	10 286
Masculino	7 527	7 411	8 019	7 730	7 689
Total Geral	21 321	21 606	22 228	23 120	24 591
Feminino	15 364	15 868	16 475	17 152	18 287
Masculino	26 161	26 543	27 510	28 726	30 428

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2) tem como foco o combate à fome, por meio de alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo ano. Visa garantir o acesso a uma alimentação de qualidade com o apoio da agricultura sustentável, especialmente em regiões mais pobres.



ODS 2 – ERRADICAR A FOME

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Para alcançar este objetivo, é necessário promover práticas agrícolas sustentáveis, por meio do apoio à agricultura familiar, do acesso equitativo à terra, à tecnologia e ao mercado.

Até 2030, precisa-se acabar com a fome, por meio de alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo ano. Garantir o acesso a todas as pessoas, em particular pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, e garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e também plantar de forma a manter o ecossistema.

A fome é possivelmente um dos aspetos associados à pobreza, portanto, o ODS 2 tem uma característica complementar ao ODS 1. No entanto, ele traz novas dimensões, voltadas para a saúde (desnutrição de crianças e da população em geral), para a produção sustentável de alimentos, e para a economia.

Para esta edição do AECV, foram apresentados, neste tema, somente dados e/ou indicadores sobre a produção agrícola e animal por não estarem disponíveis os indicadores do ODS 1.

OUTROS INDICADORES

Produção Agrícola (em sentido estrito)

Os dados produzidos nos últimos anos (estimativas da produção de Culturas Hortícolas, de Raízes e Tubérculos, entre 2013 e 2017) mostram que houve uma diminuição de 21,5% na produção de produtos hortícolas. Relativamente à produção de raízes e tubérculos, também, verificou-se uma diminuição de 18%.

O tomate é o produto com maior representatividade nas culturas hortícolas, tendo apresentado uma participação em 41,8% do total, em 2017. e 32,5% em 2013.

As estimativas das quantidades de produtos Hortícolas, de Raízes e Tubérculos (R&T), produzidas nos últimos 5 anos, mostram que a produção média anual ronda as 48.000 toneladas de hortícolas e 23.700 de Raízes e Tubérculos. Nota-se uma descida das produções, em 2017, na ordem de 17%, no que se refere às hortícolas e 3% nas Raízes e Tubérculos, decorrente do rescaldo do mau ano agrícola registado em 2016.

Tabela 32 – Estimativas da produção (em toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Culturas Hortícolas	51 266	52 544	46 957	48 512	40 234
Tomate	16 684	15 611	14 597	15 133	16 817
Pimentão	3 683	3 842	3 121	4 775	4 630
Repolho	9 028	9 962	8 816	8 698	5 144
Cenoura	5 266	6 078	4 596	3 953	2 920
Melancia	1 278	1 537	1 550	1 557	1 180
Alface	1 302	1 856	1 411	1 325	841
Couve	2 293	3 551	3 080	3 015	1 180
Cebola	6 548	4 842	4 696	5 066	3 466
Diversos	5 184	5 265	5 090	4 990	4 056
Raízes e Tubérculos (R&T)	27 163	26 093	19 833	22 963	22 283
Batata-doce	8 816	8 770	5 959	6 262	5 024
Mandioca	8 123	7 640	5 322	5 667	5 597
Abóbora (sequeiro)	1 900	1 520	800	549	-
Batata-comum	8 324	8 164	7 752	10 485	11 662

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

No que concerne à produção de frutas, as estimativas da produção anual de 2017 apontam para 15.730 toneladas, constituída, essencialmente, por banana, (aproximadamente 66% do total produzido), seguida de papaia (19%). De referir que as estimativas da produção frutícola no país apontam que, no período de 2013 a 2017, a produção média anual tem rondado as 16.000 toneladas, não obstante as oscilações observadas, devido, sobretudo, à(s) variação(ões) das condições naturais do país (precipitação, vento etc.).

Tabela 33 – Estimativas de produção (em toneladas), por tipo de culturas frutícolas (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	16 639	17 470	16 065	15 840	15 730
Banana	10 033	10 534	10 300	10 443	10 416
Manga	2 140	2 247	1 328	1 363	1 568
Papaia	3 308	3 473	3 232	3 284	2 991
Outras	1 158	1 216	1 205	750	755

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Em relação às estimativas de produção das chamadas culturas de renda, a saber cana-de-açúcar, vinha e café (as duas últimas com maior especificidade territorial e com maior expressão na ilha do Fogo), nota-se a predominância da cana-de-açúcar, com uma produção média anual à volta de 28.375 toneladas (99,6% da produção total das culturas de renda).

Tabela 34 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de renda (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	28 783	28 812	28 604	28 753	28 494
Café	62	52	52	69	47
Vinha	346	385	177	309	72
Cana-de-Açúcar	28 375	28 375	28 375	28 375	28 375

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

As estimativas de produção das culturas tradicionais de sequeiro - milho e feijões - têm registado flutuações em função, essencialmente, da pluviometria anual. De 2013 a 2017, a produção total diminuiu de 12.008 para 11 toneladas, tendo passado a 9.739, em 2016.

Em 2017, constatou-se uma drástica redução na produção total (-99,9%), comparativamente ao ano de 2016, isto devido ao mau ano agrícola de 2017. Em relação às culturas, registaram-se também diminuições na produção das principais culturas de sequeiro.

Tabela 35 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de sequeiro (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	12 008	1 941	14 076	9 739	11
Milho	5 785	1 065	8 677	5 642	4
Feijões	5 943	650	5 199	3 987	7
Mancarra	280	226	200	110	0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Tabela 36 – Estimativa de produção e variação média de produção do milho (em toneladas) nos últimos 5 anos, por ilha (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017	Variação Média nos Últimos 5 anos
Cabo Verde	5 785	1 065	8 677	5 642	7	-74,3
S. Antão	205	7	458	55	3	-58,6
S. Nicolau	171	12	187	117	0	-100,0
Maio	5	1	5	3	0	-100,0
Santiago	2 854	481	5907	3 497	0	-100,0
Fogo	1 702	360	1497	1 423	4	-70,2
Brava	848	204	623	547	0	-100,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Produção Animal

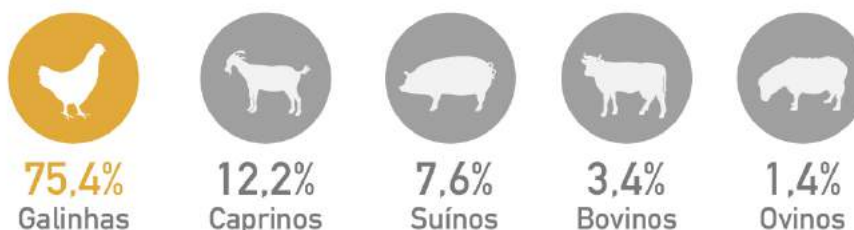
A exploração pecuária familiar representa uma componente importante dos rendimentos e da subsistência das famílias agrícolas, sendo as galinhas (75,4%) e os caprinos (12,2%) as espécies mais criadas pelas famílias agrícolas.

Tabela 37 – Estimativa do efetivo pecuário, por espécie e ano (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Bovinos	22 752	22 802	22 852	22 902	29 599
Caprinos	189 879	195 195	200 661	206 279	107 630
Ovinos	11 599	11 740	11 884	12 029	12 625
Suínos	84 559	85 405	86 259	87 121	66 905
Galinhas (tradicionais)	570 761	603 351	633 519	665 195	665 195

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Figura 6 – Estimativa da proporção do efetivo pecuário, por espécies



Relativamente à estimativa da produção de carnes, esta vem conhecendo uma evolução positiva nos últimos quatro anos (2013 a 2016), ainda que muito condicionada pelas flutuações das disponibilidades forrageiras, no caso dos ruminantes, e também, no caso dos suínos, pela ocorrência dos episódios de peste suína africana. De 2013 a 2017, as estimativas apontam que a produção de carne bovina, caprina, ovina e suína tiveram um ligeiro aumento de 0,6%.

A produção de carne de frango mostra um aumento em cerca de 6%, entre 2013 e 2017. No entanto, registou-se uma descida, de 2015 para 2016, em cerca de 5%, devido essencialmente a uma diminuição da produção na avicultura intensiva.

Tabela 38 – Estimativa de produção (em toneladas) de carne (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Carne bovina, caprina, ovina, suína	4 412	4 468	4 524	4 581	4 440
Carne de frango	929	943	980	932	988

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Tabela 39 – Estimativa do efetivo, taxa de abate, efetivo abatido e produção de carne (em toneladas), por principais espécies (2017)

	Efetivo	Taxa de abate	Efetivo abatido	Produção de carne (em toneladas)
Bovina	29 599	0,15	4 440	710 376
Caprina	107 630	0,3	32 289	484 335
Ovina	12 625	0,3	3 788	56 813
Suína	66 905	0,7	46 834	2 341 675

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

As estimativas da produção de leite (as quantidades indicadas referem-se às disponíveis para consumo humano após a dedução das quantidades destinadas à alimentação das crias) apontam para um aumento de 19,5%, de 2013 a 2017.

Tabela 40 – Estimativa de produção (em Litros) de leite (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Leite	10 941 109	11 159 131	11 383 108	11 613 161	13 070 756

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Quanto à estimativa da produção anual de ovos, verificou-se, em 2017, uma produção de 13,2 milhões de ovos. De 2013 a 2017, a produção diminuiu cerca de 71%.

Tabela 41 – Estimativa de produção (Unidade) de ovos (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Ovos	45 992 694	42 233 489	45 171 615	54 556 194	13 255 655

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) tem seu foco principal na saúde da população. Para se alcançar o objetivo, é preciso a redução drástica da mortalidade materna, o fim das mortes evitáveis de bebês e crianças, combate a doenças como o HIV, a tuberculose, o paludismo, a hepatite, entre outras transmissíveis. Ainda, é preciso reduzir a um terço as mortes prematuras por doenças não transmissíveis, como hipertensão e diabetes e garantir o acesso aos sistemas de saúde e o de prevenção e proteção do bem-estar dos cidadãos.



ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

O ODS 3 visa reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e combater o HIV/AIDS, o paludismo e outras doenças.

Este tema aborda, portanto, os indicadores do setor da saúde, setor que em Cabo Verde sempre mereceu atenção especial por parte dos decisores, tendo-se verificado uma nítida evolução positiva nos diversos indicadores, alguns apresentados neste anuário.

A melhoria contínua dos indicadores sanitários traduz a importância que o setor da saúde apresenta no quadro do desenvolvimento geral do país, desde os primórdios da sua existência.

Com efeito, a evolução dos principais indicadores de saúde, designadamente a mortalidade infantil dos menores de 5 anos, materna e geral, as evoluções dos níveis de cobertura vacinal a crianças menores de 1 ano, bem como a melhoria dos cuidados de saúde prestados à mulher, às crianças e aos adolescentes, entre outros, foram determinantes para a elevação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio.

Os indicadores de saúde apresentados neste anuário retratam a fase de transição epidemiológica em que o País se encontra, pela coexistência duma significativa prevalência das doenças transmissíveis, a par de uma crescente prevalência de doenças crónicas não transmissíveis, que se refletem claramente nas principais causas da mortalidade da população em geral, nos últimos anos, tendo à cabeça as doenças do aparelho circulatório, seguidas dos tumores malignos.

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos

A taxa de mortalidade materna no período em análise registou uma oscilação acentuada, como se pode constatar na tabela 42. Sendo considerado um indicador volátil, se levado em conta o número de óbitos maternos a ela subjacente, verificou-se que, em 2012, a taxa de 9,6 por 100.000 nascidos vivos traduziu-se no registo de 1 óbito materno, enquanto em 2016, a taxa de 18,8 por 100.000 nascidos vivos representa a ocorrência de 2 óbitos maternos.

Tabela 42 – Taxa Mortalidade Materna (2012-2016)

	Taxa Mortalidade Materna (por 100.000 nascidos vivos)
2012	9,6
2013	37,9
2014	9,4
2015	47
2016	18,8

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.1.2 Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado

De acordo com os dados da tabela 43, o número de nascimentos passou de 10.465, em 2012, para 10.629, em 2016, representando um ligeiro aumento na ordem de 164 nascimentos. De igual modo, a cobertura de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde sofreu uma ligeira diminuição (1,4%), no mesmo período. Com estes dados, verifica-se nitidamente que a relação percentual entre o número de partos assistidos e o número de nascimentos também decresceu de 94,0%, em 2012, para 92,6%, em 2016.

Tabela 43 – Número de Nascimentos, Partos assistidos e Proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde - médicos e enfermeiros (2012-2016)

Ano	Nascimentos	Partos assistidos	(%)
2012	10 465	9 840	94,0
2013	10 556	9 745	92,3
2014	10 613	10 145	95,6
2015	10 502	9 602	90,3
2016	10 629	9 839	92,6

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Globalmente, o número de partos assistidos por profissionais qualificados (médicos e enfermeiros) nas estruturas de saúde tem vindo a decrescer desde 2011, apesar de ter sofrido um ligeiro aumento em relação ao ano 2015. Pode-se verificar que o decréscimo não se verifica em todos os concelhos. É evidente que os concelhos com mais assistência de profissionais de saúde são aqueles onde existem hospitais centrais e regionais.

Tabela 44 – Número de partos assistidos por profissionais qualificados (médicos e enfermeiras) nas estruturas de saúde (2011-2016)

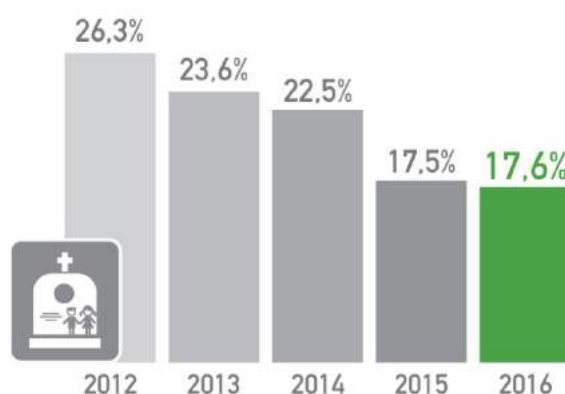
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	10 200	9 840	9 745	10 145	9 602	9 839
Ribeira Grande	391	344	342	375	415	386
Paul	39	24	22	0	0	1
Porto Novo	173	188	157	119	136	124
S. Vicente	1 647	1 688	1 522	1 913	1 458	1 419
S. Nicolau	148	126	118	149	99	109
Sal	615	596	550	617	635	685
Boavista	60	60	77	85	76	52
Maio	60	56	76	71	60	37
Tarrafal	196	191	186	155	139	160
Santa Catarina	1 406	1 287	1 421	1 478	1 533	1 592
Santa Cruz	349	338	300	264	271	261
Praia	4 190	3 983	4 135	4 097	3 938	4 155
S. Domingos	35	32	35	4	16	14
S. Miguel	87	70	66	58	63	43
S. Lourenço dos Órgãos	-	4	-	0	0	0
Mosteiros	150	133	116	95	85	88
S. Filipe	538	604	505	572	577	609
Santa Catarina do Fogo	-	22	17	18	12	5
Brava	116	94	100	75	89	99

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

A taxa de mortalidade nos menores de 5 anos registou uma redução significativa, passando de 26,3 por 1.000 nascidos vivos, em 2012, para 17 por 1.000, em 2016 (17,5 em 2015).

Gráfico 2 – Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1.000 nados-vivos (2012-2016)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1.000 nados-vivos

A taxa de mortalidade infantil continua a registar uma diminuição acentuada, no período em análise, passando de 22,3, em 2012, para 15,4, em 2016, por 1.000 nascidos vivos (em 2014 era de 20,3), graças, particularmente, à componente neonatal precoce que sofreu um decréscimo de 11,7 para 7,6 por 1.000 nascidos vivos (em 2015 era de 8,1). Isto deveu-se, essencialmente, a melhorias implementadas na atenção ao parto.

Tabela 45 – Taxa de Mortalidade e suas componentes (Mortalidade Infantil, Neonatal Precoce, Neonatal Tardia e Pós-Neonatal) (2012-2016)

	Taxa de Mortalidade			
	Infantil (*)	Neonatal Precoce (0 a 6 dias)*	Neonatal Tardia (7 a 27 dias)*	(7 a 27 dias) * Pós-Neonatal (28 a 364 dias) *
2012	22,3	11,7	3,7	7,0
2013	21,4	13,4	2,7	5,4
2014	20,3	10,8	4,4	5,0
2015	15,3	8,1	2,0	5,3
2016	15,4	7,6	2,5	5,3

*por mil nascidos vivos, segundo as projecções do INE

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Tabela 46 – Óbitos infantis e suas componentes - Neonatal precoce, Neonatal tardio e Pós-neonatal - por concelho (2016)

	Óbito							
	Infantil		Neonatal Precoce		Neonatal Tardio		Pós-Neonatal	
	N.º		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cabo Verde	164		81	49,4	27	16,5	56	34,1
Ribeira Grande	2		1	50,0	0	0,0	1	50,0
Paul	0		0	0,0	0	0,0	0	0,0
Porto Novo	1		1	100,0	0	0,0	0	0,0
S. Vicente	18		13	72,2	3	16,7	2	11,1
Ribeira Brava	5		5	100,0	0	0,0	0	0,0
Tarrafal de S. Nicolau	3		2	66,7	1	33,3	0	0,0
Sal	12		3	25,0	2	16,7	7	58,3
Boavista	5		3	60,0	1	20,0	1	20,0
Maio	3		3	100,0	0	0,0	0	0,0
Praia	49		20	40,8	8	16,3	21	42,9
Ribeira Grande de Santiago	1		1	100,0	0	0,0	0	0,0
S. Domingos	1		0	0,0	0	0,0	1	100,0
Santa Cruz	13		4	30,8	2	15,4	7	53,8
S. Lourenço dos Órgãos	2		1	50,0	1	50,0	0	0,0
Santa Catarina	19		10	52,6	4	21,1	5	26,3
S. Salvador do Mundo	1		1	100,0	0	0,0	0	0,0
S. Miguel	2		0	0,0	1	50,0	1	50,0
Tarrafal	10		5	50,0	1	10,0	4	40,0
S. Filipe	7		3	42,9	2	28,6	2	28,6
Santa Catarina do Fogo	3		2	66,7	0	0,0	1	33,3
Mosteiros	5		2	40,0	1	20,0	2	40,0
Brava	2		1	50,0	0	0,0	1	50,0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.1 Número de novos casos de infeção por VIH por 1.000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas

Em 2016, a taxa de deteção de VIH (novos casos) aumentou para 71,7 por cem mil habitantes em relação ao ano 2015 que foi de 62,3 por 100 mil habitantes, mas continua diminuindo em relação ao ano 2012 (79,8 por 100 mil habitantes). A taxa de mortalidade associada a VIH passou de 15,6 por cem mil, em 2012, para 18,1 por 100 mil habitantes, em 2016.

Tabela 47 – Taxa deteção e mortalidade do VIH (2011-2016)

	População	Casos Novos	Taxa de deteção (por 100.000)	Óbitos	Taxa de mortalidade (por 100.000)
2012	505 983	351	69,4	79	15,6
2013	512 173	447	87,3	84	16,4
2014	518 467	409	78,9	75	14,5
2015	524 833	327	62,3	77	14,7
2016	531 239	381	71,7	96	18,1

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A tabela 48, indica o número de casos do VIH notificados por faixa etária em 2016. Os grupos etários mais afetados continuam a ser de 25 aos 54 anos de idade, embora apresente uma ligeira diminuição em relação ao ano 2015 (84,3% para 83,7%). Isto mostra que estas faixas etárias são as mais afetadas, e que coincidem com as sexualmente mais ativas. Segundo o género, as mulheres continuam a ser as mais afetadas e, na sua maioria, as mais jovens (15 a 34 anos), em decorrência dos testes realizados nas consultas de rotina do pré-natal. Os casos na faixa etária de 0 a 14 anos são de transmissão de mãe para filho.

Tabela 48 – Infecção VIH casos notificados por grupo etário e sexo (2016)

Grupo etário	Sexo		Total	
	Masculino	Feminino	N.º	%
>18 M – 4 A	0	2	2	0,5
5 - 9	2	1	3	0,8
10 - 14	0	1	1	0,3
15-19	3	13	16	4,2
20-24	13	13	26	6,8
25-29	16	39	55	14,4
30-34	18	29	47	12,3
35-39	29	27	56	14,7
40-44	37	17	54	14,2
45 -49	22	11	33	8,7
50-54	19	13	32	8,4
55-59	15	11	26	6,8
60-64	6	6	12	3,1
65+	7	10	17	4,5
Não referido	1	0	1	0,3
Total	188	193	381	100

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Tabela 49 – Incidência de HIV (por 1000 habitantes) por concelho e sexo (2016)

Concelho	Sexo	
	Masculino	Feminino
Concelho		
Ribeira Grande	1	2
Paul	0	0
Porto Novo	2	1
S. Vicente	32	19
Ribeira Brava	0	0
Tarrafal de S. Nicolau	0	0
Sal	7	1
Boavista	8	10
Maio	5	4
Tarrafal	8	8
Santa Catarina	30	32
Santa Cruz	5	6
Praia	64	81
S. Domingos	7	3
São Miguel	4	4
S. Salvador do Mundo	1	0
S. Lourenço dos Órgãos	0	0
Ribeira Grande de Santiago	2	3
Mosteiros	2	1
S. Filipe	3	10
Santa Catarina do Fogo	0	0
Brava	3	0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.2 Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes

No que diz respeito à tuberculose, em 2016 seguiu a mesma tendência de 2015. Registou-se também uma diminuição da taxa de incidência, baixando de 79,4 por 100 mil, em 2012, para 42,0 por cem mil no ano 2016. A taxa de prevalência (em todos os casos) também sofreu uma diminuição considerável de 82,6 para 49,0, assim como os óbitos de (16 para 7).

Tabela 50 – Incidência, prevalência, Óbitos e Taxa de Mortalidade (por 100.000) associados à Tuberculose (2012-2016)

	População	Casos novos	Casos em registo	Incidência (por 100.000)	Prevalência (por 100.000)	Óbitos	Taxa de mortalidade (por 100.000)
2012	505 983	402	418	79,4	82,6	16	3,2
2013	512 173	281	314	55,0	61	15	2,9
2014	518 467	265	292	51,0	56	6	1,2
2015	524 833	247	271	47,0	52	11	2,1
2016	531 239	222	258	42,0	49	7	1,3

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Em 2016, também, a maior incidência continua a ser registada nos concelhos da Praia e São Vicente, com 71 por cem mil e 58 por cem mil, respetivamente, embora no caso da Praia tenha baixado em relação ao ano 2015. No ano 2016, a maior prevalência registou-se no concelho do Paul com 168 por cem mil, seguido do Maio com 114 por cem mil. Os concelhos com menor taxa de prevalência foram São Nicolau com uma taxa de 8 por cem mil, seguido do concelho dos Mosteiros com 11 por cem mil.

Tabela 51 – Taxas de Incidência e Prevalência por 100.000 associadas à Tuberculose por concelho (2016)

	Taxa Incidência (por 100.000)	Taxa Prevalência (por 100.000)
Cabo Verde	42	49
Ribeira Grande	9	78
Paul	8	168
Porto Novo	11	46
S. Vicente	58	77
S. Nicolau	1	8
Sal	12	28
Boa Vista	5	39
Maio	4	114
Praia	71	49
São Domingos	9	21
Santa Cruz	3	15
Santa Catarina	14	24
São Miguel	14	55
Tarrafal	18	55
Mosteiros	1	11
S. Filipe	13	53
Brava	4	71

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes

Em 2016, em Cabo Verde, registou-se um surto epidémico de paludismo (malária). Portanto, a incidência de paludismo, em 2016, aumentou consideravelmente em relação aos outros anos, passando de 7,1, em 2012, para 14,1, em 2016, por 100 mil habitantes.

Figura 7 – Taxa de incidência da Malária, por 100.000 habitantes



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Tabela 52 – Número de casos, Incidência (por 100.000) Óbitos, Taxa de Mortalidade e Taxa de letalidade associados ao Paludismo (2012-2016)

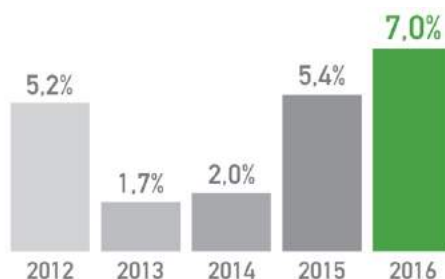
	População	Casos (n.º)	Incidência (por 100.000)	Óbitos	Taxa mortalidade (por 100.000)	Taxa de letalidade (%)
2012	505 983	36	7,1	1	0,2	2,8
2013	512 173	46	9,0	0	0	0
2014	518 467	46	8,9	1	0,2	2,2
2015	524 833	27	5,1	0	0	0
2016	531 239	75	14,1	2	0,7	2,2

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes

A taxa de Incidência da Hepatite B teve um ligeiro aumento em 2016, passando de 5,2 em 2012, para 7,0 por 100 mil habitantes, em 2016.

Gráfico 3 – Taxa de incidência da Hepatite B por 100 mil habitantes, Cabo Verde (2012-2016)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias.

As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade, com uma taxa de 138,9 por cem mil, tendo o sexo feminino apresentado maior taxa (146,8) do que o masculino (131,1). Como segunda causa de morte encontram-se os tumores ou neoplasias com 67,4 por cem mil. Os sintomas mal definidos, que eram a segunda causa no ano 2015, passaram para a quinta, com 44,8 por cem mil.

Tabela 53 – Óbitos e Taxa de Mortalidade Geral, segundo género, por principais causas da mortalidade (2016)

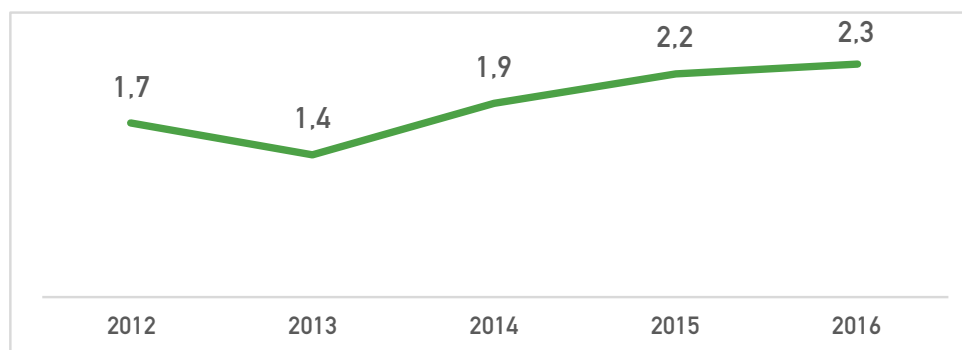
Causas de óbito	CID	Total		Masculino		Feminino	
		Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	738	138,9	349	131,1	389	146,8
Tumores ou neoplasias	C00-D48	358	67,4	194	72,9	164	61,9
Afeções Respiratórias	J00-J99	294	55,3	153	57,5	141	53,2
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	259	48,8	147	55,2	112	42,3
Sintomas mal definidos	R00-R99	238	44,8	108	40,6	130	49,1
Causas externas	V01-Y98	150	28,2	127	47,7	23	8,7
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	121	22,8	96	36,1	25	9,4
Afeções perinatais	P00-P96	95	17,9	50	18,8	45	17
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	94	17,7	39	14,6	55	20,8
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	92	17,3	65	24,4	27	10,2
D. do aparelho génito-urinário	N00-N99	40	7,5	24	9	16	6
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	37	7	32	12	5	1,9
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	35	6,6	24	9	11	4,2
Malformações congénitas	Q00-Q99	16	3	10	3,8	6	2,3
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	8	1,5	3	1,1	5	1,9
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	3	0,6	1	0,4	2	0,8
Gravidez Parto e puerpério	O00-O99	2	0,4			2	0,8
D. sistema osteomuscular e tecido conjuntivo	M00-M99	0	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.4.2 Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio)

De 2012 a 2016, houve uma diminuição de 0,6 p.p.em relação a taxa de mortalidade relacionada ao suicídio, passando de 1,7%, em 2012, para 2,3%, em 2016.

Gráfico 4 – Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) (2012-2016)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

A taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, em 2015, foi de 1,3%. Para este indicador, existe dado disponível somente para o ano 2015.

Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).

A taxa de cobertura das consultas pré-natal e pós-partos, em 2016, registaram um decréscimo, comparativamente ao ano de 2015, situando-se em 87,1% e 45,9%, respetivamente. O mesmo sucede com a média das consultas de pré-natal, que passou de 6,2% em 2015, para 4,7% em 2016, portanto, com uma diminuição de 1,5 pontos percentuais.

Tabela 54 – Taxa de cobertura de consultas pré-natal e pós-parto (2012-2016)

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consultas	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2012	77,1	4,3	36,4
2013	94,7	4,4	48,8
2014	99,3	4,4	47,6
2015	95,6	6,2	47,9
2016			
Cabo Verde	87,1	4,7	45,9
Ribeira Grande	85,0	3,9	96,4
Paul	88,8	3,9	139,4
Porto Novo	85,0	5,6	86,9
S. Vicente	94,4	7,3	58,8
Ribeira Brava	99,0	5,5	58,7
Tarrafal de S. Nicolau	108,2	5	55,2
Sal	72,3	3,2	44,0
Boavista	119,2	3,5	27,9
Maio	95,3	5,8	27,9
Praia	89,9	4	15,6
Ribeira Grande de Santiago	26,4	1,7	34,0
São Domingos	39,6	3,4	104,5
Santa Cruz	55,1	4,1	91,3
São Lourenço dos Órgãos	106,6	4,3	93,8
Santa Catarina Santiago	79,7	4,6	63,0
São Salvador do Mundo	53,4	3,5	73,0
São Miguel	97,1	5,2	39,8
Tarrafal	99,4	6,2	54,8
São Filipe	124,1	6,7	100,0
Santa Catarina do Fogo	79,5	4,3	28,3
Mosteiros	91,8	5,4	11,7
Brava	157,4	7,2	26,8

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A taxa de cobertura em crianças menores de 1 ano continua decrescendo de 99,3%, em 2012, para 94,8%, em 2016. Quanto à média de consultas, entre 2011 a 2016, ela é de 10 consultas por crianças, à exceção do ano 2013 que foi de 9,9. No que concerne às consultas de pré-natal, os indicadores revelam algumas oscilações de 2012 a 2016. Contudo, comparativamente ao ano de 2012, este aumentou em 10 consultas, situando-se em 87,1%, em 2016. A média de consultas pré-natal continua à volta da média estabelecida de 4 consultas por gravidez, como podemos constatar, variando de 4,3 em 2012, 4,4 em 2014 e 4,7 em 2016.

Tabela 55 – Consultas de crianças menores de 1 ano e consultas pré-natal, por concelho (2011-2016)

	Consultas de Crianças < 1 ano		Consultas de Pré-natal	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta	Média Consultas
2012	99,3	10,5	77,1	4,3
2013	98,3	9,9	94,7	4,4
2014	98,7	10,2	89,1	4,4
2015	101,2	10,4	81,5	4,5
2016				
Cabo Verde	94,8	10,0	87,1	4,7
Ribeira Grande	86,7	13,7	85	3,9
Paul	94,2	11,1	88,8	3,9
Porto Novo	45,5	8,3	85	5,6
S. Vicente	72,2	10,1	94,4	7,3
Ribeira Brava	40,2	11,6	99	5,5
Tarrafal de S. Nicolau	57,1	13	108,2	5
Sal	82,2	8,5	72,3	3,2
Boavista	36,2	9,7	119,2	3,5
Maio	98,2	11,4	95,3	5,8
Praia	93,1	9,3	89,9	4
Ribeira Grande de Santiago	113,7	4,8	26,4	1,7
São Domingos	75,1	9,1	39,6	3,4
Santa Cruz	87,0	13,1	55,1	4,1
São Lourenço dos Órgãos	130,1	8	106,6	4,3
Santa Catarina Santiago	186,2	12,3	79,7	4,6
São Salvador do Mundo	86,4	8,8	53,4	3,5
São Miguel	95,0	10,8	97,1	5,2
Tarrafal	77,5	9,7	99,4	6,2
São Filipe	156,5	10,6	124,1	6,7
Santa Catarina do Fogo	53,0	6,8	79,5	4,3
Mosteiros	83,4	10,2	91,8	5,4
Brava	115,6	16	157,4	7,2

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Indicador 3.b.1 Taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação

Em 2016, a proporção de crianças menores de um ano de idade (< 1 ano) completamente vacinadas foi de 91,2%. Relativamente à vacina BCG, tendo em conta que ela é aplicada ao nascimento (logo após o parto), registaram-se taxas acima dos 100%, na estrutura/concelho onde o parto ocorreu. Por exemplo, no Centro de Saúde do Paul, não se realizam partos. Contrariamente, Santa Catarina, no extremo oposto, regista uma taxa de 159,7% de vacinas BCG, pois a grande maioria das grávidas da região sanitária de Santiago Norte faz o parto no hospital que cobre a região. Considerando as outras vacinas (Pólio 3, Pentavalente 3), registaram-se, em 2016, taxas de cobertura acima de 90%, à exceção do sarampo que foi substituído ao meio do ano por outra vacina (PRS), Tabela 56.

Tabela 56 – Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina por concelho (2016)

	Crianças <1 ano		Cobertura vacinal (%)			
	BCG[1]	Hepatite	Pólio 3	Pentavalente3[2]	Sarampo	Compl. Vacinados
Cabo Verde	97,8	95,7	95,3	95,3	89,3	91,2
Ribeira Grande	149,3	167,0	95,4	95,4	98,8	102,1
Paul	0,0	11,3	104,7	104,7	102,3	103,5
Porto Novo	56,9	43,8	96,1	96,1	87,0	96,8
S. Vicente	101,4	101,4	78,8	78,8	79,1	75,5
Ribeira Brava	45,7	41,0	87,9	87,9	104,7	101,9
Tarrafal de S. Nicolau	60,8	61,9	88,8	88,8	87,8	87,8
Sal	81,0	80,8	74,5	74,5	75,0	76,8
Boavista	24,1	17,6	95,5	95,5	103,2	104,8
Maio	49,1	34,9	80,7	80,7	99,1	89,9
Praia	128,4	124,1	105,3	105,3	88,1	90,6
Ribeira Grande de Santiago	8,8	1,3	92,5	92,5	67,1	75,2
São Domingos	0,0	4,3	81,9	81,9	81,9	89,7
Santa Cruz	60,2	50,3	98,1	98,1	103,2	104,3
São Lourenço dos Órgãos	0,0	1,6	148,8	148,8	131,7	131,7
Santa Catarina	159,7	170,0	95,4	95,4	90,5	93,2
São Salvador do Mundo	11,5	1,1	72,7	72,7	71,6	76,1
São Miguel	46,1	45,0	106,1	106,1	121,6	115,5
Tarrafal	65,1	53,1	94,4	94,4	77,7	91,0
São Filipe	139,2	154,7	117,3	117,3	104,0	115,8
Santa Catarina do Fogo	35,7	11,6	69,6	69,6	69,6	74,8
Mosteiros	66,7	46,7	81,3	81,3	105,9	94,1
Brava	109,3	90,7	117,4	117,4	126,6	114,7

[1] BCG - Bacillus Calmette-Guérin (vacina contra a tuberculose)

[2] A vacina pentavalente (DTP+Hib+HB) protege contra Difteria, Tétano, Pertussis (coqueluche), infecções graves pelo Haemophilus influenzae tipo b (inclusive meningite) e hepatite B.

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente da mulher estar grávida ou não. A tabela traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas em 2016.

Tabela 57 – Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina antitetânica por concelho (2016)

	Grávidas estimadas	Cobertura vacinal (%)				
		VAT 1	VAT 2	VAT 3	VAT 4	VAT 5
Cabo Verde	10 627	33,5	30,3	12,9	11,2	10,1
Ribeira Grande	227	16,7	18,1	8,8	11,5	9,3
Paul	80	31,3	36,3	15,0	36,3	22,5
Porto Novo	306	29,7	29,1	13,1	13,4	12,1
S. Vicente	1 402	15,4	16,0	9,7	9,5	10,3
Ribeira Brava	105	28,6	31,4	12,4	2,9	16,2
Tarrafal de S. Nicolau	97	30,9	27,8	12,4	14,4	11,3
Sal	837	21,6	19,2	8,5	11,6	12,7
Boavista	307	22,8	18,2	15,3	16,9	13,0
Maio	106	40,6	48,1	15,1	8,5	4,7
Praia	3 520	41,9	34,1	13,8	11,2	10,3
Ribeira Grande de Santiago	159	46,5	42,8	5,0	4,4	3,1
São Domingos	280	13,9	12,9	2,5	2,9	3,6
Santa Cruz	535	30,3	28,6	6,5	11,2	10,1
São Lourenço dos Órgãos	122	145,1	87,7	35,2	11,5	6,6
Santa Catarina de Santiago	922	31,0	32,9	10,0	13,7	10,0
S. Salvador do Mundo	174	31,6	31,6	5,7	6,9	3,4
S. Miguel	280	51,8	52,5	46,1	4,6	10,7
Tarrafal	358	27,7	36,0	16,8	10,1	6,1
São Filipe	395	45,8	41,0	20,0	18,0	13,4
Santa Catarina do Fogo	112	39,3	31,3	10,7	5,4	4,5
Mosteiros	195	28,2	33,3	8,2	8,2	5,6
Brava	108	44,4	46,3	25,9	18,5	13,0

Fonte: SVIRE/DNS/MSSS

OUTROS INDICADORES

Infraestruturas e Recursos Afetos aos Serviços de Saúde

A rede de estruturas de saúde é constituída por dois hospitais centrais, sendo um no concelho da Praia e outro no de São Vicente, e quatro hospitais regionais nos concelhos da Ribeira Grande de Santo Antão, Sal, Santa Catarina e São Filipe. Quanto aos centros de saúde, houve um aumento de quatro, na sequência da separação dos hospitais regionais das delegacias de saúde. As Unidades Sanitárias de Base encontram-se instaladas em todos os concelhos, sendo infraestruturas imprescindíveis na implementação da política de saúde do país.

Tabela 58 – Distribuição das infraestruturas de Saúde segundo as principais estruturas sanitárias por concelho (2012-2016)

	Estruturas Sanitárias				
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	Delegacia de Saúde	Centro Saúde Reprodutiva
2012	2	4	28	17	5
2013	2	4	28	17	5
2014	2	4	28	17	5
2015	2	4	32	17	5
2016					
Cabo Verde	2	4	32	17	5
Ribeira Grande	0	1	1	1	1
Paul	0	0	1	1	0
Porto Novo	0	0	1	1	0
S. Vicente	1	0	5	1	1
Ribeira Brava	0	0	1	1	0
Tarrafal de S. Nicolau	0	0	1	0	0
Sal	0	1	2	1	0
Boa Vista	0	0	1	1	0
Maio	0	0	1	1	0
Tarrafal	0	0	1	1	0
Santa Catarina	0	1	1	1	1
Santa Cruz	0	0	1	1	0
Praia	1	0	6	1	1
S. Domingos	0	0	1	1	0
S. Miguel	0	0	1	1	0
S. Salvador do Mundo	0	0	1	0	0
S. Lourenço dos Órgãos	0	0	1	0	0
Ribeira Grande de Santiago	0	0	1	0	0
Mosteiros	0	0	1	1	0
S. Filipe	0	1	1	1	1
Santa Catarina do Fogo	0	0	1	0	0
Brava	0	0	1	1	0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Tabela 59 – Infraestruturas de Saúde segundo o tipo de estruturas sanitárias por concelho (2016)

	Estruturas Sanitárias						
	Hospital Central	Hospital Regional	Centro de Saúde	Centro de Saúde Reprodutiva	Posto Sanitário	Unidade Sanitária de Base	Delegacia de Saúde
Cabo Verde	2	4	32	5	34	106	17
Ribeira Grande	0	1	1	1	5	9	1
Paul	0	0	1	0	2	4	1
Porto Novo	0	0	1	0	4	14	1
S. Vicente	1	0	5	1	0	3	1
Ribeira Brava	0	0	1	0	2	4	1
Tarrafal de S. Nicolau	0	0	1	0	1	4	0
Sal	0	1	2	1	0	2	1
Boa Vista	0	0	1	0	1	5	1
Maio	0	0	1	0	2	3	1
Tarrafal	0	0	1	0	2	4	1
Santa Catarina	0	1	1	1	4	8	1
Santa Cruz	0	0	1	0	3	7	1
Praia	1	0	6	0	1	5	1
S. Domingos	0	0	1	0	1	9	1
S. Miguel	0	0	1	0	1	6	1
S. Salvador do Mundo	0	0	1	0	0	1	0
S. Lourenço dos Órgãos	0	0	1	0	0	2	0
Ribeira Grande de Santiago	0	0	1	0	1	4	0
Mosteiros	0	0	1	0	0	4	1
S. Filipe	0	1	1	1	2	4	1
Santa Catarina do Fogo	0	0	1	0	0	2	0
Brava	0	0	1	0	2	2	1

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A razão de médicos e enfermeiros vem aumentando anualmente. Analisando os dados a nível dos concelhos no ano 2016, constata-se que a tendência mantém-se relativamente aos dados de 2015, onde a razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes tem maior taxa nos concelhos onde há hospitais Centrais e Regionais. Entretanto, mantêm-se as diferenças regionais, que têm a ver com o tipo de infraestruturas existentes e cuidados prestados nos concelhos com menos população

Tabela 60 – Razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes, por concelhos e por anos, (2016)

Concelhos	Número de Médicos	Razão Médico/Hab.	Número de Enfermeiros	Razão Enferm/Hab.
Cabo Verde	408	7,68	690	12,99
Ribeira Grande	14	8,40	36	21,59
Paul	2	3,37	8	13,47
Porto Novo	5	2,89	16	9,24
S. Vicente	103	12,58	169	20,64
Ribeira Brava	2	2,81	12	16,88
Tarrafal de S. Nicolau	2	3,82	6	11,47
Sal	15	4,24	23	6,52
Boavista	5	3,22	12	7,72
Maio	2	2,84	7	9,95
Tarrafal	4	2,19	12	6,57
Santa Catarina	33	7,25	59	12,96
Santa Cruz	5	1,90	15	5,71
Praia	186	11,98	237	15,27
S. Domingos	2	1,42	8	5,69
S. Miguel	4	2,76	8	5,52
S. Salvador do Mundo	1	1,16	4	4,63
S. Lourenço dos Órgãos	1	1,41	5	7,06
Ribeira Grande de Santiago	1	1,19	2	7,06
Mosteiros	3	3,21	8	8,57
S. Filipe	15	7,14	32	15,23
Santa Catarina do Fogo	1	1,90	1	1,90
Brava	2	3,55	10	17,74

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A despeito do número de camas hospitalares nas estruturas sanitárias, constatou-se, por concelho, uma redução do número de camas, passando de 526, em 2013, para 522, em 2017, o que representa um decréscimo de 41 camas. Em 2017, os hospitais regionais totalizavam 263 camas e os centros de saúde com internamento 276 camas.

Tabela 61 – Número de camas hospitalares segundo as estruturas sanitárias por concelho (2013-2017)

	Nº de Camas			Total
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	
2013	526	244	302	1 072
2014	525	238	289	1 052
2015	525	239	304	1 068
2016	522	263	276	1 061
2017				
Cabo Verde	522	263	276	1 061
Ribeira Grande	n/a	64	0	64
Paul	n/a	n/a	6	6
Porto Novo	n/a	n/a	17	17
S. Vicente	201	n/a	0	201
Ribeira Brava	n/a	n/a	27	27
Tarrafal S. Nicolau	n/a	n/a	30	30
Sal	n/a	41	0	41
Boavista	n/a	n/a	33	33
Maio	n/a	n/a	28	28
Tarrafal	n/a	n/a	26	26
Santa Catarina	n/a	90	0	90
Santa Cruz	n/a	n/a	28	28
Praia	321	n/a	0	321
S. Domingos	n/a	n/a	17	17
S. Miguel	n/a	n/a	19	19
S. Salvador do Mundo	n/a	n/a	0	0
S. Lourenço dos Órgãos	n/a	n/a	0	0
Ribeira Grande de Santiago	n/a	n/a	0	0
Mosteiros	n/a	n/a	28	28
S. Filipe	n/a	68	0	68
Santa Catarina do Fogo	n/a	n/a	0	0
Brava	n/a	n/a	17	17

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Natalidade e Fecundidade

Analisando os indicadores de Natalidade e Fecundidade em 2016, o Índice Sintético de Fecundidade (ISF), Taxa Bruta Natalidade (TBN), Taxa Bruta de Reprodução (TBR) e Taxa Líquida de Reprodução (TLR), verifica-se que todos tiveram uma ligeira diminuição quando comparados com os dados dos últimos cinco anos da série temporal. A nível de concelhos, São Vicente é o que apresentou o valor mais baixo, tanto no ISF (1,94%), no TBR (0,95%) assim como no TLR (0,92%). Já no que se refere à TBN, Paul foi o concelho que obteve o valor mais baixo, ficando nos 13,56%. No extremo oposto ficou o concelho de Santa Catarina do Fogo com o mais alto ISF (2,88%), TBR (1,41%) e TLR (1,37%), e a ilha do Sal com a mais alta TBN (23,25%), isso segundo as projeções demográficas feitas pelo INE, de 2010 a 2030.

Tabela 62 – Índice Sintético de Fecundidade, Taxa Bruta de Natalidade, Taxa Bruta de Reprodução e Taxa Líquida de Reprodução (2013-2017)

	Índice Sintético de Fecundidade (ISF)	Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	Taxa Bruta de Reprodução (TBR)	Taxa Líquida de Reprodução (TLR)
2013	2,36	20,56	1,15	1,12
2014	2,34	20,48	1,14	1,11
2015	2,32	20,37	1,13	1,11
2016	2,31	20,14	1,13	1,10
2017				
Cabo Verde	2,29	19,89	1,12	1,09
Ribeira Grande	2,55	13,75	1,24	1,21
Paul	2,74	13,56	1,34	1,31
Porto Novo	2,48	17,77	1,21	1,18
S. Vicente	1,94	17,04	0,95	0,92
Ribeira Brava	2,31	14,81	1,13	1,10
Tarrafal de S. Nicolau	2,67	18,57	1,30	1,27
Sal	2,59	23,25	1,26	1,23
Boa Vista	2,26	19,12	1,10	1,08
Maio	2,08	15,01	1,01	0,99
Tarrafal	2,18	19,65	1,07	1,04
Santa Catarina	2,14	20,16	1,04	1,02
Santa Cruz	2,36	20,41	1,15	1,12
Praia	2,33	22,40	1,14	1,11
S. Domingos	2,55	19,88	1,25	1,21
S. Miguel	2,25	19,47	1,10	1,07
S. Salvador do Mundo	2,66	20,17	1,30	1,27
S. Lourenço dos Órgãos	2,29	17,24	1,12	1,09
Ribeira Grande de Santiago	2,36	18,80	1,15	1,12
Mosteiros	2,28	20,93	1,11	1,09
S. Filipe	2,37	18,88	1,15	1,13
Santa Catarina do Fogo	2,88	21,32	1,41	1,37
Brava	2,54	19,24	1,24	1,21

Fonte: INE (Projeções Demográficas 2010-2030)

Fecundidade na Adolescência

Em 2016, foram atendidos nos serviços de saúde reprodutiva um total de 10.440 grávidas, das quais 2.132 em idade precoce (20,4%), tendo sofrido um aumento considerável em relação ao ano 2015. Do total das grávidas captadas registam-se 36 na faixa etária de 10 - 13 anos, que corresponde a 0,3%, 417 na faixa etária de 14 - 16 anos, equivalente a 4,0% e 1.679 na faixa etária dos 17 - 19 anos que corresponde a 16,1%.

De realçar que houve um aumento considerável de grávidas na faixa etária dos 10 - 13 anos, passando de 16 para 36, sendo 13 do concelho da Praia e 6 do concelho de São Vicente.

Tabela 63 – Número de grávidas captadas, grávidas e proporção de grávidas por faixa etária (10 - 19 anos) segundo Concelhos (2016)

	Grávidas Captadas	Idade das Grávidas (Gravidez Precoce)					
		10 - 13 Anos		14 - 16 Anos		(17 - 19 Anos)	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Cabo Verde	10 440	36	0,3	417	4,0	1 679	16,1
Ribeira Grande	193	...	...	10	5,2	82	42,5
Paul	71	0	0,0	4	5,6	21	29,6
Porto Novo	260	0	0,0	23	8,8	62	23,8
S. Vicente	1 324	6	0,5	49	3,7	307	23,2
Ribeira Brava	104	0	0,0	9	8,7	25	24,0
Tarrafal de S. Nicolau	105	...	...	5	4,8	12	11,4
Sal	741	0	0,0	33	4,5	70	9,4
Boavista	365	...	...	9	2,5	38	10,4
Maio	106	0	0,0	4	3,8	18	17,0
Praia	3 555	13	0,4	124	3,5	438	12,3
Ribeira Grande de Santiago	97	...	...	7	7,2	30	30,9
São Domingos	111	0	0,0	7	6,3	19	17,1
Santa Cruz	412	...	...	30	7,3	83	20,1
São Lourenço dos Órgãos	128	...	...	5	3,9	24	18,8
Santa Catarina Santiago	1 084	...	...	37	3,4	161	14,9
São Salvador do Mundo	111	0	0,0	...	...	23	20,7
São Miguel	387	...	...	13	3,4	55	14,2
Tarrafal	356	0	0,0	8	2,2	64	18,0
São Filipe	499	...	...	22	4,4	77	15,4
Santa Catarina do Fogo	92	0	0,0	...	...	18	19,6
Mosteiros	179	0	0,0	6	3,4	33	18,4
Brava	164	0	0,0	8	4,9	19	11,6

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Mortalidade

Analisando os dados da figura 8, constata-se que a taxa de mortalidade passou de 5,2%, em 2012, para 4,8% em 2016. Em alguns períodos, nota-se que essa taxa mantém-se praticamente nos mesmos níveis.

Figura 8 – Taxa Bruta de Mortalidade (2012-2016)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

As afeções perinatais continuaram a ser as principais causas da mortalidade infantil em Cabo Verde, seguidas das anomalias congénitas e infecciosas e parasitárias tanto em 2012 como em 2016. Os óbitos pelas afeções perinatais que tinham diminuído em 2015 voltaram a subir em 2016, com 57,9%. As anomalias congénitas, ao contrário das afeções perinatais, sofreram um decréscimo de 17,5 em 2015, para 9,1% em 2016.

Tabela 64 – Mortalidade Infantil (em %) segundo, principais causas (2012-2016)

Causas de óbito (agrupadas)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Afeções perinatais	61,8	60,5	65,9	63,3	50,9	57,9
Anomalias congénitas	12,2	9,4	10,6	11,6	17,5	9,1
Infecciosas e parasitárias	10,9	12,9	9,3	6,5	8,6	8,5
Afeções respiratórias	6,3	3,4	5,8	5,1	10,4	11,6
Sintomas e sinais mal definidos	2,1	3,9	0,9	3,7	3,7	3,7
Doenças do aparelho circulatório	1,7	0,4	1,3	2,3	0,6	3,0
Doenças do sistema nervoso central	1,3	2,6	1,3	1,4	1,2	0
Traumatismos e envenenamentos	1,3	4,3	2,2	2,3	1,8	2,4
Doenças metabólicas endócrinas e nutricionais	0,8	1,7	0,9	0,9	1,8	2,4
Outras causas	1,7	1,3	1,8	2,8	3,6	1,4

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Analisando o número de óbitos, constata-se que, em 2017, ocorreram 2.580 óbitos, o que se traduz num aumento de 49 óbitos (1,9%), quando comparado com o ocorrido em 2013. Observando os dados em relação aos sexos, no mesmo período, verifica-se uma diminuição do número de óbitos no masculino (passando de 1.443 para 1.422), e um aumento do número de óbitos no feminino (de 1.088 para 1.158).

Tabela 65 – Mortalidade Geral (Óbitos e Taxa de Mortalidade) segundo género por concelho (2011-2016)

	Total		Masculino		Feminino	
	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas
2013	2 531	4,9	1 443	5,7	1 088	4,2
2014	2 562	4,9	1 440	5,6	1 122	4,3
2015	2 744	5,2	1 517	5,8	1 227	4,7
2016	2 580	4,8	1 422	5,3	1 158	4,4
2017						
Cabo Verde	2 580	4,8	1 422	5,3	1 158	4,4
Ribeira Grande	136	8,2	63	7	73	9,5
Paul	55	9,3	31	9,1	24	9,4
Porto Novo	96	5,5	54	6	42	5,1
São Vicente	461	5,6	269	6,5	192	4,8
Ribeira Brava	49	6,9	27	7,2	22	6,6
Tarrafal de São Nicolau	47	9	20	7,4	27	10,7
Sal	88	2,5	54	2,9	34	2,1
Boavista	43	2,8	25	2,7	18	2,8
Maio	39	5,5	19	5,5	20	5,6
Praia	570	3,7	323	4,2	247	3,1
Ribeira Grande de Santiago	35	4,1	17	4,1	18	4,2
São Domingos	77	5,5	40	5,7	37	5,2
Santa Cruz	118	4,5	61	4,7	57	4,3
São Lourenço dos Órgãos	36	5,1	22	6,3	14	3,9
Santa Catarina	269	5,9	133	6,1	136	5,7
São Salvador do Mundo	44	5,1	27	6,4	17	3,8
São Miguel	63	4,4	31	4,7	32	4,1
Tarrafal	110	6	57	6,9	53	5,3
São Filipe	112	5,3	61	6	51	4,7
Santa Catarina do Fogo	26	4,9	20	7,5	6	2,3
Mosteiros	48	5,1	25	5,6	23	4,7
Brava	33	5,9	23	8,3	10	3,5
De outro país	25		20		5	

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Globalmente, a estrutura etária da mortalidade geral mantém a mesma configuração dos anos anteriores, refletindo a fase de transição epidemiológica em que o país se encontra., embora apresentando uma diminuição em todas as faixas etárias. Apesar de haver um decréscimo na taxa de mortalidade, a população de 65 anos é a que continua a ser a mais elevada, e também com a diferença de género, sendo 61,0 por mil para o masculino e 43,9 por mil para o feminino.

Tabela 66 – Óbitos e Taxa de Mortalidade segundo género, por grupos etários (2016)

Grupos etários	Masculino		Feminino		Total	
	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
0 - 4	95	3,6	86	3,4	181	2,0
5 - 9	6	0,2	3	0,1	9	0,2
10-14 anos	7	0,3	7	0,3	14	0,3
15-49 anos	357	2,3	126	0,9	483	1,6
50-64 anos	275	11,3	151	5,1	426	7,9
65 anos +	682	61,0	785	43,9	1467	50,5
Total	1422	5,3	1158	4,4	2580	4,8

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Rede de Distribuição e Venda de Medicamentos

Em termos de unidades de venda de medicamentos, em 2016 não houve mudanças em relação ao ano 2015, continuando com 72 unidades, sendo 71 farmácias (32 públicas e 39 privadas) e 1 posto de venda, distribuídos pelos concelhos.

Tabela 67 – Postos de venda de medicamentos e farmácias (públicas e privadas) e unidades de saúde por concelho (2013-2017)

Concelho	Postos de Venda	Farmácias			Unidades de Saúde Privadas
		Públicas	Privadas	Total	
2013	2	32	37	69	147
2014	2	32	37	69	-
2015	2	32	39	71	-
2016	1	32	39	71	-
2017					
Cabo Verde	1	32	39	71	-
Ribeira Grande	0	1	1	2	-
Paul	0	1	0	1	-
Porto Novo	0	1	2	3	-
São Vicente	0	5	5	10	-
Ribeira Brava	0	1	1	2	-
Tarrafal de São Nicolau	0	1	1	2	-
Sal	0	1	3	4	-
Boavista	0	1	1	2	-
Maio	0	1	1	2	-
Praia	0	7	9	16	-
Ribeira Grande de Santiago	0	1	1	2	-
São Domingos	0	1	1	2	-
Santa Cruz	0	1	1	2	-
São Lourenço dos Órgãos	0	1	1	2	-
Santa Catarina	0	1	4	5	-
São salvador do Mundo	0	1	1	2	-
São Miguel	0	1	1	2	-
Tarrafal	0	1	2	3	-
Mosteiros	0	1	1	2	-
São Filipe	0	1	0	1	-
Santa Catarina do Fogo	0	1	1	2	-
Brava	1	1	1	2	-

Fonte: Direção-Geral de Farmácia e Medicamentos/MSSS

Obs.: Exclui os Hospitais Centrais e HRSN

Segundo os dados da tabela 3.25, as despesas públicas com os medicamentos, em 2016, foram de 212.449.460, tendo diminuído em relação ao ano 2015 (268,106 milhões). As maiores percentagens de despesas continuam a ser nos concelhos de São Vicente, (18,76%), Praia (14,79%) e São Filipe (8,43%). As mais baixas verificaram-se nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago (0,95%) e Santa Catarina do Fogo (0,57%).

Tabela 68 – Despesas Públicas (em milhões de Escudos e proporção) de medicamentos por concelho (2016)

	Valor (Milhões ECV)	%
Cabo Verde	212 449 460	100
Ribeira Grande	14 810 129	6,97
Paul	4 600 987	2,17
Porto Novo	15 259 212	7,18
São Vicente	39 853 308	18,76
Ribeira Brava	6 119 292	2,88
Tarrafal de São Nicolau	4 616 686	2,17
Sal	9 098 811	4,28
Boavista	4 971 195	2,34
Maio	5 943 351	2,8
Praia	31 421 986	14,79
Ribeira Grande de Santiago	2 026 390	0,95
São Domingos	5 132 362	2,42
Santa Cruz	10 021 735	4,72
São Lourenço dos Órgãos	5 528 023	2,6
Santa Catarina	8 127 232	3,83
São salvador do Mundo	4 101 069	1,93
São Miguel	4 934 750	2,32
Tarrafal	6 103 111	2,87
Mosteiros	5 169 063	2,43
São Filipe	17 906 808	8,43
Santa Catarina do Fogo	1 216 522	0,57
Brava	5 487 428	2,58

Obs.: Exclui os Hospitais Centrais e HRSN

Fonte: Direção-Geral de Farmácia e Medicamentos/MSSS





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) visa a educação de qualidade para todos. É necessário garantir que todos os jovens conclua a educação básica e, neste sentido, todo o processo de educação formal deve primar pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desde a primeira infância até a formação técnica e superior. A alfabetização de jovens e adultos e sua qualificação para o mercado do trabalho são preocupações que complementam este objetivo.



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

A educação sempre foi um pilar importante para o crescimento e a sustentabilidade da economia do país. Os sucessivos Governos, desde a independência, não pouparam esforços para que o país possa, atualmente, ostentar uma notável reputação de “caso de sucesso na África Subsaariana”, em relação aos indicadores da educação.

Alcançar uma educação inclusiva e de qualidade para todos reafirma a crença de que a educação é um dos veículos mais poderosos para o desenvolvimento sustentável. Este objetivo busca garantir que todas as crianças completem a educação primária e secundária gratuita até 2030. Também, pretende facultar acesso à formação profissional a custo razoável, para eliminar disparidades de género e riqueza, e alcançar o acesso universal a um ensino superior de qualidade.

Desafiado pelas Nações Unidas, o país cumpriu todos os Objetivos do Milénio para a área da educação e, atualmente, os indicadores da educação põem em evidência todos os esforços implementados. Apesar dos ganhos conseguidos, o país pretende alcançar patamares mais elevados, pelo que o próprio Programa do Governo 2017-2021 preconiza, a curto prazo, o desenho e implementação de uma nova matriz curricular, focalizada, designadamente, no ensino de línguas estrangeiras em todas as fases e ciclos e introdução de novas tecnologias no ensino básico. Outro dos grandes desafios tem a ver com a implementação efetiva da atual Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada desde 2010.

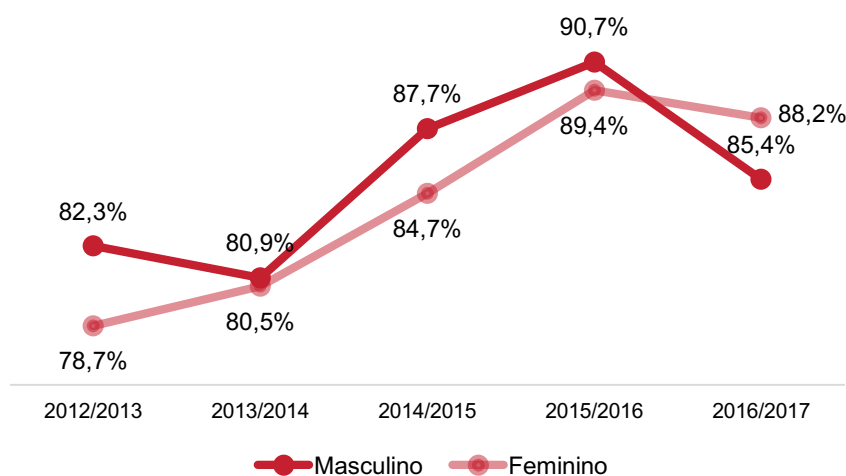
Este tema apresenta um quadro atual do país sobre o nível de instrução, a taxa de alfabetização, o número de estabelecimentos, os profissionais do setor, a escolarização, o abandono e a reprovação, aspetos que constituem alguns dos principais indicadores que permitem aferir sobre a evolução do setor da educação.



Indicador 4.2.2 Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em apreço, onde o valor mais elevado se registou no sexo masculino (90,7%), em 2016, e o valor mais baixo, em 2013, no sexo feminino situando-se nos 78,7%. Se em 2010 a taxa de escolarização das crianças com 5 anos era superior nos rapazes (83,3%) em relação ao observado nas meninas (82,7%), o inverso regista-se em 2017, cuja taxa de escolarização das meninas foi de 88,2%, portanto, um aumento de 2,8 pontos percentuais comparado com a dos rapazes (85,4%).

Gráfico 5 – Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.



Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.4.1 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).

Tabela 69 – Proporção da população com competências em utilização das TIC por tipo de competências (2015)

	Total	Masculino	Feminino
Total população	506 127	242 588	263 539
Copiar ou mover ficheiro ou pastas	32,1	35,2	29,2
Utilizar os comandos de copiar ou colar para duplicar ou mover informação	29,7	32,6	27,1
Utilizar fórmulas de aritmética numa folha de cálculo (exemplo: excel)	17,4	18,9	16,0
Compactar ou zipar ficheiros	15,8	18,4	13,3
Instalar e ligar hardware (exemplo: impressora, modem, câmaras)	14,8	18,2	11,7
Criar programas informáticos utilizando linguagem de programação (exemplo: visual basic)	4,1	5,2	3,0
Transferir ficheiros entre computadores e outros dispositivos (exemplo: câmaras digitais)	28,4	32,3	24,8
Criar apresentações eletrónicas (incluindo textos, imagens, sons, gráficos)	15,1	16,0	14,3
Instalar um sistema operativo (exemplo: windows) ou substituir sistemas operativos	7,5	10,3	5,0
Outra atividade considerada relevante	4,0	4,6	3,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Indicador 4.5.1 Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.

Em relação à paridade da escolarização nos ensinos básicos, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino, isto é, em 2016/2017, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 92 do sexo feminino escolarizados. A nível dos concelhos, no que concerne ao ensino básico, apenas Tarrafal atingiu a paridade na escolarização.

Tabela 70 – Paridade na Taxa Bruta de Escolarização por concelho (2013-2017)

	Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização
2012/13	0,91
2013/14	0,91
2014/15	0,92
2015/16	0,92
2016/17	
Cabo Verde	0,92
Ribeira Grande	0,93
Paul	0,89
Porto Novo	0,89
S. Vicente	0,92
Ribeira Brava	0,89
Tarrafal S. Nicolau	0,91
Sal	0,90
Boa Vista	0,88
Maio	0,88
Tarrafal	1,00
Santa Catarina	0,91
Santa Cruz	0,92
Praia	0,93
S. Domingos	0,99
S. Miguel	0,95
S. Salvador do Mundo	0,80
S. Lourenço dos Órgãos	0,92
Ribeira Grande Santiago	0,87
Mosteiros	0,94
S. Filipe	0,89
Santa Catarina Fogo	0,82
Brava	0,87

Fonte: Ministério da Educação

O índice de paridade no acesso oscilou no período em análise entre 0,94 e 0,99 pontos. Nos dois anos extremos registaram-se maiores disparidades entre os sexos. Se em 2010, para cada 100 rapazes que ingressaram no primeiro ano de escolaridade, ingressavam 99 raparigas, em 2017 reduziu para 95 o número de raparigas em cada 100 rapazes.

Tabela 71 – Índice de paridade na taxa bruta de Admissão (2013-2017)

	Índice de paridade na taxa bruta de Admissão
2012/13	0,97
2013/14	0,94
2014/15	0,96
2015/16	0,96
2016/17	
Cabo Verde	0,95
Ribeira Grande	0,87
Paul	0,94
Porto Novo	0,95
S. Vicente	0,89
Ribeira Brava	0,69
Tarrafal de S. Nicolau	0,76
Sal	1,00
Boa Vista	0,94
Maio	0,95
Tarrafal	1,18
Santa Catarina	0,85
Santa Cruz	0,98
Praia	0,98
S. Domingos	1,08
S. Miguel	1,03
S. Salvador do Mundo	1,32
S. Lourenço dos Órgãos	1,27
Ribeira Grande Santiago	1,02
Mosteiros	0,93
S. Filipe	0,85
Santa Catarina Fogo	0,86
Brava	0,87

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).

Segundo os dados do Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico que possuíam eletricidade em 2017 (percentual sobre o total de escolas) foi de 76,5%. Regista-se que 40,8% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos; no entanto apenas 9,5% possuem internet para o mesmo fim. Quanto às escolas com instalações sanitárias 98,5% possuem-nas e 97,1% têm acesso a água potável.



Tabela 72 – Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias (2016-2017)

Indicadores	2016	2017
Escolas com eletricidade	73,4	76,5
Escolas com internet para fins pedagógicos	-	9,5
Escolas com computadores para fins pedagógicos	-	40,8
Escolas com acesso água potável	94,8	97,1
Escolas com instalações sanitárias	97,2	98,5

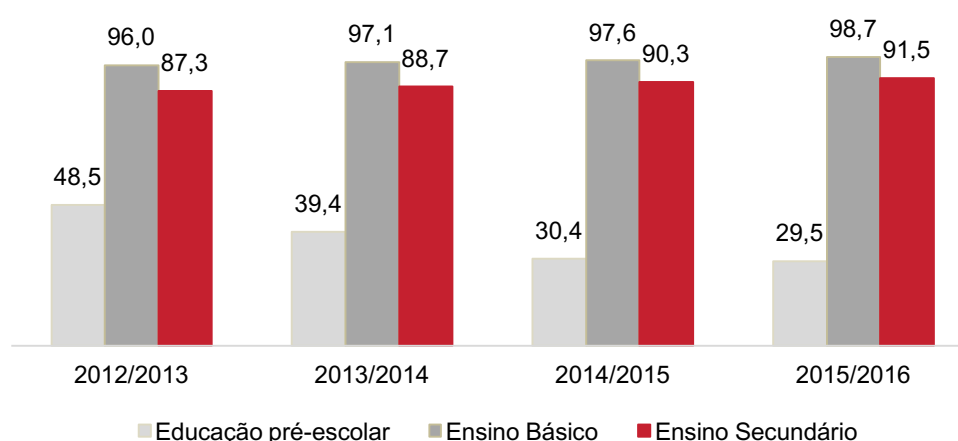
Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.c.1 Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão requerida para lecionar num determinado nível de ensino, num dado país.

Da análise do gráfico, constata-se que a maioria dos professores possui formação nos Ensinos básico e secundário. Observa-se um aumento contínuo deste percentual passando respetivamente de 90,0 e 79,6% em 2010 para 98,7 e 91,5%, em 2017, traduzido num aumento de 8,7 pontos percentuais dos docentes formados do ensino básico e 11,9 pontos percentuais do ensino secundário.

O panorama é dissemelhante na educação pré-escolar cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis e o período ficou marcado por oscilações e decréscimos contínuos nos últimos anos letivos. Esse decréscimo pode ser explicado, em parte, pelo recrutamento de alguns profissionais que se encontram na educação pré-escolar com licenciatura em educação de infância, para lecionarem no ensino Básico.

Gráfico 6 – Professores com formação (%) (2013-2017)



Fonte: Ministério da Educação

OUTROS INDICADORES

Nível de Instrução da População

O nível de instrução é um indicador importante para se aferir sobre a educação no país. Os dados de 2017 indicam que, em termos de percentagem da população que nunca frequentou a escola, houve uma redução de 1,4 pontos percentuais, entre 2013 e 2017.

Em 2017, apenas 7,1% da população afirmou nunca ter frequentado a escola. Em relação ao pré-escolar, nota-se que a população que estava a frequentar este nível de ensino se manteve em 3,3%, quando comparado com 2016. Já em relação à percentagem da população que está a frequentar o ensino básico, os dados de 2016 apontam que a população a frequentar o ensino básico aumentou 0,7 pontos percentuais. O ensino secundário aumentou em cerca de 0,4 pontos percentuais, enquanto que o superior diminuiu 0,9 pontos percentuais.

Os dados da tabela 4.1 indicam que persistem diferenças em termos de género e meio de residência da população. Comparando os dados por sexo, constatou-se que, no que tange à proporção da população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino, as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, pois a taxa de mulheres (10,2%) nestas condições é quase o triplo, em relação à dos homens (4%). O mesmo acontece em relação à população do meio rural, onde a taxa de 10,8% é nitidamente superior à taxa de 5,3% registada no meio urbano.

Estas diferenças não são tão evidentes em relação à percentagem da população matriculada nos ensinos básico e secundário. Porém, nota-se que a população do meio rural apresenta maiores taxas em relação à população que frequenta o pré-escolar e o ensino básico. Esta situação é invertida no meio urbano para os ensinos secundário e médio. No ensino superior, a maior taxa foi registada no meio urbano.

Comparativamente ao que se registou no AECV-2016, em que o concelho que apresentava maior percentagem da população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino era o de São Miguel (14,4%), em 2016 passou a ser o concelho de Ribeira grande de Santo Antão a registar a maior taxa (13,3%), seguido pelo concelho de Ribeira Grande de Santiago (12,7%).

Tabela 73 – Nível de instrução da população, por sexo, meio de residência e concelho (2013-2017)

	Nunca frequentou	Está a frequentar ou alguma vez frequentou					
		Pré-escolar	Alfabetização	Básico	Secundário	Médio	Superior
2013	8,5	3,3	1,5	42,5	35,3	1,7	7,2
2014	8,3	3,4	1,7	44,7	40,3	1,0	8,8
2015	8,0	3,4	1,4	41,9	36,3	0,8	8,0
2016	7,2	3,3	1,6	43,2	41,7	0,9	9,3
2017							
Cabo Verde	7,1	3,3	1,2	43,9	42,1	0,9	8,5
Sexo							
Masculino	4,0	3,3	0,8	45,1	42,1	0,7	8,0
Feminino	10,2	3,4	1,8	42,5	42,1	1,2	9,1
Meio de Residência							
Urbano	5,3	3,2	1,0	40,2	43,6	1,1	11,0
Rural	10,8	3,7	1,9	51,9	38,8	0,6	3,1
Concelho							
Ribeira Grande	13,3	4,4	1,7	50,8	35,3	2,1	5,7
Paul	9,7	2,9	6,7	49,6	35,4	1,2	4,2
Porto Novo	8,6	5,3	7,8	41,5	39,9	1,9	3,5
S. Vicente	5,3	2,5	1,2	44,2	39,3	1,8	11,1
Ribeira Brava	9,0	2,4	0,5	62,5	32,0	0,5	2,1
Tarrafal de S. Nicolau	10,5	3,3	2,9	54,5	35,1	0,4	3,8
Sal	1,8	4,2	0,5	43,1	45,4	0,9	5,9
Boa Vista	4,3	3,6	1,1	51,1	40,2	0,1	3,8
Maio	8,0	3,8	10,6	45,0	36,0	0,4	4,1
Tarrafal	11,6	3,7	1,1	43,2	47,2	0,3	4,3
Santa Catarina	9,5	3,2	0,5	47,9	40,6	0,8	7,0
Santa Cruz	9,1	4,7	0,8	44,7	43,6	0,9	5,3
Praia	4,9	2,8	0,2	37,4	45,0	0,7	13,9
S. Domingos	8,2	3,3	1,0	44,6	44,6	0,6	5,8
S. Miguel	12,6	4,2	2,9	44,7	42,5	0,3	5,3
S. Salvador do Mundo	10,7	4,1	1,5	45,2	44,0	0,5	4,7
S. Lourenço dos Órgãos	8,6	3,1	1,3	45,1	41,8	0,5	8,2
Ribeira Grande de Santiago	12,7	3,9	1,0	49,2	42,0	0,3	3,6
Mosteiros	7,3	3,8	2,7	53,3	37,7	0,8	1,6
S. Filipe	11,7	3,9	1,0	51,3	41,0	0,7	2,1
Santa Catarina do Fogo	8,3	3,6	2,6	53,6	37,3	0,3	2,6
Brava	10,3	2,7	0,5	56,4	37,2	2,2	1,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

A taxa de alfabetização, percentagem de alfabetização (capacidade de ler e escrever) da população com mais de 15 anos, indica que, em 2016 (89%), houve um aumento de 1,8 pontos percentuais, em comparação com o ano de 2013 (87,2%). Analisando por sexo, constatou-se que esta taxa é maior nos homens (93,3%) do que nas mulheres (84,7%), o que evidencia uma desigualdade de acesso à educação.



Relativamente à população dos 15-24 anos, esta desigualdade por sexo é praticamente inexistente, ao longo dos cinco últimos anos. Estes resultados indicam um esforço de redução das assimetrias no acesso à educação. Além de ter aumentado entre 2013 e 2017 (1,1 pontos percentuais), apresenta uma informação qualitativa importante e que merece ser realçada, que é o facto de as taxas serem praticamente iguais para homens e mulheres (cerca de 99%), em 2017, o que reflete o esforço implementado no sentido de se alcançar maior equidade de género e do meio de residência na educação.

Tabela 74 – Taxa de alfabetização da população (15 anos ou mais) e taxa de alfabetização juvenil (15-24 anos), segundo o sexo, por meio de residência e concelho (2012-2016)

	Taxa de Alfabetização			Taxa de Alfabetização Juvenil		
	(População 15 anos ou mais)			(População 15-24 anos)		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2013	87,2	91	83,4	97,8	97,2	98,4
2014	86,5	91	82,1	97,8	97,4	98,3
2015	87,4	91,4	83,5	98,1	97,6	98,7
2016	87,6	92,5	82,8	98,6	98,6	98,6
2017						
Cabo Verde	89,0	93,3	84,7	98,9	98,8	99,0
Meio Residência						
Urbano	91,8	95,1	88,5	99,4	99,3	99,4
Rural	83,0	89,7	76,4	98,1	98,0	98,3
Concelho						
Ribeira Grande	79,3	85,2	71,3	96,5	96,1	97,0
Paul	78,1	85,5	67,4	97,2	97,1	97,3
Porto Novo	78,4	84,2	72,1	100,0	100,0	100,0
S. Vicente	89,9	94,7	84,9	99,1	99,2	99,1
Ribeira Brava	89,2	93,7	84,3	100,0	100,0	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	84,2	89,5	78,5	97,9	98,7	96,8
Sal	96,0	97,7	94,1	98,6	99,1	98,1
Boa Vista	94,4	96,6	91,4	98,5	98,5	98,6
Maio	85,9	93,1	79,1	100,0	100,0	100,0
Tarrafal	82,5	89,5	77,2	99,1	99,0	99,1
Santa Catarina	88,1	94,2	83,0	98,8	99,3	98,3
Santa Cruz	84,4	89,8	78,9	98,3	98,5	98,0
Praia	93,5	95,4	91,9	99,6	99,2	100,0
S. Domingos	88,3	95,2	82,0	99,2	99,3	99,1
S. Miguel	81,3	90,0	74,4	98,5	99,3	97,5
S. Salvador do Mundo	80,6	89,5	72,5	97,9	97,5	98,3
S. Lourenço dos Órgãos	87,3	93,3	81,4	98,9	99,0	98,7
Ribeira Grande de Santiago	81,3	88,3	75,1	98,4	96,9	100,0
Mosteiros	84,0	90,9	77,6	97,3	96,6	98,0
S. Filipe	84,8	92,2	78,5	97,6	97,9	97,1
Santa Catarina do Fogo	84,4	89,7	79,4	99,0	98,2	100,0
Brava	85,4	91,1	79,9	98,8	97,9	100,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário

No ano letivo 2016/2017, foram registados 567 estabelecimentos de educação/ensino pré-escolar, 412 unidades de ensino básico e 44 de ensino secundário em funcionamento. Considerando os dados referentes ao ano 2015/2016, apresentados no último anuário estatístico de 2016, constatou-se um aumento em 24 unidades de ensino pré-escolar, e uma diminuição de uma unidade de ensino básico. Em relação aos estabelecimentos de ensino secundário este manteve-se igual, ou seja, 44 estabelecimentos de ensino secundário.

Figura 9 – Indicadores do ensino básico e secundário

Ano letivo 2016/17		Ensino BÁSICO	Ensino SECUNDÁRIO
	Escolas	412	44
	Professores	3 016	3 200
	Alunos	61 799	50 890

Tabela 75 – Estabelecimentos de educação/ensino segundo o nível de ensino (2013-2017)

	Nível de ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2012/13	516	417	49
2013/14	526	420	50
2014/15	540	415	50
2015/16	543	413	44
2016/17			
Cabo Verde	567	412	44
Ribeira Grande	30	28	2
Paul	12	14	1
Porto Novo	23	26	2
S. Vicente	30	33	5
Ribeira Brava	7	14	1
Tarrafal S. Nicolau	7	6	1
Sal	14	6	2
Boa Vista	14	10	1
Maio	12	11	1
Tarrafal	25	21	2
Santa Catarina	49	42	3
Santa Cruz	37	23	1
Praia	143	47	11
S. Domingos	33	25	1
S. Miguel	25	16	2
S. Salvador do Mundo	11	12	1
S. Lourenço dos Órgãos	18	10	1
Ribeira Grande Santiago	13	13	1
Mosteiros	14	11	1
S. Filipe	30	24	2
Santa Catarina Fogo	10	9	1
Brava	10	11	1

Fonte: Ministério da Educação

Analisando os dados referentes ao número de profissionais/professores, segundo o nível de ensino, pode-se verificar um aumento de 61 professores no ensino básico e de 268 no secundário, comparativamente ao ano letivo de 2012/2013, como se pode comprovar na tabela 76.

Em 2016/2017, a análise por concelho revela que os concelhos da Praia, São Vicente e Santa Catarina continuam a albergar a maior percentagem de profissionais/professores de todos os níveis de ensino (51,8% para o pré-escolar, 40,5% para o básico e 51,6% para o secundário), contrariamente ao concelho de Ribeira Brava, com menor percentagem no pré-escolar (1,09%), e Santa Catarina do Fogo com 1,50% no básico e 0,8% no secundário, respetivamente.

Tabela 76 – Profissionais/professores segundo o nível de ensino (2012-2017)

	Nível de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2012/13	1 212	2 955	2 932
2013/14	1 251	2 965	2 989
2014/15	1 234	2 988	3 073
2015/16	1 283	2 993	3 141
2016/17			
Cabo Verde	1 285	3 016	3 200
Ribeira Grande	36	157	125
Paul	16	52	45
Porto Novo	37	132	142
S. Vicente	138	336	487
Ribeira Brava	14	57	53
Tarrafal S. Nicolau	17	43	39
Sal	73	126	122
Boa Vista	33	60	52
Maio	18	48	44
Tarrafal	43	140	138
Santa Catarina	103	272	360
Santa Cruz	59	203	130
Praia	425	621	805
S. Domingos	50	127	106
S. Miguel	38	125	127
S. Salvador do Mundo	16	62	56
S. Lourenço dos Órgãos	22	57	66
Ribeira Grande Santiago	20	56	55
Mosteiros	25	64	42
S. Filipe	60	170	132
Santa Catarina Fogo	17	45	28
Brava	25	63	46

Fonte: Ministério da Educação

Os dados indicam que, em relação aos alunos matriculados no ano letivo 2016/2017, comparativamente a 2015/2016, registou-se uma diminuição no efetivo de inscritos no ensino pré-escolar, passando de 23.633 para 23.222 alunos, sucedendo o mesmo no ensino básico e

secundário, passando de 63.336 para 61.799, e de 51.790 para 50.890 alunos matriculados, respetivamente. De realçar que os dados do ensino secundário se referem somente aos estabelecimentos públicos, enquanto o pré-escolar e o básico incluem estabelecimentos privados.

Tabela 77 – Alunos matriculados por nível de ensino (2012-2017)

	Níveis de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2012/13	22052	66665	53632
2013/14	22144	65954	52427
2014/15	23316	64591	52294
2015/16	23633	63336	51790
2016/17			
Cabo Verde	23 222	61 799	50 890
Ribeira Grande	635	1 965	1 572
Paul	208	683	560
Porto Novo	756	2 088	1 818
S. Vicente	3 337	8 229	6 791
Ribeira Brava	349	929	718
Tarrafal S. Nicolau	278	678	529
Sal	1 572	3 639	2 436
Boa Vista	869	1 281	785
Maio	355	829	753
Tarrafal	752	2 280	2 064
Santa Catarina	1 745	5 547	5 335
Santa Cruz	1 111	3 792	2 651
Praia	7 032	16 986	14 250
S. Domingos	718	2 089	1 625
S. Miguel	674	1 888	2 125
S. Salvador do Mundo	307	1 093	865
S. Lourenço dos Órgãos	304	884	1 129
Ribeira Grande Santiago	264	1 028	800
Mosteiros	429	1 270	858
S. Filipe	989	3 056	2 144
Santa Catarina Fogo	197	774	515
Brava	341	791	567

Fonte: Ministério da Educação

Indicadores de Escolarização

A taxa bruta de escolarização, para o ensino básico, foi de 102,0%, no ano letivo 2016/2017, sendo este valor inferior ao registado em 2012/2013, que foi 106,5.

Em relação ao ensino secundário, a taxa bruta de escolarização, apesar de ter aumentado comparativamente ao ano lectivo 2012/2013, apresentou um valor percentual de 84,5% e, por ser menor do que 100%, indica uma certa dissonância entre a procura e a oferta de vagas para os alunos na faixa etária correspondente ao ensino secundário. O menor valor foi registado nos

concelhos de São Filipe e Santa Catarina do Fogo, ambos com 66,3%. Avaliando a taxa líquida de escolarização no ensino básico, pode-se afirmar que houve uma diminuição à volta de 0,2%, passando de 93,1%, em 2012/2013, para 92,8%, em 2016/2017. De igual modo, foi também registada uma ligeira diminuição na referida taxa, segundo o sexo.

Tabela 78 – Taxa de Escolarização (Bruta e Líquida) segundo o nível de ensino por concelho (2012-2017)

	Taxa Bruta de Escolarização		Taxa Líquida de Escolarização	
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário
2012/13	106,5	82,3	93,1	69,4
2013/14	105,4	82,9	92,9	70,1
2014/15	103,4	84,1	92,8	70,8
2015/16	102,4	84,5	92,7	71,2
2016/17				
Cabo Verde	102,0	84,5	92,8	71,3
Ribeira Grande	101,2	78,3	91,9	67,4
Paul	96,5	78,3	89,3	63,7
Porto Novo	100,8	87,5	90,1	71,6
S. Vicente	103,3	83,6	94,0	72,0
Ribeira Brava	120,9	90,2	106,5	74,7
Tarrafal de S. Nicolau	112,3	77,1	99,5	68,3
Sal	96,5	75,6	87,9	68,9
Boa Vista	90,8	72,5	81,7	62,1
Maio	98,9	84,7	89,4	70,8
Tarrafal	94,4	81,8	87,6	65,9
Santa Catarina	101,6	96,0	91,4	71,8
Santa Cruz	103,3	73,2	93,5	65,0
Praia	101,9	89,2	94,6	77,1
S. Domingos	114,0	82,8	103,3	69,4
S. Miguel	105,1	97,8	92,0	78,9
S. Salvador do Mundo	102,0	67,6	90,1	55,8
S. Lourenço dos Órgãos	101,3	111,5	90,7	90,4
Ribeira Grande Santiago	96,5	73,8	87,9	53,3
Mosteiros	94,0	73,7	88,6	61,3
S. Filipe	110,1	66,3	96,7	60,0
Santa Catarina do Fogo	98,2	66,3	83,8	55,0
Brava	108,3	83,1	98,6	72,6

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 79 – Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo (2012-2017)

Sexo	Anos letivos				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Ambos	93,1	92,9	92,8	92,7	92,9
Feminino	91,7	91,3	91,3	90,8	90,9
Masculino	94,6	94,5	94,3	94,6	94,8

Fonte: Ministério da Educação

Contrariamente ao ensino básico, a taxa líquida de escolarização no ensino secundário aumentou 1,9%, passando de 69,4% para 71,3%, entre 2012/2013 e 2016/2017, tendo-se verificado a mesma situação ao desagregar essas informações por sexo.

Tabela 80 – Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo (2012-2017)

Sexo	Anos letivos				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Ambos	69,4	70,1	70,8	71,2	71,3
Feminino	74,1	74,8	75,0	75,6	75,5
Masculino	64,7	65,5	66,6	66,9	67,2

Fonte: Ministério da Educação

Em relação à paridade da escolarização nos ensinos básico e secundário, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino, isto é, em 2016/2017, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 96 do sexo feminino escolarizados. Situação inversa foi verificada no ensino secundário, em que a participação dos estudantes do sexo feminino continua a ser superior, conforme os dados apresentados na tabela 81. A nível dos concelhos, no que concerne ao ensino básico, apenas Tarrafal atingiu a paridade na escolarização, enquanto no ensino secundário, apenas Tarrafal não atingiu a paridade na escolarização.

Tabela 81 – Paridade na Taxa Bruta de Escolarização por concelho (2012-2017)

	Nível de Ensino	
	Básico	Secundário
2012/13	0,97	1,15
2013/14	0,97	1,14
2014/15	0,97	1,13
2015/16	0,96	1,13
2016/17		
Cabo Verde	0,96	1,12
Ribeira Grande	0,93	1,07
Paul	0,89	1,22
Porto Novo	0,89	1,17
S. Vicente	0,92	1,15
Ribeira Brava	0,89	1,22
Tarrafal S. Nicolau	0,91	1,14
Sal	0,90	1,13
Boa Vista	0,88	1,14
Maio	0,88	1,20
Tarrafal	1,00	0,99
Santa Catarina	0,91	1,01
Santa Cruz	0,92	1,13
Praia	0,93	1,09
S. Domingos	0,99	1,02
S. Miguel	0,95	1,04
S. Salvador do Mundo	0,80	1,08
S. Lourenço dos Órgãos	0,92	1,04
Ribeira Grande Santiago	0,87	1,10
Mosteiros	0,94	1,13
S. Filipe	0,89	1,08
Santa Catarina Fogo	0,82	1,13
Brava	0,87	1,03

Fonte: Ministério da Educação

Transição

A Taxa de Transição demonstra a percentagem dos alunos que transitaram do ensino básico para o secundário. Os dados da tabela 82 indicam que, em termos gerais, cerca de 90% dos alunos transitaram do ensino básico para o secundário, no ano letivo 2016/2017. A taxa mais baixa foi registada no concelho de Ribeira Grande de Santiago (61,1%) e, no sentido inverso, Praia (99,7%) obteve a maior taxa de transição entre esses dois níveis de ensino, em comparação com outros concelhos, no mesmo ano letivo.

Tabela 82 – Transição do Ensino Básico para o Secundário (2012-2017)

	Anos lectivos				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Cabo Verde	86,3	87,4	89,7	88,5	89,6
Ribeira Grande	81,8	81,4	84,8	84,6	84,7
Paul	79,5	71,2	71,5	79,0	81,1
Porto Novo	82,4	85,0	84,6	82,7	85,2
S. Vicente	89,5	87,6	92,2	90,9	89,4
Ribeira Brava	79,6	83,4	84,8	82,7	66,5
Tarrafal de S. Nicolau	75,4	79,4	85,4	83,6	76,9
Sal	87,6	90,5	91,0	89,1	87,0
Boa Vista	101,6	88,4	84,4	96,4	91,2
Maio	87,7	82,8	95,0	82,3	89,0
Tarrafal	83,0	86,8	80,0	78,0	88,0
Santa Catarina	85,8	96,0	94,7	95,0	99,5
Santa Cruz	82,3	84,0	77,9	81,8	79,9
Praia	95,3	94,0	99,5	95,2	99,7
S. Domingos	75,8	76,5	82,5	78,2	82,6
S. Miguel	94,2	93,3	91,5	91,8	89,9
S. Salvador do Mundo	71,5	72,8	78,5	63,1	62,5
S. Lourenço dos Órgãos	75,0	84,0	87,2	95,0	99,4
Ribeira Grande de Santiago	71,3	63,3	69,8	67,2	61,1
Mosteiros	85,1	80,6	83,3	88,0	94,6
S. Filipe	78,9	81,5	87,0	82,0	76,0
Santa Catarina Fogo	63,7	69,0	66,1	82,5	90,2
Brava	86,3	86,0	90,7	94,5	90,2

Fonte: Ministério da Educação

Abandono e Reprovação

A taxa de abandono referente ao ano letivo 2016/2017, no ensino básico, foi de 1,0%, demonstrando uma variação negativa de 0,6 pontos percentuais, comparativamente ao ano letivo 2012/2013 (1,6%). No que tange ao ensino secundário, verificou-se também uma diminuição de 0,6 pontos percentuais, passando de 7,4% para 6,8%, no mesmo período. Analisando por sexo, constata-se que a taxa de abandono no ensino básico é maior em relação ao sexo masculino (1,2%) do que ao feminino (0,7%), o que leva a salientar que a percentagem dos alunos do sexo masculino que abandonam o ensino básico é quase o dobro em

comparação com os do sexo feminino. No ensino secundário, a maior taxa de abandono também se verifica no seio dos estudantes do sexo masculino (8,1%), quando comparado com os do sexo feminino (5,3%).

A análise por concelho revela que as taxas de abandono mais altas, no ensino básico, foram registadas nos concelhos de Brava (3,7%), São Filipe (3,3%) e Mosteiros (2,0%) e as mais baixas em São Domingos e Maio, com 0,2%, respectivamente. No ensino secundário, Brava (20,1%), Mosteiros (15,2%) e Ribeira Grande de Santiago (10,9%) detêm as taxas de abandono mais elevadas, estando o concelho de Tarrafal de São Nicolau no extremo oposto, com 0,9%. Importa sublinhar que Brava é o concelho do país com maior taxa de abandono, no referido ano letivo, quer no ensino básico, quer no secundário.

Tabela 83 – Taxa de Abandono segundo o nível de ensino e sexo por concelho (2012-2017)

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2012/13	1,6	1,9	1,3	7,4	8,8	6,1
2013/14	1,1	1,4	0,9	5,8	6,9	4,8
2014/15	1,0	1,3	0,8	6,4	7,6	5,3
2015/16	1,1	1,4	0,7	7,0	8,3	5,5
2016/17						
Cabo Verde	1,0	1,2	0,7	6,8	8,1	5,3
Ribeira Grande	0,7	0,7	0,7	6,5	8,8	4,2
Paul	0,7	0,8	0,6	8,8	10,5	7,1
Porto Novo	0,5	0,8	0,2	4,7	5,5	4,0
S. Vicente	0,9	1,3	0,5	6,8	8,3	5,3
Ribeira Brava	1,4	2,0	0,7	10,2	13,0	7,7
Tarrafal S. Nicolau	0,4	0,6	0,3	0,9	1,2	0,7
Sal	1,4	1,6	1,1	7,7	9,9	5,7
Boa Vista	0,5	0,6	0,3	7,4	8,8	6,2
Maio	0,2	0,4	0,0	5,2	4,3	5,9
Tarrafal	0,8	1,0	0,6	5,7	6,8	4,7
Santa Catarina	1,2	1,3	1,1	8,4	10,4	6,5
Santa Cruz	0,4	0,6	0,3	5,5	6,6	4,5
Praia	0,6	0,7	0,5	4,8	5,1	4,4
S. Domingos	0,2	0,4	0,0	6,4	8,9	4,1
S. Miguel	0,7	0,5	0,9	8,9	12,3	5,7
S. Salvador do Mundo	0,5	0,7	0,4	5,4	8,7	2,6
S. Lourenço dos Órgãos	0,6	0,9	0,2	5,9	8,0	3,7
Ribeira Grande Santiago	1,0	1,8	0,0	10,9	14,1	7,8
Mosteiros	2,0	1,8	2,2	15,2	16,0	14,4
S. Filipe	3,3	4,3	2,3	9,7	11,2	8,1
Santa Catarina Fogo	2,1	3,0	1,1	9,7	9,9	9,5
Brava	3,7	2,6	4,8	20,1	22,5	17,5

Fonte: Ministério da Educação

Relativamente à taxa de reprovação, em 2016/2017, comparativamente ao ano de 2012/2013, tanto no ensino básico como no secundário verificaram-se diminuições, sendo no ensino básico 2,0 pontos percentuais e 0,7 pontos percentuais no ensino secundário. No que concerne ao sexo, constata-se a mesma tendência em relação ao abandono escolar, com maior número de reprovações entre os alunos do sexo masculino.

O concelho da Brava apresentou o valor mais elevado da taxa de reprovação no ensino básico (12,6%), enquanto no secundário foi o concelho de Ribeira Grande de Santiago (30,4%). A taxa de reprovação mais baixa foi registada no concelho de São Lourenço dos Órgãos (2,9%), no ensino básico, e no de Santa Catarina do Fogo (13,4%), a nível do ensino secundário, em 2016/2017.

Tabela 84 – Taxa de Reprovação segundo o nível de ensino e sexo por concelho (2012-2017)

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2012/13	9,3	11,4	6,9	24,7	27,4	22,3
2013/14	8,6	10,8	6,2	24,0	27,1	21,2
2014/15	8,8	11,0	6,3	24,1	27,9	20,7
2015/16	8,9	11,3	6,2	23,4	27,4	19,7
2016/17						
Cabo Verde	7,3	9,2	5,2	24,0	28,7	19,7
Ribeira Grande	8,0	10,2	5,7	22,9	26,5	19,3
Paul	9,7	12,4	6,5	24,5	28,2	20,8
Porto Novo	10,9	14,1	7,3	18,1	24,0	13,2
S. Vicente	9,8	12,8	6,6	28,9	33,4	24,8
Ribeira Brava	12,4	16,0	8,3	29,4	36,9	22,7
Tarrafal S. Nicolau	6,5	7,7	5,1	20,8	25,8	16,5
Sal	7,5	9,9	4,6	21,9	28,0	16,7
Boa Vista	8,4	10,6	6,1	30,3	36,5	24,9
Maio	7,8	9,4	6,1	18,1	24,1	13,0
Tarrafal	5,7	7,7	3,8	22,8	28,1	17,8
Santa Catarina	7,0	8,4	5,5	26,6	30,2	23,2
Santa Cruz	7,9	10,6	5,0	27,4	32,3	23,0
Praia	5,3	6,5	4,0	23,1	27,8	18,9
S. Domingos	4,7	6,7	2,4	20,9	27,1	15,3
S. Miguel	8,2	10,5	6,0	21,1	24,4	18,0
S. Salvador do Mundo	6,0	8,3	3,1	17,0	22,9	11,9
S. Lourenço dos Órgãos	2,9	3,0	2,8	18,2	24,5	11,5
Ribeira Grande Santiago	7,3	10,5	3,7	30,4	33,5	27,4
Mosteiros	5,6	6,6	4,4	19,3	25,6	13,2
S. Filipe	8,2	9,8	6,5	26,4	29,0	23,6
Santa Catarina Fogo	10,6	13,4	7,7	13,4	15,6	11,1
Brava	12,6	13,4	11,8	20,1	24,9	15,0

Fonte: Ministério da Educação

Ensino Superior

Os dados do ensino superior referentes aos estabelecimentos de ensino mostram que o país conta com dois estabelecimentos de ensino público, sendo eles a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e o Instituto Universitário da Educação (IUE), ambos com sede na cidade da Praia.

Ambas as instituições têm polos universitários noutros concelhos/ilhas. A UNI-CV tem um Pólo em São Vicente e o IUE tem também um Pólo na ilha de São Vicente e outro no concelho de Santa Catarina.

Em relação às instituições privadas, são oito no total: a Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), a Universidade Lusófona (UL), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) e a Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA), sediadas na ilha de São Vicente; a Universidade Jean Piaget (Uni Piaget), o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA), com sede na cidade da Praia, e a Universidade de Santiago (US), com sede na cidade de Assomada. De referir que a Uni Piaget tem Pólo em São Vicente, o ISCEE, na cidade da Praia e a US, nas cidades da Praia e do Tarrafal.

As duas universidades públicas empregavam, no ano letivo 2016/2017, um total de 560 docentes, enquanto as instituições privadas, 858 docentes, no mesmo ano letivo.

Tabela 85 – Estabelecimentos de ensino superior, segundo a natureza institucional (2012-2017)

	Natureza institucional	
	Pública	Privada
2012/13	2	8
2013/14	2	8
2014/15	2	8
2015/16	2	8
2016/17	2	8

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 86 – Docentes no ensino superior, segundo a natureza institucional (2012-2017)

	Total	Natureza institucional	
		Pública	Privada
2012/13	1 389	528	861
2013/14	1 415	567	848
2014/15	1 366	578	788
2015/16	1 308	545	763
2016/17	1 418	560	858

Fonte: Ministério da Educação

O número de estudantes do ensino superior no país passou de 13.068, em 2012/2013, para 12.446, em 2016/2017, registando um decréscimo médio anual de 1,2%. Entre 2015/2016 e 2016/2017, houve uma diminuição de 176 estudantes, o que representa um decréscimo de 1,4%.

Analisando o número de estudantes inscritos nas instituições de ensino superior públicas e privadas sediadas no país, verifica-se que, em 2016/2017, dos 12.446 estudantes, 5.489 frequentavam as instituições públicas e 6.957, as privadas. Tal como no ensino secundário, existiam no ensino superior mais estudantes do sexo feminino (7.362) do que masculino (5.084). Nesse mesmo ano letivo, foram diplomados 1.137 estudantes, dos quais 425 homens e 712 mulheres.

Tabela 87 – Estudantes no ensino superior, segundo a natureza institucional, no país (2012-2017)

	Natureza institucional		
	Total	Público	Privado
2012/13	13 068	5 134	7 934
2013/14	13 397	5 748	7 649
2014/15	12 538	5 197	7 341
2015/16	12 622	5 765	6 857
2016/17	12 446	5 489	6 957

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 88 – Estudantes no ensino superior, segundo o sexo, no país (2012-2017)

	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2012/13	13 068	5 413	7 655
2013/14	13 397	5 514	7 883
2014/15	12 538	5 168	7 370
2015/16	12 622	5 131	7 491
2016/17	12 446	5 084	7 362

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 89 – Diplomados no ensino superior, segundo o sexo, no país (2012-2017)

	Sexo		
	Ambos	Masculino	Feminino
2012/13	720	232	488
2013/14	1 555	529	1 026
2014/15	1 784	723	1 061
2015/16	1 383	509	874
2016/17	1 137	425	712

Fonte: Ministério da Educação

Figura 10 – Proporção de diplomados no ensino superior, segundo o sexo (2017)



Fonte: Ministério da Educação

Relativamente às áreas de estudo, à semelhança do que se verificou no anuário de 2016, nota-se que de 2010 a 2016, as ciências económicas, jurídicas e políticas têm dominado em relação ao número de estudantes inscritos, atingindo 4.128 em 2015/2016. Em termos de evolução de efetivos, constata-se que o número de estudantes da área das ciências da vida, ambiente e saúde aumentou, passando de 1.409 em 2012/2013, para 1.777, em 2015/2016.

Tabela 90 – Alunos inscritos no ensino superior por áreas de estudo (2012-2017)

Área de Estudo	Anos				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Ciências sociais humanas letras e línguas	3 957	4 380	3 958	4 021	-
Ciências da vida, ambiente e saúde	1 409	1 502	1 822	1 777	-
Ciências económicas, jurídicas e políticas	4 759	4 687	4 358	4 128	-
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	2 943	2 828	2 400	2 696	-
Total	13 068	13 397	12 538	12 622	12 446

Fonte: Ministério da Educação

A tabela 91 mostra que, de 2012/2013 para 2016/2017, o número de diplomados aumentou de 720 para 1.137, representando um crescimento médio anual de 12,1%. A área das ciências sociais, humanas, letras e línguas, embora tendo diminuído em relação aos dados do último anuário (844 em 2014/2015), continua a apresentar o maior número de diplomados (454), que corresponde a 39,9% do total.

Tabela 91 – Diplomados no ensino superior por áreas de estudo (2012-2017)

Área	Anos				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Ciências sociais humanas letras e línguas	243	523	844	545	454
Ciências da vida, ambiente e saúde	91	318	241	210	218
Ciências económicas, jurídicas e políticas	223	512	493	427	294
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	163	202	206	201	171
Total	720	1 555	1 784	1 383	1 137

Fonte: Ministério da Educação

A disparidade de frequência ao ensino superior em Cabo Verde continuou nos últimos quatro anos, conforme mostram os dados apresentados na tabela 92. Os estudantes do sexo feminino continuam com clara vantagem sobre os do sexo masculino, com um índice de paridade acima de 1,40, de 2012/2013 a 2016/2017. Em 2016/2017, este indicador era de 1,45, o que significa que por cada 100 estudantes do sexo masculino a frequentarem o ensino superior, 145 eram do sexo feminino.

Tabela 92 – Relação de feminilidade no ensino superior (2012-2017)

	Anos				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Relação de feminilidade	1,48	1,47	1,46	1,49	1,45

Fonte: Ministério da Educação

Formação Profissional

Ao longo dos últimos cinco anos foram realizadas 678 ações de formação, beneficiando 14.407 formandos. Em 2017, efetuaram-se 156 ações que permitiram beneficiar 4.096 formandos, tendo o concelho da Praia o maior número tanto de ações como do total de formandos, o que é expectável, se se considerar o peso do concelho em termos de concentração da população. De 2016 a 2017, registou-se uma diminuição de 11 ações e um aumento de 1.249 formandos.

Tabela 93 – Número de Ações de formação e número de formandos, por concelho (2013-2017)

	Número de Ações	Número de Formandos
2013	107	2 171
2014	108	2 115
2015	162	3 178
2016	145	2 847
2017		
Cabo Verde	156	4 096
Ribeira Grande	3	77
Paul	2	45
Porto Novo	2	40
S. Vicente	13	309
Ribeira Brava	4	77
Tarrafal S. Nicolau	2	37
Sal	10	211
Boa Vista	1	44
Maio	4	94
Tarrafal	1	52
Santa Catarina	14	369
Santa Cruz	26	540
Praia	50	1554
S. Domingos	8	193
S. Miguel	1	29
S. Salvador do Mundo	1	33
S. Lourenço dos Órgãos	1	52
Ribeira Grande Santiago	1	29
Mosteiros	2	56
S. Filipe	8	159
Santa Catarina Fogo	-	-
Brava	2	57

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Entre os anos 2013 e 2017, dos 14.407 formandos, 53,3% foram do sexo feminino e 46,7% do masculino. Constatou-se que a formação beneficiou ligeiramente mais indivíduos do sexo feminino, tendo em conta que esta camada apresenta maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o que mostra a preocupação com a questão de género nas ações de formação do IEFP.



Tabela 94 – Número de formandos de formação profissional, segundo o Sexo (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Ambos	2 171	2 115	3 178	2 847	4 096
Feminino	1 108	1 117	1 778	1 515	2 166
Masculino	1 063	998	1 400	1 332	1 930

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Do total de formandos durante o período em análise, aproximadamente 8.077 foram aprovados (56% do total), sendo 55% do sexo feminino e 45% do masculino. Portanto, há praticamente equilíbrio entre os sexos, em relação à taxa de aprovação.

Tabela 95 – Número de formandos aprovados, segundo o Sexo (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Ambos	1 237	1 086	1 986	1 830	1 938
Feminino	702	620	883	1 055	1 160
Masculino	535	466	1 103	775	778

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Entre 2013 e 2017, no que diz respeito à formação por nível de qualificação, predominou a formação de nível 3, com 96 ações, seguida do nível 4, com 94 ações. No geral, constatou-se que aproximadamente 53% das formações ministradas não conferem nenhum nível de formação ou qualificação (S/N – Sem Nível).

Tabela 96 – Número de ações, por nível de qualificação/formação profissional (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
N1	12	6	6	6	-
N2	17	18	14	16	11
N3	21	17	27	21	10
N4	12	13	19	14	36
N5	0	0	0	0	21
S/N	45	54	96	88	78

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Ao analisar o ano de 2017, percebe-se que cerca de 50% das formações ministradas conferem nível de qualificação.

Tabela 97 – Número de ações e formandos, por nível de formação (2017)

	Nº Acções	Nº Formandos
N1		
N2	11	252
N3	10	223
N4	36	752
N5	21	543
S/N	78	2 326

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

De 2013 a 2017, as 678 ações desenvolvidas tiveram o envolvimento de 86 entidades formadoras, entre as estruturas do IEFP e os parceiros. Nota-se que o número de entidades formadoras foi aumentando ao longo dos 5 anos do período de observação, sucedendo o mesmo com o número de ações. Em relação ao número de formandos, este oscilou ao longo desse período, atingindo o valor máximo de 4.096 formando em 2017.

Tabela 98 – Número de entidades formadoras, ações e formandos (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Entidades Formadoras	12	13	19	19	23
Número de Ações	107	108	162	145	156
Número de Formandos	2 171	2 115	3 178	2 847	4 096

Instituto de Emprego e Formação Profissional

As famílias profissionais representam o conjunto de qualificações, tendo em conta os critérios de afinidade de competências profissionais dos diferentes setores produtivos. Em 2017, as 4 famílias profissionais: Hotelaria Restauração e Turismo, Administração e Gestão, Formação de Formadores e Serviços Sociais, Culturais e Comunitários representam cerca de 58%, em termos de ações, e 49%, em termos de formandos.

Tabela 99 – Número de Ações e de formandos, por famílias profissionais (2013-2017)

	Número de Ações	Número de Formandos
2013	107	2 171
2014	108	2 115
2015	162	3 178
2016	145	2 847
2017	156	4 096
Agrária	4	103
Marítimo Pesqueira	-	-
Indústrias Extrativas	-	-
Construção e Obra Civil	11	180
Madeira e Mobília	1	16
Produção, Transporte e Distribuição de Energia Elétrica	5	165
Instalação e Manutenção	-	-
Metalomecânica	1	20
Manutenção de Veículos	7	150
Confeção Têxtil e Pele.	5	85
Indústria de Processo	2	58
Hotelaria, Restauração e Turismo	27	599
Comércio, Transportes e Logística	1	22
Administração e Gestão	26	552
Tecnologias de Informação e Comunicação	16	334
Gráficas, Imagens e Sons	2	38
Serviços Sociais, Culturais e Comunitários	16	439
Saúde	-	-
Imagem Pessoal	7	146
Desporto, Atividades Físicas e de Lazer	-	-
Artes Plásticas e Artesanato, Música e Artes da Representação	4	77
Formação de Formadores	21	407
Meio Ambiente e Segurança	-	-

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Observando os custos médios por ações e por formandos, constatou-se que o custo médio da ação Inicial tem diminuído ao longo dos seis anos da série temporal analisada, passando de 2.294.164 escudos, em 2011, para 1.593.935, em 2016. O custo médio da ação contínua tem tido oscilações ao longo dos primeiros três anos da série temporal, registando um aumento acentuado de 2011 para 2012 e, a partir de 2013, vem registando diminuições, passando de 616.262 escudos, em 2012, para 289.490, em 2016.

Em relação ao custo médio por formando, verificou-se que há mais gastos na formação inicial do que na formação contínua, mesmo tendo diminuído de 113.385, em 2011, para 80.759 escudos, em 2016, na formação Inicial.

Tabela 100 – Custo médio (em ECV) das ações de formação e por formando, segundo as categorias de formação (2013-2017)

	Custo Médio / Ação		Custo Médio / Beneficiários	
	Inicial	Contínua	Inicial	Contínua
2013	1 859 944,40	413 382,80	292 513,50	10 939,00
2014	1 717 300,20	381 718,30	82 069,50	22 065,90
2015	1 730 419,80	350 931,50	81 228,80	19 130,90
2016	1 593 935,40	289 490,70	80 759,30	14 793,90
2017	1 295 712,00	244 359,12	65 671,67	11 898,72

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) trata da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e meninas. Esse objetivo pede o fim da discriminação e da violência contra mulheres e meninas.



ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO

Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas

Neste tema, apresentam-se os indicadores do ODS 5, produzidos a nível nacional. Estes indicadores estão ligados as metas: “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda a parte”; “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e de outros tipos de exploração”; “eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas”; “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública” e “realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, aos serviços financeiros, à herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais”.

Indicador 5.1.1 Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

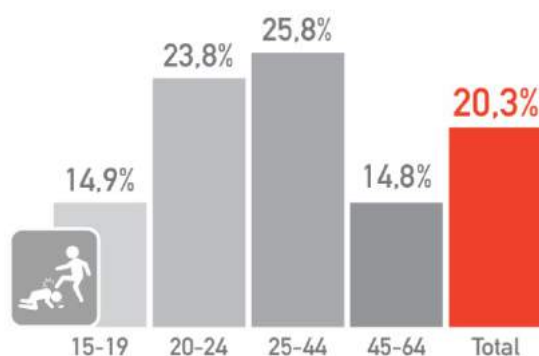
O ordenamento jurídico cabo-verdiano adota uma série de diplomas legais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, quer no plano dos direitos consagrados, quer no plano do seu exercício efetivo, e ainda no estabelecimento de normas que, reconhecendo a necessidade de superar situações de desigualdade, assumem um tratamento afirmativo para as mulheres. De salientar o Código Laboral, o Código Civil/Família, a Lei Especial Contra a VBG, assim como a entrada dos princípios da CEDAW na ordem jurídica interna que assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres.

O mecanismo nacional para a igualdade de género (ICIEG) e as organizações não governamentais femininas, são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente, respetivo à autonomia das mulheres e igualdade de género.

Indicador 5.2.2 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.

Em 2005, cerca de 20% de mulheres declararam ter sido vítimas de violência física, quer pelo marido, quer por outras pessoas. O grupo dos 25 aos 44 anos é o que apresentou maior percentagem (25,8%) de mulheres vítimas de violência física, em 2005.

Gráfico 7 – Percentagem de mulheres que declararam ter sido vítimas de violência física, quer pelo marido, quer por outras pessoas, por grupo etário (2005).

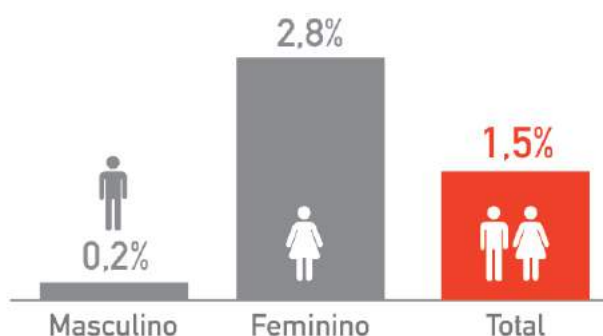


Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 5.3.1 Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.

Em 2005, cerca de 3% das mulheres, com idade compreendida entre os 20 e 24 anos, se uniram pela primeira vez, antes dos 18 anos.

Gráfico 8 – Percentagem de pessoas que se uniram pela primeira vez, antes dos 18 anos com idade compreendida entre os 20 e 24 anos (2005).



Fonte: INE, Inquérito Multi-objetivo contínuo

Indicador 5.4.1 Taxa de participação (%) e tempo médio semanal (h.m) dedicado ao trabalho doméstico por sexo, segundo grupos etários.

Os dados relativamente a 2012 mostram que, 66 em cada 100 homens participavam nos trabalhos domésticos e dedicavam, em média, cerca de 36 h semanais nessas actividades, ao passo que entre as mulheres observou-se que 87 em cada 100 também participavam em tais actividades, às quais dedicavam, em média, cerca de 59:40 minutos.

Tabela 101 – Taxa de participação (%) dedicada ao trabalho doméstico por sexo, segundo grupo etário (2012).

Sexo	Faixa Etária	Taxa de participação dedicada ao trabalho doméstico (%)
Ambos os sexos	Total	76,6
	10-14	78,0
	15-19	80,1
	20-24	76,6
	25-44	76,5
	45-64	77,4
	65 +	66,4
Masculino	Total	66,0
	10-14	74,7
	15-19	72,9
	20-24	68,9
	25-44	63,6
	45-64	59,8
	65 +	50,4
Feminino	Total	87,1
	10-14	81,8
	15-19	89,0
	20-24	84,1
	25-44	89,0
	45-64	92,3
	65 +	77,4

Fonte: INE, Inquérito Multi-objetivo contínuo

Tabela 102 – Tempo médio semanal (h.m) dedicado ao trabalho doméstico por sexo, segundo grupo etário (2012).

Sexo	Grupo etário	Tempo médio semanal dedicado ao trabalho doméstico (h.m)
Ambos os sexos	Total	49:35:00
	10-14	35:35:00
	15-19	42:12:00
	20-24	45:22:00
	25-44	54:40:00
	45-64	59:27:00
	65 +	50:56:00
Masculino	Total	36:02:00
	10-14	31:51:00
	15-19	34:22:00
	20-24	35:20:00
	25-44	37:49:00
	45-64	38:45:00
	65 +	37:54:00
Feminino	Total	59:40:00
	10-14	39:32:00
	15-19	50:06:00
	20-24	53:25:00
	25-44	66:24:00
	45-64	70:47:00
	65 +	56:48:00

Fonte: INE, Inquérito Multi-objetivo contínuo

Indicador 5.5.1 Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais.

A participação efetiva das mulheres no cenário político nacional (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento paulatino do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2016. Nota-se um aumento de cerca de 20 pontos percentuais, entre 1991 e 2016. A proporção de assentos ocupados por mulheres aumentou 19,8 p.p, entre 1991 e 2016, passando de 3,8% a 23,6%.

Figura 11 – Número e proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (1985-2016)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições
www.parlamento.cv



Fonte: Comissão Nacional de Eleições
www.parlamento.cv

Indicador 5.5.2 Proporção de mulheres em cargos de chefia

Em relação à participação de mulheres no poder executivo (ocupação de uma pasta governamental), não obstante o comportamento positivo deste indicador (de 1991 a 2016), em 2016 a proporção de lugares ocupados por mulheres no elenco governamental diminuiu de 55%, em 2015, para 25%, em 2016.

Figura 12 – Proporção de mulheres no poder executivo (2004-2016)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições
www.parlamento.cv

Indicador 5.a.1 (a). Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo (2015).

Em 2015, do total de 18,58% da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, 8,49% eram mulheres e 10,09 homens.

Sexo	%
Masculino	10,09
Feminino	8,49
Total	18,58

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.a.1 (a). Distribuição da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo (2015).

Em 2015, Cabo Verde tinha 33.897 proprietários/chefes de exploração agrícola, dos quais 15.494 eram do sexo feminino e 18.403 do sexo masculino, representado, assim, 54,3% e 45,7% respetivamente.

Sexo	Total	%
Masculino	18 403	54,3
Feminino	15 494	45,7
Total	33 897	100,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.a.1 (b). Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse das terras agrícolas, por forma de exploração das terras agrícolas (2015).

De acordo com a tabela 103, a proporção de mulheres (46,6%) com direitos de posse de terras agrícolas é inferior à dos homens (53,4%) em todas as formas de exploração, excetuando a renda em que 51,3% são das mulheres e 48,7% dos homens.

Tabela 103 – Proporção de proprietários ou detentores de direitos de posse das terras agrícolas, por forma de exploração das terras agrícolas segundo sexo (2015)

Forma de exploração	Sexo	
	Masculino	Feminino
Conta Própria	53,4	46,6
Parceria	62,5	37,5
Renda	48,7	51,3
Usufruto	54,5	45,5
Comodato	53,1	46,9
Aforamento	61,0	39,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.b.1 Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo

Os dados referentes à proporção de homens e mulheres com disponibilidade de telemóvel, indicam que, de 2014 a 2016, houve um acréscimo de 8 p.p. em relação aos homens e 6,6 nas mulheres.



Fonte: Fonte: INE, Inquérito Multi-objetivo contínuo





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) tem como foco a preocupação com a existência de água potável e segura para todos, a oferta de saneamento e higiene, uma vez que a falta destes pode levar à contaminação do solo, de rios, mares e fontes de água para abastecimento. Para atingir as metas deste objetivo, são necessários marcos institucionais para favorecer a participação social, para controle do uso da água e monitoração da proteção do meio ambiente.



ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

O acesso à água potável e ao saneamento básico são recursos fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a promoção do bem-estar social. Entretanto, a disponibilidade e a gestão sustentável destes recursos para todos são um desafio que deve ser enfrentado para a sobrevivência do planeta.

A gestão sustentável da água e do saneamento e a disponibilidade de água potável e acessível para todos são componentes essenciais para a construção do tipo de mundo em que as pessoas gostariam de viver. A falha em garantir a disponibilidade de água potável e níveis básicos de saneamento impediria qualquer esforço para assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar.

Neste tema, apresentam-se os indicadores produzidos a nível nacional do ODS 6, assim como outros indicadores que associam as condições ambientais/sociais da população, em termos de acesso à água, das instalações sanitárias e do modo de evacuação de resíduos sólidos.

Indicador 6.1.1 Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, administrada de forma segura.

Os dados apresentados na tabela 104 indicam a proporção da população com acesso a fontes melhoradas de água potável, isto é, acesso à água através da rede pública de distribuição (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos). Entre 2013 e 2017, verificou-se um ligeiro aumento, passando de 84,3% para 85,2% da população com acesso a uma fonte melhorada de água potável.



Tabela 104 – Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável¹ (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	84,3	85,9	85,1	85,5	85,2
Sexo					
Masculino	84,4	86,1	85,1	85,2	84,7
Feminino	84,1	85,6	85,2	85,7	85,5
Meio residência					
Urbano	92,5	93,2	92,1	92,3	90,5
Rural	69,0	71,8	71,3	71,5	73,7
Concelho					
Ribeira Grande	93,5	91,2	94,7	91,4	93,2
Paul	88,5	89,0	89,8	89,9	93,1
Porto Novo	94,5	94,8	92,9	89,3	91,4
S. Vicente	93,0	92,5	94,9	94,7	93,5
Ribeira Brava	96,7	98,1	98,0	99,7	98,7
Tarrafal de S. Nicolau	94,0	94,2	92,0	97,3	94,0
Sal	92,6	93,3	93,7	95,9	97,0
Boavista	64,1	72,0	65,4	65,4	69,9
Maio	93,5	96,2	96,6	92,3	96,1
Tarrafal	91,5	94,3	94,8	92,3	95,4
Santa Catarina	63,9	72,1	76,4	79,9	77,5
Santa Cruz	78,6	79,0	78,8	80,2	84,1
Praia	92,4	93,9	90,3	91,8	86,7
S. Domingos	80,5	60,7	50,2	42,0	58,3
S. Miguel	61,6	59,1	66,6	60,4	63,5
S. Salvador do Mundo	40,2	43,4	34,6	37,5	27,2
S. Lourenço dos Órgãos	83,6	83,5	76,3	77,4	72,6
Ribeira Grande de Santiago	83,4	78,4	70,0	76,8	71,6
Mosteiros	51,5	60,8	63,9	63,0	76,3
S. Filipe	70,8	81,3	80,9	77,1	82,8
Santa Catarina do Fogo	44,1	57,3	62,0	69,9	86,0
Brava	98,4	98,2	98,1	95,5	97,9

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

¹ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "



Indicador 6.2.1 Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.

A tabela 105 apresenta os dados sobre a proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas, ou seja, sanita, latrina ou retrete. Entre 2013 e 2017, registou-se um acréscimo de 9 pontos percentuais, passando de 71,8% para 80,8% da população que utiliza instalações sanitárias melhoradas. No meio rural, nota-se que esse indicador conheceu sucessivos aumentos, no mesmo período. Situação semelhante foi registada, no meio urbano, de 2013 a 2016, com ligeira diminuição em 2017.

Tabela 105 – Proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas (2013 - 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	71,8	73,9	77,2	80,3	80,8
Sexo					
Masculino	71,5	73,3	76,9	79,7	-
Feminino	72,1	74,5	77,5	80,9	-
Meio de Residência					
Urbano	81,1	83,3	86,4	87,9	87,5
Rural	54,6	55,9	58,9	64,9	66,9
Concelho					
Ribeira Grande	74,8	78,2	80,2	85,0	81,7
Paul	69,3	71,2	71,2	72,7	77,7
Porto Novo	63,3	65,4	68,7	69,9	76,6
S. Vicente	83,8	85,1	87,1	88,3	89,8
Ribeira Brava	70,4	66,3	77,7	82,7	83,4
Tarrafal de S. Nicolau	82,5	86,1	83,8	86,6	88,5
Sal	89,4	91,4	93,4	92,2	94,3
Boa Vista	68,1	68,0	70,2	76,6	59,8
Maio	88,6	91,9	90,5	89,9	95,2
Tarrafal	58,6	57,3	69,4	72,7	74,8
Santa Catarina	58,3	60,0	63,3	71,6	68,3
Santa Cruz	45,1	48,9	53,2	54,4	57,5
Praia	77,4	80,0	84,6	86,1	86,7
S. Domingos	52,6	52,1	53,6	64,6	66,2
S. Miguel	42,8	50,0	47,7	61,5	55,2
S. Salvador do Mundo	45,2	51,8	53,6	63,8	69,7
S. Lourenço dos Órgãos	62,1	65,2	68,5	68,6	70,6
Ribeira Grande de Santiago	48,1	45,4	49,8	55,7	55,3
Mosteiros	89,1	87,8	87,4	93,5	90,3
S. Filipe	79,1	82,1	82,8	81,5	89,0
Santa Catarina do Fogo	81,9	83,6	82,6	88,2	89,0
Brava	86,6	87,4	87,6	91,4	92,8

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



OUTROS INDICADORES

Os dados da tabela 106 indicam que, 65,9% da população têm a rede pública como a principal fonte de abastecimento de água. Cerca de 8,4% da população abastecem-se nos vizinhos, 10,9% em chafarizes, 7,8% recorrem a autotanques e 7,1% recorrem a outras fontes (cisternas, nascentes, poços, etc.).

Tabela 106 – Distribuição percentual (%) da população segundo a principal fonte de abastecimento de água, por meio de residência, concelho e sexo. (2017)

	Principal fonte de abastecimento de água					Total
	Rede Pública	Vizinhos	Chafariz	Autotanque	Outras fontes	
Cabo Verde	65,9	8,4	10,9	7,8	7,1	100,0
Sexo						
Masculino	65,1	8,5	11,1	8,2	7,1	100,0
Feminino	66,6	8,3	10,6	7,3	7,2	100,0
Meio de residência						
Urbano	69,8	10,4	10,3	8,9	0,6	100,0
Rural	57,7	4,0	12,0	5,5	20,8	100,0
Concelho						
Ribeira Grande	84,9	1,9	6,4	0,4	6,5	100,0
Paul	80,9	5,8	6,4	0,1	6,8	100,0
Porto Novo	77,0	1,8	12,6	2,1	6,5	100,0
S. Vicente	68,9	10,0	14,6	5,8	0,7	100,0
Ribeira Brava	88,4	1,8	8,5	0,6	0,7	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	89,6	2,3	2,1	0,3	5,8	100,0
Sal	74,2	2,0	20,8	2,9	0,1	100,0
Boavista	40,8	1,1	28,0	30,1	0,0	100,0
Maio	86,7	5,1	4,3	3,8	0,1	100,0
Tarrafal	82,5	7,8	5,1	3,9	0,8	100,0
Santa Catarina	64,2	5,6	7,7	5,7	16,8	100,0
Santa Cruz	71,1	6,4	6,6	1,3	14,6	100,0
Praia	61,5	15,8	9,4	13,3	0,0	100,0
S. Domingos	27,2	1,4	29,7	12,5	29,3	100,0
S. Miguel	53,3	5,2	5,0	5,4	31,1	100,0
S. Salvador do Mundo	12,5	0,0	14,7	22,3	50,6	100,0
S. Lourenço dos Órgãos	68,7	3,2	0,7	1,4	26,1	100,0
Ribeira Grande de Santiago	61,8	5,9	3,9	2,9	25,6	100,0
Mosteiros	61,1	1,3	13,9	0,4	23,3	100,0
S. Filipe	76,9	4,5	1,4	1,8	15,4	100,0
Santa Catarina do Fogo	76,8	7,5	1,7	0,0	14,1	100,0
Brava	91,2	5,4	1,3	0,0	2,1	100,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Segundo os dados da tabela 107, em Cabo Verde, 53,8% da população utilizam o contentor como principal modo de evacuação do lixo e 25,7% utilizam o carro de lixo. Apesar de essas formas serem as mais adequadas, 11,2% da população ainda fazem o enterro/queima de lixo e 7,6% atiram-no fora. No meio urbano, a maioria da população utiliza o contentor (62,1%) e o carro de lixo (34,4%), enquanto no meio rural são mais utilizados o contentor (36,6%) e enterro/queima (28,9%), como principal modo de evacuação de resíduos.

Tabela 107 – Proporção da população segundo modo de evacuação de resíduos sólidos/lixo, por sexo, meio de residência e concelho (2017)

	Recolha do lixo					
	Colocado em contentor	Recolhido pelo carro de lixo	Enterrado/queimado	Atirado ao redor da casa	Atirado fora	Outro
Cabo Verde	53,8	25,7	11,2	1,5	7,6	0,1
Meio de Residência						
Urbano	62,1	34,4	2,7	0,1	0,5	0,1
Rural	36,6	7,6	28,9	4,4	22,4	0,1
Concelho						
Ribeira Grande	55,3	15,0	25,7	1,5	2,5	0,0
Paul	71,5	0,6	26,4	0,3	1,3	0,0
Porto Novo	82,1	2,4	13,2	0,6	1,7	0,0
S. Vicente	46,8	51,6	0,5	0,0	0,5	0,6
Ribeira Brava	13,0	78,5	6,9	0,0	1,2	0,5
Tarrafal de S. Nicolau	2,6	93,0	4,3	0,1	0,0	0,0
Sal	92,8	6,1	0,0	0,0	1,0	0,0
Boa Vista	84,4	15,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Maio	91,7	8,0	0,3	0,0	0,0	0,0
Tarrafal	63,7	0,0	4,6	3,9	27,9	0,0
Santa Catarina	29,7	1,0	29,6	2,7	36,9	0,0
Santa Cruz	50,4	0,9	14,6	8,3	25,8	0,0
Praia	49,0	46,1	4,8	0,0	0,0	0,0
S. Domingos	56,7	0,2	32,3	1,0	9,8	0,0
Calheta de S. Miguel	50,3	0,3	9,4	5,1	34,4	0,5
S. Salvador do Mundo	37,9	3,2	43,1	12,2	3,5	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	49,3	0,7	37,7	9,3	3,1	0,0
Ribeira Grande de Santiago	55,4	1,2	6,5	5,5	31,4	0,0
Mosteiros	72,7	0,0	22,3	0,4	4,6	0,0
S. Filipe	51,5	6,0	38,2	2,1	2,1	0,0
Santa Catarina do Fogo	59,0	1,9	36,1	0,0	3,0	0,0
Brava	78,4	14,1	7,5	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7) trata do acesso às diferentes fontes de energia, principalmente às renováveis, eficientes e não poluentes.



ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível para todos e todas

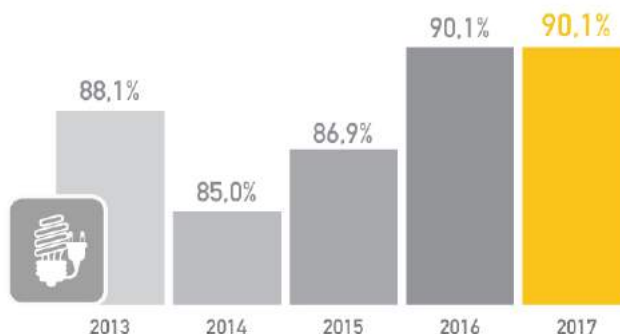
O Governo de Cabo Verde elegeu a segurança energética, a estabilidade dos preços e a redução da fatura energética como preocupações centrais, devidamente estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) em alinhamento com o ODS 7, materializado através do Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE). O objetivo de tal atitude é fazer a transição para um setor energético, seguro, eficiente e sustentável, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e garantindo o acesso universal e a segurança energética.

Neste tema, apresentam-se os resultados sobre a evolução dos indicadores referentes ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7), as estatísticas da energia elétrica (produção e acesso) bem como o total das vendas de combustíveis no mercado interno.

Indicador 7.1.1 Percentagem da população com acesso à eletricidade

Em 2017, cerca de 90% da população residente afirmou ter acesso à energia elétrica, valor que se manteve igual em relação a 2016.

Gráfico 9 – Percentagem de população com acesso à energia elétrica (2012-2016)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Contudo, em 2017, cerca de 92% da população no meio urbano tiveram acesso a energia elétrica, enquanto no meio rural 85,7% da população afirmaram ter acesso à energia elétrica.

O concelho que registou o maior nível de acesso a energia elétrica, em 2017, foi São Salvador do Mundo, com 97,5%, representando um aumento de 3,1 p.p. em relação a 2016, que chegou aos 94,4%. O nível de acesso à energia elétrica mais baixo em Cabo Verde foi registado no concelho de Tarrafal com 72,2%. Este concelho, em 2017, teve uma diminuição de 1,2 p.p. da população com acesso a energia elétrica, em relação a 2016.

Em 2017, verificou-se que os representantes dos agregados do sexo feminino tiveram mais acesso à energia elétrica, atingindo cerca de 90,7%, o que corresponde a um aumento de 0,5 p. p. em relação a 2016, enquanto que os representantes do sexo masculino obtiveram 89,6%, tendo diminuído o nível de acesso em 0,4 p. p. em relação a 2016.

Tabela 108 – Percentagem de população com acesso à energia elétrica, por meio de residência, sexo e concelho (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	88,1	85	86,9	90,1	90,1
Meio Residência					
Urbano	91,8	88,7	90,6	93,5	92,3
Rural	81,2	77,8	79,6	83,4	85,7
Sexo					
Masculino	87,6	84,2	86,4	90,0	89,6
Feminino	88,6	85,8	87,4	90,2	90,7
Concelho					
Ribeira Grande	90	88,2	88,9	91,8	92,4
Paul	89,5	88,2	85,2	90,3	88,6
Porto Novo	88,6	89,2	88,5	86,9	94,1
S. Vicente	92	88,6	91,6	94,4	93,5
Ribeira Brava	87,4	89,7	92	97,0	93,8
Tarrafal de S. Nicolau	83	84,7	80,1	93,4	91,2
Sal	90,5	92,1	93,2	95,2	95,2
Boavista	89,4	91,2	92,8	91,8	91,4
Maio	89,9	87,9	91,3	85,8	89,4
Tarrafal	59,7	61,5	69,6	73,4	72,2
Santa Catarina	86	78,1	78,5	86,6	87,0
Santa Cruz	81,2	75,8	77,7	79,9	84,6
Praia	92,5	88	89,7	93,7	91,6
S. Domingos	91,5	81,2	88,4	89,7	91,6
S. Miguel	86,9	77,4	88,1	85,6	84,2
S. Salvador do Mundo	89,2	89,1	91,9	94,4	97,5
S. Lourenço dos Órgãos	94,1	89,5	74,2	89,5	93,1
Ribeira Grande de Santiago	84,5	84,1	77,5	82,4	82,4
Mosteiros	83,8	87,6	86,3	85,2	89,4
S. Filipe	75,8	74,6	79,3	78,4	79,3
Santa Catarina do Fogo	79,1	79,7	82,6	90,2	93,1
Brava	93,3	97,2	94,9	93,9	95,9

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Indicador 7.1.2 Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas

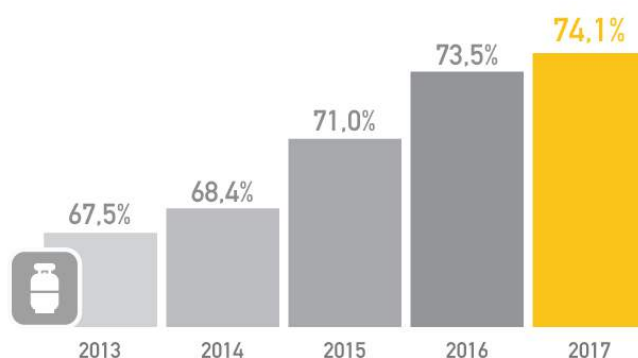
Este indicador mostra a proporção da população com dependência primária de combustíveis e tecnologias limpas. É estimada como sendo o número de pessoas que utilizam combustíveis e tecnologias limpas para coação, aquecimento e iluminação. Combustíveis limpos em Cabo Verde são considerados o gás butano e energia elétrica (eletricidade).

Não se considera, para o cálculo deste indicador, o aquecimento, tendo em conta a pouca ou quase inexistência do seu uso pelas populações em Cabo Verde. A iluminação também não foi considerada, tendo em conta a sua abordagem no indicador anterior. Segundo as estatísticas, o gás butano não é utilizado em Cabo Verde como forma de iluminação. Considera-se, portanto, somente o uso do gás butano e energia elétrica para cozinhar como forma de combustíveis limpas.

Em 2017, somente 0,2% da população utilizaram energia elétrica para cozinhar. Tendo em conta a sua pouca utilização junto da população, esta não foi considerada para o cálculo deste indicador.

Para este indicador foi, portanto, considerada somente a percentagem da população com acesso ao gás butano para cozinhar. Em 2017, cerca de 74,1% da população afirmaram utilizar gás butano para preparação de alimentos, correspondendo a um aumento de 0,6 p.p. da população com acesso a essa forma moderna de energia, em relação a 2016, que ficou nos 73,5,0%.

Gráfico 10 – Percentagem de população com acesso a gás butano (2013-2017)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2017, cerca de 91% da população no meio urbano tiveram acesso ao gás butano, enquanto que no meio rural apenas 38,8% da população utilizaram o gás butano para cozinhar. Existe uma grande discrepância no acesso a esta forma de energia entre o meio urbano e rural, atingindo uma diferença de 52,3 pontos percentuais.

O concelho do Sal é onde se registou o maior nível de acesso ao gás butano, em 2017, tendo atingido 97,3% da população a utilizá-lo na preparação de alimentos, seguido da Boavista com 97,0%, São Vicente (95,0%) e Praia com 92,6%. Em sentido contrário o concelho de São Salvador do Mundo apresentou o menor nível de acesso ao gás butano com 24,4%, seguido dos concelhos de São Lourenço dos Órgãos e São Miguel com 26,0% e 26,3% respetivamente.



Tabela 109 – Percentagem de população que utiliza o gás Butano, por meio de residência e concelho (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	67,5	68,4	71,0	73,5	74,1
Meio Residência					
Urbano	88,3	88,6	89,5	91,7	91,0
Rural	28,7	29,5	34,1	36,5	38,8
Concelho					
Ribeira Grande	46,2	46,7	52,8	56,0	61,4
Paul	44,8	45,5	55,7	48,9	61,0
Porto Novo	66,1	68,6	68,2	65,7	70,9
S. Vicente	95,0	95,0	94,7	94,4	95,0
Ribeira Brava	64,9	64,5	78,6	90,9	86,8
Tarrafal de S. Nicolau	81,4	84,5	77,2	77,2	73,3
Sal	96,0	96,3	97,2	97,9	97,3
Boavista	93,7	95,8	93,9	96,8	97,0
Maio	59,2	57,1	61,1	66,8	69,1
Tarrafal	37,3	35,5	49,2	49,2	51,6
Santa Catarina	37,4	34,5	42,7	41,6	41,9
Santa Cruz	35,1	42,9	38,6	45,8	38,2
Praia	89,1	90,2	90,2	93,9	92,6
S. Domingos	31,5	27,7	32,4	39,1	43,0
S. Miguel	19,6	21,1	25,8	28,4	26,3
S. Salvador do Mundo	16,2	14,8	18,3	22,2	24,4
S. Lourenço dos Órgãos	26,4	23,9	26,8	24,6	26,0
Ribeira Grande de Santiago	33,9	30,3	36,0	40,4	41,4
Mosteiros	46,1	42,3	46,0	49,0	53,9
S. Filipe	42,9	42,9	48,5	51,4	56,8
Santa Catarina do Fogo	24,7	28,9	37,9	39,9	41,7
Brava	70,1	83,9	82,3	88,9	90,8

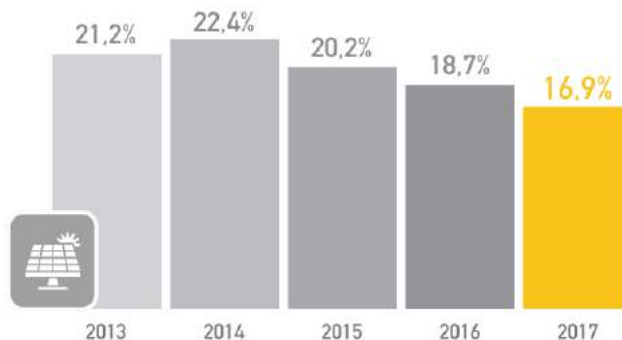
Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Indicador 7.2.1 Peso das energias renováveis na produção de energia elétrica (%)

Em 2017, a taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia elétrica foi de 16,9%, correspondendo a uma diminuição de 1,8 p.p, em relação a 2016.

Gráfico 11 – Taxa de penetração das energias renováveis (2013-2017)

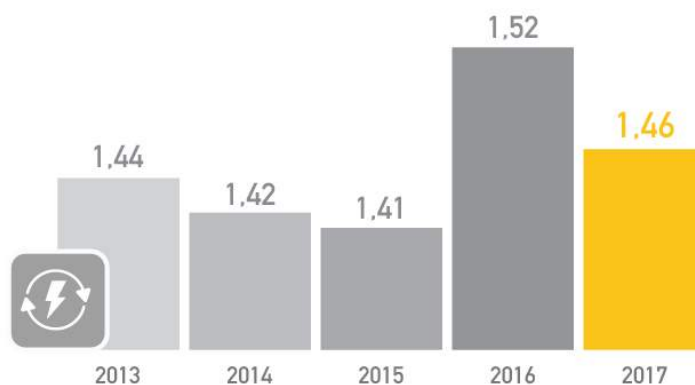


Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Indicador 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalentes de petróleo /milhões de escudos)

A eficiência energética medida em termos da intensidade energética teve, em 2017, uma diminuição de 3.9% em relação a 2016, passando de 1,52 para 1,46 tep/milhões de escudos.

Gráfico 12 – Evolução da Intensidade energética (2013-2017)



Nota: Os dados da intensidade energética apresentados neste anuário são considerados provisórios.

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia



OUTROS INDICADORES

Energia Elétrica

Em 2017, cerca de 83,1% da energia elétrica produzida em Cabo Verde foi de origem térmica, representando um aumento de 13,0% em relação ao ano anterior. A energia elétrica de origem eólica contribuiu com cerca de 15,5%, em 2017 para o total da produção de energia elétrica, tendo registado uma diminuição de 1,3% quando comparado com 2016. A contribuição da energia solar no *mix* de produção de energia elétrica continua a ser de 1, 4%, percentagem igual à obtida em 2016.

Figura 13 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2017)



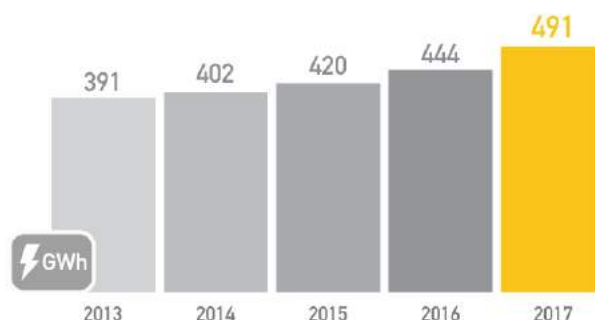
Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Tabela 110 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2013 - 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	391	402	420	444	491
Solar	7	7	6	6	7
Eólica	76	83	79	77	76
Térmica	308	312	335	361	408

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Gráfico 13 – Total da produção de energia elétrica (em GWh) em Cabo Verde (2013-2017)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Nota: Os dados apresentados para o total da produção de eletricidade, bem como por tipo de fonte, para os anos de 2013-2015, foram atualizados em relação ao anuário anterior, por terem sido atualizados dados de base e efetuadas algumas correções em termos de arredondamentos.



Em 2017, a ilha de Santiago com 49,3% do total da produção de energia elétrica nacional, continua a ser a ilha com maior produção de energia elétrica no país, seguida das ilhas do Sal e São Vicente com 17,8% e 16,1%, respetivamente. As restantes ilhas em conjunto representam cerca de 16,8% do total da produção de energia elétrica em 2017, correspondendo a 82,6GWh.

Tabela 111 – Produção de energia elétrica por fonte, total produção e taxa de penetração por ilha (2017)

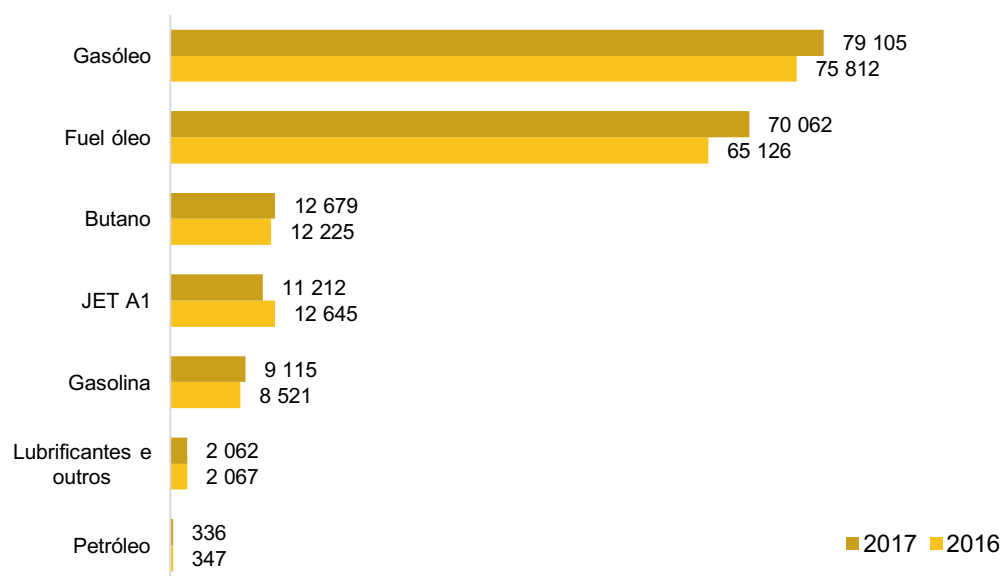
	Produção Térmica (GWh)	Produção Renovável (GWh)	Total Produção (GWh)	Taxa de Penetração ER (%)
Cabo Verde	408,0	83,0	490,9	16,9
Santo Antão	15,3	0,8	16,1	4,8
S. Vicente	59,4	19,7	79,1	24,9
S. Nicolau	6,8	0,0	6,8	0,0
Sal	68,4	19,0	87,4	21,8
Boa Vista	31,4	8,0	39,4	20,2
Maio	3,4	0,0	3,4	0,0
Santiago	206,3	35,5	241,9	14,7
Fogo	14,1	0,0	14,1	0,0
Brava	2,8	0,0	2,8	0,0

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Combustíveis

O mercado interno de combustíveis, em 2017, movimentou 184.570 Toneladas Métricas (TM) de combustíveis, correspondendo a um aumento de 4,4% em relação a 2016, que atingiu 176.741 TM. Ainda em 2017 registou um aumento de 7,6% no volume de vendas do Fuel óleo em relação a 2016, seguido da gasolina (7.0%) e do gasóleo com 4,3%. Em sentido contrário o Jet A1, combustível para aviação, tem vindo a apresentar um decréscimo no volume de vendas ao longo dos anos, tendo apresentado uma diminuição de 11,3% face ao mesmo período de 2016.

Gráfico 14 – Volume (TM) de Vendas Combustíveis no mercado interno (2016-2017)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia



O gasóleo continua a ser o combustível mais comercializado em Cabo Verde com 42,9% do total de combustíveis vendidos, seguido do Fuel óleo com 38,0%. Estes dois combustíveis em conjunto representaram, em 2017, cerca de 81% do total de combustíveis vendidos. O gás butano foi o terceiro combustível mais comercializado, com 6,9% e o petróleo foi o menos comercializado no país, com 0,2% do total vendido.

O Jet A1, ao longo dos últimos anos, tem apresentado tendência de decréscimo no volume de vendas, mas mesmo assim contribuiu em 2017 com 6,1% do total de combustíveis comercializados no mercado interno.

Tabela 112 – Vendas de combustíveis no mercado interno por produto, em TM (2013-2017)

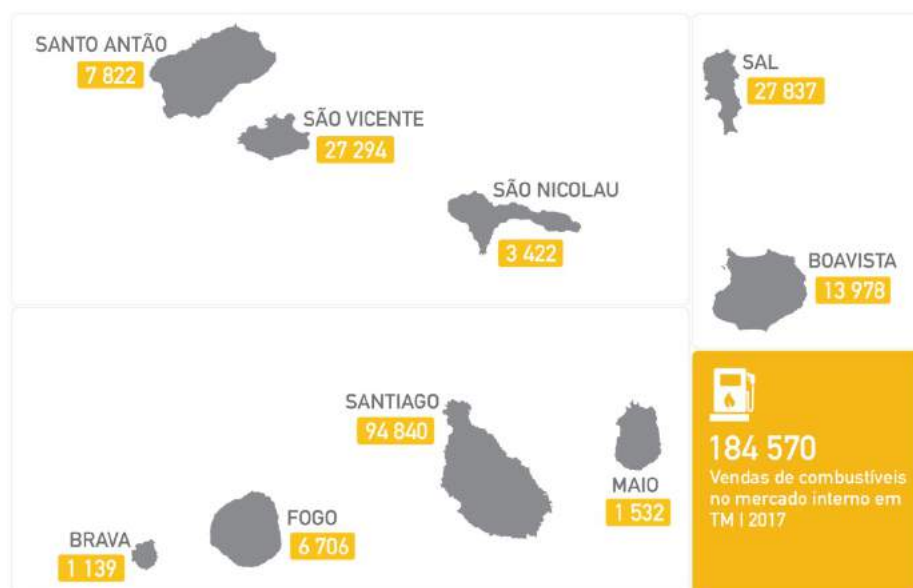
	2013	2014	2015	2016	2017
Total	163 633	161 507	162 569	176 741	184 570
Butano	10 994	11 191	11 640	12 225	12 679
Gasolina	7 022	7 356	7 765	8 521	9 115
JET A1	17 587	15 030	13 933	12 645	11 212
Petróleo	487	454	371	347	336
Gasóleo	69 211	67 722	66 439	75 812	79 105
Fuel óleo	56 309	57 899	60 514	65 126	70 062
Lubrificantes e outros	2 023	1 855	1 907	2 067	2 062

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Nota: Os dados apresentados para o total de vendas de combustíveis, de 2013-2015 foram atualizados em relação ao anuário anterior, devido a correções relacionadas com arredondamentos.

Também nos combustíveis, a ilha de Santiago com 51,4% (94.840 TM) do total das vendas é o maior mercado de venda de combustíveis no país, seguida das ilhas do Sal e São Vicente com 15,1% e 14,8%, respetivamente. As restantes ilhas em conjunto representam cerca de 18,7% do total de vendas de combustíveis em 2017, correspondendo a 32.599 TM.

Figura 14 – Vendas de combustíveis no mercado interno em TM por ilha (2017)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) tem como centro o mercado do trabalho e do desenvolvimento económico. Por isso, este objetivo trata da economia internacional, seja por metas de desempenho económico, seja por busca de eficiência e produtividade. O emprego decente, o empreendedorismo e o valor à criatividade e à inovação são temas do objetivo, que incentivam a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas. Ainda, propõe-se o incentivo ao turismo sustentável.



ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Os ODS promovem o crescimento económico sustentado, níveis mais altos de produtividade e inovação tecnológica. Incentivar o empreendedorismo e a criação de emprego são fundamentais para isso, assim como medidas efetivas para erradicar o trabalho forçado, a escravidão e o tráfico de seres humanos. Com estes objetivos em mente, a meta é alcançar empregos formais e produtivos e um trabalho decente para todas as mulheres e homens até 2030.

Neste tema são apresentados os indicadores ligados ao trabalho decente e ao crescimento económico disponíveis no país.

Apresentam-se, ainda, alguns dados e indicadores complementares, concernentes ao mercado de trabalho, às contas nacionais, empresas, preços, setor monetário e financeiro, setor externo e finanças públicas.

Indicador 8.1.1 - Taxa de variação anual do PIB real per capita

Entre 2013 a 2017, o PIB real per capita em dólar apresentou uma taxa de variação média anual de -2,7%. No período de 2014 a 2015, houve uma variação negativa do PIB per capita em dólar, justificada essencialmente pelas flutuações cambiais. Em relação ao PIB per capita real em escudos, registou-se uma taxa de variação média anual de 1,3%, para o mesmo período em análise. A diferença observada nas referidas taxas acima, justifica-se sobretudo pela variação da taxa de câmbio.

Tabela 113 – Taxa de variação do PIB per capita real (em US\$ e ECV) (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017 ^P
Taxa de Variação PIB per capita em US\$	2,9	-0,6	-16,6	3,1	4,7
Taxa de Variação PIB per capita em ECV	-0,4	-0,6	-0,2	3,4	2,8

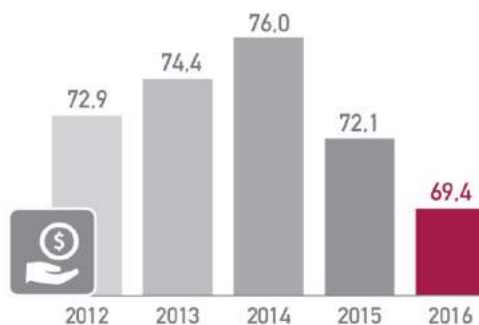
Fonte: INE, Contas nacionais



Indicador 8.2.1 - Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada

De acordo com os dados do gráfico 15, nota-se que, em 2016, o PIB real por pessoa empregada apresentou uma variação de 69,4%, diminuindo ligeiramente em relação a 2015 (72,1%).

Gráfico 15 – Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)

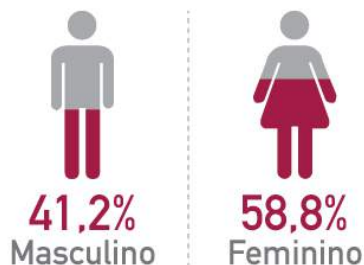


Fonte: INE, Contas nacionais

Indicador 8.3.1 - Proporção de emprego informal em empregos não agrícolas, por sexo

Segundo os dados do gráfico 15, a proporção do emprego informal, em 2015, é de 58,8% para o sexo feminino e 41,2% para o sexo masculino.

Figura 15 – Proporção do emprego informal não agrícola por sexo em 2015

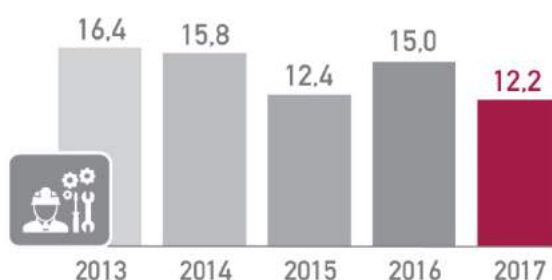


Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.5.2: Taxa de desemprego segundo sexo e idade

A taxa de desemprego passou de 16,4%, em 2013, para 12,2%, em 2017, diminuindo 4,2 p. p. De 2016 a 2017, esta taxa diminuiu 2,8 pontos percentuais.

Gráfico 16 – Taxa de desemprego em % (2010-2017)





Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Relativamente à taxa de desemprego, por sexo, verifica-se que ela é menor nos indivíduos do sexo masculino do que nos do sexo feminino. Em 2017, o desemprego relativamente às mulheres foi de 12,8% e nos homens 11,8%. No que se refere ao desemprego juvenil (15 – 24 anos), a taxa também diminuiu, tendo passado de 41,0%, em 2016, para 32,4%, em 2017, o que representa uma diminuição de 8,6 pontos percentuais.

Tabela 114 – Taxa de desemprego segundo sexo e idade (2013-2017)

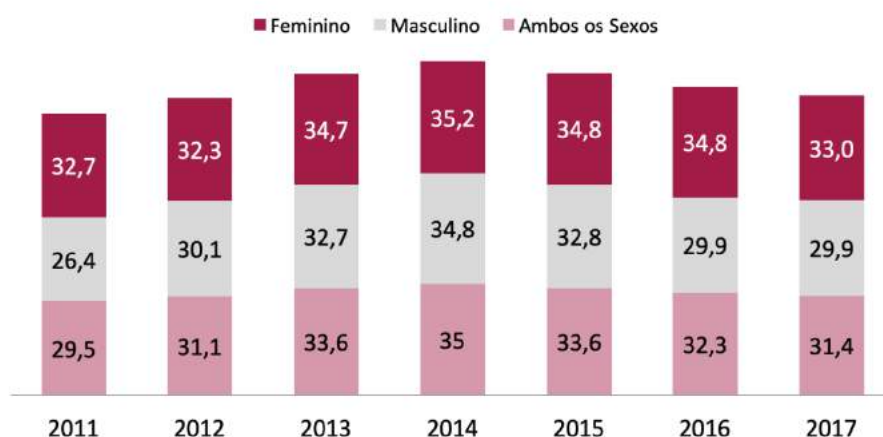
	2013	2014	2015	2016	2017
Total	16,4	15,8	12,4	15	12,2
15-24	34,6	35,8	28,6	41	32,4
25-44	15,4	13,8	11,3	11,7	10,4
45-64	5,3	6,6	5,3	3,9	4,8
65+	4,2	0,7	0,5	3,2	0,9
Masculino	16,9	16,3	13,5	12,9	11,8
15-24	32,9	33,8	28	31,7	29,5
25-44	16	14,2	11,3	10	10,1
45-64	6,6	8,7	8,3	5,4	5
65+	4,5	1	0,3	5,8	0
Feminino	15,7	15,2	11,2	17,4	12,8
15-24	36,8	38,5	29,5	52,6	36,4
25-44	14,8	13,4	11,4	13,8	10,7
45-64	3,9	4	1,8	2,4	4,6
65+	3,7	0	0,8	0	1,9

Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15 - 24 anos) fora do sistema educativo e que não exercem nenhuma atividade

Analisando os dados do gráfico 5, de 2011 a 2017, verifica-se que a maior taxa de jovens dos 15 aos 24 anos fora do sistema educativo concentra-se no grupo feminino.

Gráfico 17 – Taxa de Jovens dos 15 a 24 anos fora do sistema educativo (2011-2017)



Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho



Indicador 8.7.1 - Proporção e número de crianças de 5 a 17 anos envolvidas em trabalho infantil, por sexo e idade

Em 2013, a proporção de crianças dos 5 aos 17 anos envolvidas no trabalho infantil foi de maior incidência no sector de atividade da agricultura e da pesca, sendo de 77,3% no sexo masculino e 70% no sexo feminino.

Tabela 115 – Proporção de crianças dos 5 aos 17 anos, no trabalho infantil por sexo (2013)

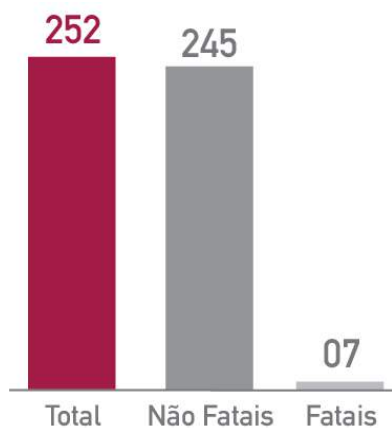
	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	Nº	(%)	Nº	(%)
Total	6 873	100,0	4 040	100,0
Agricultura e Pesca	5 315	77,3	2 830	70,0
Indústria e água	370	5,4	189	4,7
Comércio	334	4,9	256	6,3
Atividades domésticas	618	9,0	630	15,0
Outros Serviços	236	3,4	135	63,3

Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.8.1 - Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e estatuto migratório

Em 2017, do total de acidentes de trabalho por fatalidade, 7 foram fatais e 245 não fatais.

Gráfico 18 – Proporção de acidentes de trabalho fatais por fatalidade (2017)



Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho



Em relação à ocorrência de acidentes de trabalho por setor de actividade, constatou-se que a construção civil é o que tem maior ocorrência de acidentes de trabalho (50), para o grupo de pessoas do sexo masculino, em 2017. Em contrapartida, o setor de actividade da agricultura é o que registou menor número de acidentes de trabalho no mesmo ano.

Tabela 116 – Acidentes de trabalho por setor de actividade (2017)

Setores	Sexo	
	Masculino	Feminino
Construção Civil	50	0
Comércio	18	14
Hotelaria/Restauração	20	20
Indústria	29	31
Metalurgia	24	0
Serviços	22	13
Transportes	6	1
Agricultura	1	0
Outros	3	0

Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho

Indicador - 8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e estatuto migratório

No que diz respeito às conciliações realizadas (contenda laboral), em 2017, verificaram-se 176 greves com acordo (- 43 face a 2016), 112 sem acordo (- 246 em relação a 2016) , 124 pendentes (+ 47 do que em 2016) e 19 ficaram como pré-aviso de greve (- 9 face a 2016).

Tabela 117 – Número de Conciliações (2016-2017)

Categoria	2016	2017
Com acordo	219	176
Sem acordo	358	112
Pendentes	77	124
Pré-aviso de greve	28	19

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

Tabela 118 – Número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta)

Categoria	2016	2017
Acordados despedimentos Individuais	219	176
Acordos no pré-aviso de greve	14	18

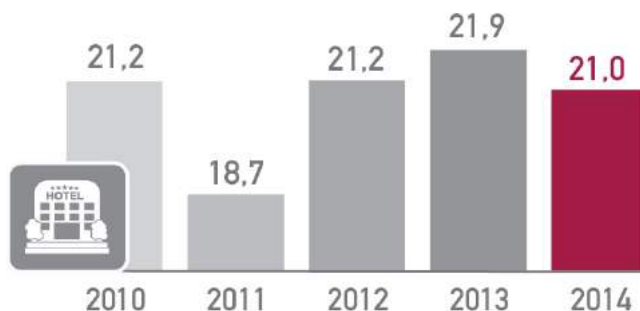
Fonte: Direção-Geral do Trabalho



Indicador 8.9.1- PIB direto do turismo em relação ao PIB total e à taxa de crescimento

Em termos de contribuição da atividade do turismo na economia do país (PIB Total), verificou-se que, em 2014, este contribuiu em 21,0 % no PIB total.

Gráfico 19 – Proporção (%) da atividade do turismo no PIB (2010-2012)



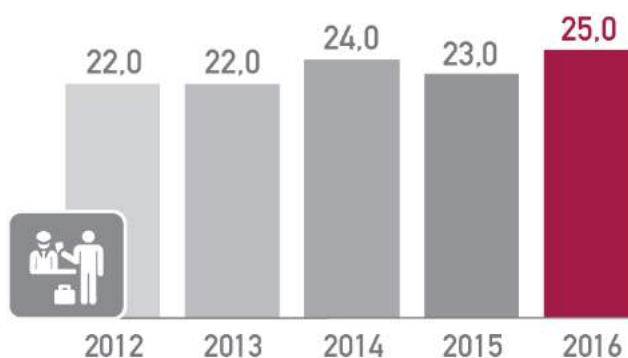
*Dados provisórios para 2012, 2013 e 2014

Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 8.9.2 - Proporção de empregados na atividade do turismo sustentável do total de empregados no turismo

Os dados do gráfico 21 indicam que, a percentagem de empregados na atividade de turismo no setor empresarial tem apresentado uma tendência crescente, sendo que, de 2010 a 2016, representaram em média 22,3% no total do setor empresarial.

Gráfico 20 – Proporção de empregados na atividade do turismo no setor empresarial (2010-2016)



Fonte: INE, Contas Nacionais

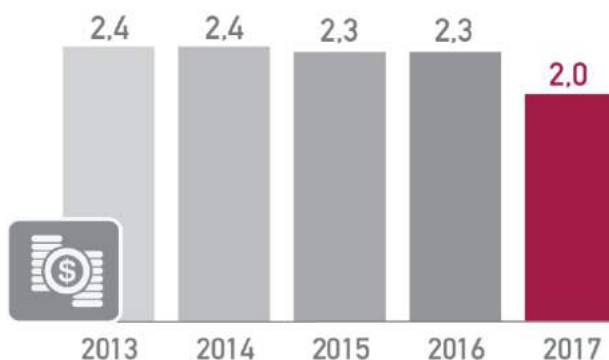


Indicador 8.10.1- (a) Número de bancos comerciais por 100.000 adultos e (b) número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos

Os dois indicadores seguintes (8.10.1 (a) e 8.10.1 (b)) foram calculados, pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.

De 2010 a 2017, o número de bancos comerciais por 100.000 adultos foi apresentando um perfil decrescente, sendo que para o período em análise, a média de bancos comerciais por 100.000 adultos esteve entre 2,3.

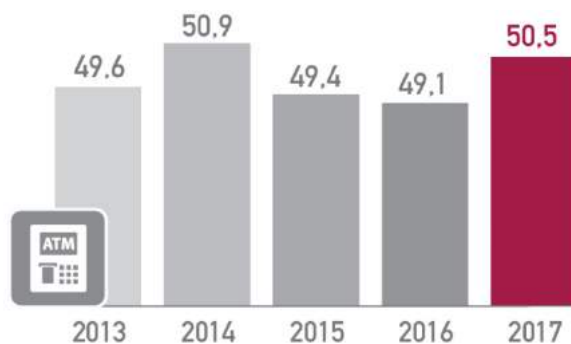
Gráfico 21 – Número de bancos comerciais por 100 000 adultos



Fonte: Banco de Cabo verde

O rácio de caixas automáticas por 100.000 adultos aumentou 1,8%, passando de 49,6 por 100.000 adultos em 2013 para 50,5 por 100.000 adultos em 2017.

Gráfico 22 – Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos



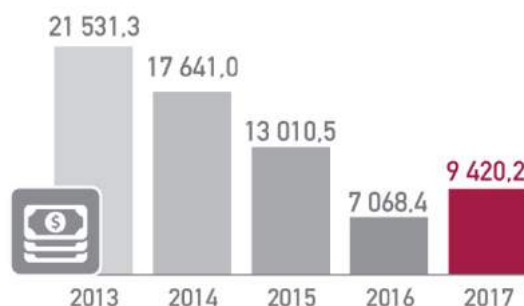
Fonte: Banco de Cabo verde



Indicador 8.a.1- Auxílios para compromissos comerciais e desembolsos

De 2013 a 2017, constatou-se uma redução de 56,2% nos auxílios para compromisso e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio (cerca de - 12.000 milhões de escudos). Contudo, de 2016 a 2017, verificou-se um aumento na ordem dos 33% (+ 2.351 milhões de escudos).

Gráfico 23 – Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos (2013-2017)



Fonte: Ministério de Finanças

Indicador 8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como uma estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional de emprego.

Tabela 119 – Programas de estágio profissional (2010-2018)

Programa de estágio profissional	
2013	Carta de política integrada de educação, formação e emprego
2014	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2015	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2016	Plano nacional de emprego; Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa
2017	Programa de emprego, empregabilidade e inserção de jovens da OIT

Fonte: Direção-Geral do Emprego

OUTROS INDICADORES

Mercado de trabalho

A população ativa diminuiu, em termos absolutos, de 2013 a 2014, passando de 221.874 para 217.158 indivíduos; aumentou no período 2015 a 2016, passando de 222.084 para 246.680 indivíduos e diminuiu de 2016 a 2017, passando de 246.680 para 232.198 indivíduos.

Em 2017, dos três setores de atividade económica, pode-se observar que o setor terciário é o que mais mão-de-obra observou, com uma média de 64,4% dos ativos empregados. Constata-se que houve um aumento de 3,3 pontos percentuais, comparativamente ao ano de 2016. No setor primário, houve uma diminuição em 6 pontos percentuais e, no secundário, verificou-se aumento em relação a 2016, na ordem de 2,7 pontos percentuais.



A categoria de profissão com maior grau de empregabilidade, de acordo com os dados de 2017, é o grupo de “profissões elementares”, com 30,9%, seguido de “serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores”, com 22,7% e “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, com 15,9%.

A taxa de atividade, em Cabo Verde, diminuiu de 63,7%, em 2016, para 59,2% em 2017, representando uma diminuição de 4,5 pontos percentuais. Relativamente ao sexo, constata-se que esta taxa é maior nos homens (66,3%) do que nas mulheres (52,1%). O concelho com menor taxa de atividade, em 2017, foi a Brava (33,5%), enquanto a ilha da Boa Vista apresentou o maior valor (79,8%).

Em termos de meio de residência, verifica-se que, entre 2013 e 2017, a taxa de atividade foi superior no meio urbano do que no meio rural. Em 2017, no meio urbano, esta taxa foi de 65,4%, enquanto no meio rural foi de 45,8%. Pode-se constatar que, em todos os concelhos, a taxa de atividade no meio urbano é superior à registada no meio rural.

A menor taxa de atividade (10,9%) foi registada nos indivíduos da faixa etária igual ou superior a 65 anos de idade (idosos) e a maior encontra-se nos indivíduos com idade compreendida entre os 35 e os 39 anos (80,8%).

Em relação à taxa de ocupação, ou seja, o rácio emprego-população, houve uma diminuição de 2,3 pontos percentuais, em 2017, comparativamente a 2016. Esta diminuição verificou-se tanto nos indivíduos do sexo masculino (2,0 pontos percentuais) como nos do sexo feminino (2,5 pontos percentuais). A nível dos concelhos, o dos Mosteiros apresentou a menor taxa de ocupação, atingindo o valor de 27,5% em 2017.

Contas Nacionais

Contas nacionais anuais

As estimativas disponíveis das contas nacionais trimestrais mostram que, em 2017, o PIB cresceu 4,6%, em termos nominais (corrente), e 4,0%, em termos reais (em volume), relativamente ao ano 2016.

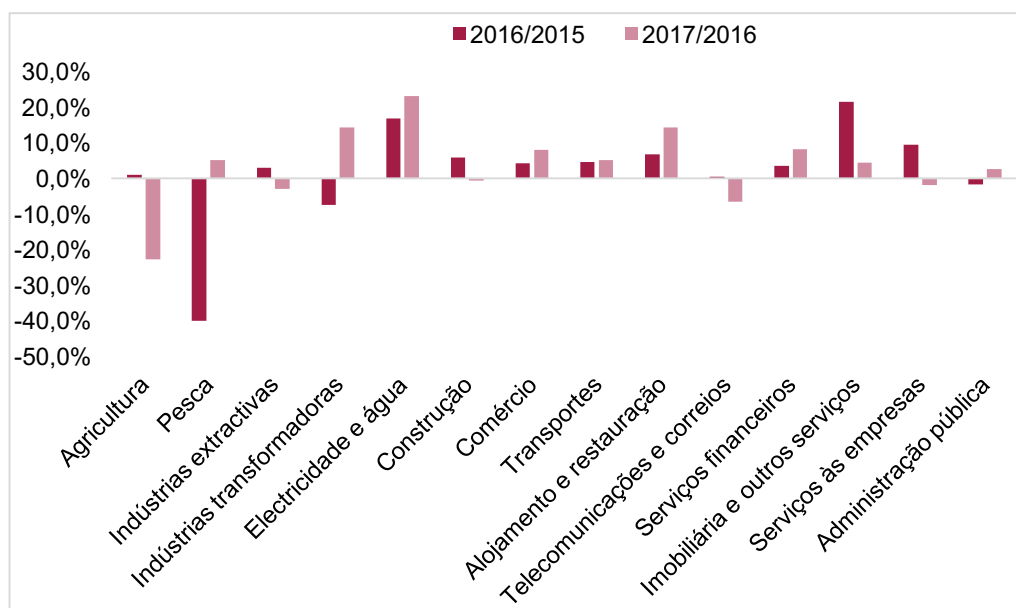
Esse crescimento é devido, essencialmente, à evolução positiva dos ramos de Eletricidade e Água (23,0%), Indústria Transformadora (14,3%), Alojamento e Restauração (14,3%), Comércio (8,0%) e Imobiliária e Outros Serviços (4,4%).

A análise do total do Valor Acrescentado Bruto (VAB) indica um crescimento de 3,7%, em valor, e 3,1% em volume, enquanto os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos se fixaram nos 10,7% e 9,8%, em valor e em volume, respetivamente.

O setor que mais contribuiu para essa evolução foi o dos serviços que, com um peso de cerca de 62,0% na estrutura do PIB, cresceu 5,0% em valor e 4,1% em volume.



Gráfico 24 – Variação acumulada (%) do VAB em volume dos ramos de atividade, (2016-2017)



Fonte: INE, Contas nacionais

Em termos de contribuição para o PIB nominal, nota-se que, em 2017, o sector terciário contribuiu com 62%, enquanto o sector primário e o secundário contribuíram com 6,3% e 17,8%, respetivamente.

Tabela 120 – Produto Interno Bruto a preços correntes em Milhões de ECV (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017 ^P
Setor Primário	13 322	13 089	14 432	13 847	10 991
Setor Secundário	26 330	28 212	28 192	27 808	30 850
Setor Terciário	95 045	94 563	96 043	102 436	107 523
Total VAB	134 697	135 864	138 667	144 090	149 364
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	19 026	18 571	20 032	21 692	24 019
PIB	153 723	154 435	158 699	165 782	173 383

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 121 – Produto Interno Bruto, a preços de mercado (preços do ano anterior), em milhões de ECV (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017 ^P
Setor Primário	13 108	13 345	13 931	13 813	11 140
Setor Secundário	25 644	28 051	28 031	28 993	30 139
Setor Terciário	93 938	94 734	93 901	101 591	107 332
Total VAB	132 690	136 130	135 862	144 397	148 612
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	18 868	18 533	20 128	21 770	23 823
PIB	151 558	154 663	155 991	166 167	172 435

P – provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais



Tabela 122 – Produto Interno Bruto encadeado em volume (Preços constantes de 2007) em Milhões de ECV. (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017 ^P
Setor Primário	12 994	13 016	13 853	13 466	10 710
Setor Secundário	22 130	23 576	23 425	23 587	25 671
Setor Terciário	86 701	86 417	85 811	90 908	94 657
Total VAB	121 642	122 936	122 934	128 014	132 031
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	16 492	16 065	17 412	18 923	20 782
PIB	138 054	138 898	140 297	146 899	152 794

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 123 – Estrutura do PIB por Setor de Atividade, (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017 ^P
Setor Primário	8,7	8,5	9,1	8,4	6,3
Setor Secundário	17,1	18,3	17,8	16,8	17,8
Setor Terciário	61,8	61,2	60,5	61,8	62,0
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	12,4	12,0	12,6	13,1	13,9
PIB	100	100	100	100	100

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 124 – Taxa de variação do PIB nominal e real (2013-2017)

	PIB nominal (%)	PIB real (%)
2013	2,2	0,8
2014	0,5	0,6
2015	2,8	1,0
2016	4,5	4,7
2017^P	4,6	4,0

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Analisando os dados da tabela 125, nota-se que a contribuição dos setores secundário e terciário aumentaram na composição do Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2017, enquanto o setor primário diminuiu a sua contribuição em 2,1 p.p, quando comparado a 2016.

Tabela 125 – Composição percentual do VAB nominal (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017 ^P
Setor Primário	9,9	9,8	10,3	9,6	7,5
Setor Secundário	19,3	20,6	20,6	20,1	20,3
Setor Terciário	70,8	69,6	69,1	70,4	72,2
Total VAB	100	100	100	100	100

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 129, constatou-se uma diminuição do investimento, medido pelo indicador Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), passando de 52.844, em 2012, para



54.886 milhões de escudos, em 2016, o que representa um decréscimo médio de 1,0% por ano. De igual modo, a poupança sofreu uma queda de 2,9% no mesmo período.

Relacionando a FBCF com o PIB, constata-se que, no período em análise, a mais alta taxa de investimento para o total de economia ocorreu em 2012, com 35,1%, e a mais baixa, em 2015, que rondou os 29%. Em média, registou-se uma taxa de investimento para o total da economia em torno dos 32%, no período 2012-2016. O consumo final, em 2016, comparativamente ao ano de 2012, obteve um aumento, passando de 123.619, em 2012, para 133.415 milhões de escudos, em 2016, representando um crescimento médio de 1,9% por ano.

Tabela 126 – Formação Bruta de Capital fixo em percentagem do PIB (a preços de mercado) (FBCF /PIB) e Despesas de consumo final em percentagem do PIB (CF /PIB), (2012-2016)

	FBCF	CF	PIB	FBCF/PIB (%)	CF /PIB (%)
2012	52 844	123 619	150 351	35,1	82,2
2013	46 337	127 167	153 723	30,1	82,7
2014	53 317	128 676	154 436	34,5	83,3
2015	45 681	133 410	158 699	28,8	84,1
2016	54 886	133 415	165 782	33,1	80,5

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 127 – Rendimento disponível bruto (RNDB), Rendimento disponível bruto per capita e Poupança Nacional (2012-2016)

	RNDB (Milhões de ECV)	RNDB <i>per capita</i> US\$	Poupança nacional	
			Valor (Milhões de ECV)	(%)
2012	166 136	3 825,1	42 517,2	25,6
2013	171 151	4 022,5	43 984,5	25,7
2014	168 783	3 918,6	40 107,0	23,8
2015	178 174	3 415,8	44 664,0	25,1
2016	186 172	3 515,4	52 757,0	28,3

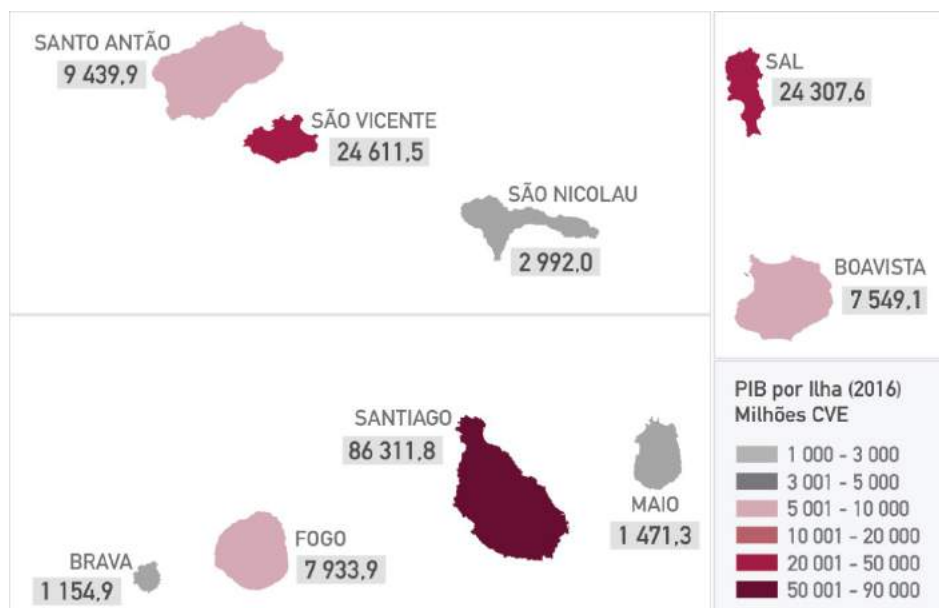
Fonte: INE, Contas nacionais



Produto Interno Bruto por Ilha

Entre 2012 e 2016, o PIB apresentou uma variação positiva, em cinco ilhas (Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago e Fogo), e negativa, nas restantes (São Nicolau, Boa Vista, Maio e Brava). A ilha do Sal apresentou a maior variação (49,5%). Em termos de participação relativa, nota-se que a ilha de Santiago contribuiu com 52,1% para o PIB de 2016, seguida da ilha de São Vicente, com 14,8% e a ilha do Sal com 14,7%, o que corresponde a uma contribuição conjunta dessas três ilhas, em cerca de 81,6%.

Figura 16 – PIB a preços correntes (Milhões de ECV), por Ilha (2016)



Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 128 – PIB por Ilha (em milhões de ECV) (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	150 351	153 723	154 436	158 699	165 782
Santo Antão	9 297	9 241	9 342	8 963	9 440
S. Vicente	22 905	23 622	24 648	25 308	24 612
S. Nicolau	3 137	3 174	3 305	3 115	2 992
Sal	16 258	16 059	16 057	16 733	24 308
Boa Vista	7 851	7 854	7 693	6 766	7 549
Maio	1 871	1 798	1 621	1 421	1 471
Santiago	79 954	83 238	83 021	87 129	86 312
Fogo	7 834	7 517	7 446	7 961	7 934
Brava	1 244	1 220	1 303	1 303	1 165

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 129, o PIB per capita de Cabo Verde passou de 297.147, em 2012, para 312.067 escudos, em 2016, representando um ligeiro aumento médio de 1,2% por ano. Nesse período, as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago e Fogo apresentaram taxas positivas do seu PIB per capita, tendo sido o aumento mais expressivo o



registado na ilha do Sal (23,3%). As restantes ilhas apresentaram taxas negativas, tendo a ilha do Maio registado a mais baixa (-22,5%).

De 2012 a 2014, Boa Vista detinha o maior PIB per capita do país, seguida da ilha do Sal, situação que foi invertida em 2015 e 2016. Efetivamente, são duas ilhas em que o turismo tem maior dinamismo. O PIB per capita de 689.219 escudos, obtido na ilha do Sal, em 2016, é quase duas vezes e meia o valor registado na ilha do Maio (209.168 escudos), nesse mesmo ano. Esta constatação indica nitidamente a existência de fortes assimetrias regionais, em termos de crescimento económico no país.

Tabela 129 – PIB per capita (em ECV), por ilha (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	297 147	300 139	297 870	302 381	312 067
Santo Antão	218 479	220 754	226 790	221 060	236 453
S. Vicente	292 437	298 107	307 561	312 391	300 644
S. Nicolau	247 248	251 850	264 177	250 749	242 455
Sal	558 758	523 864	498 558	495 827	689 219
Boa Vista	697 162	637 904	575 090	468 225	485 980
Maio	269 850	259 378	233 294	203 553	209 168
Santiago	282 865	290 601	286 019	296 222	289 619
Fogo	214 163	207 005	206 444	222 146	222 736
Brava	211 311	209 532	226 168	228 598	206 622

Fonte: INE, Contas nacionais

Empresas

A dinâmica do setor empresarial é um indicador importante na economia. Analisando os dados da tabela 5.11, pode-se verificar que, de 2012 a 2016, o número de empresas e o Volume de Negócios aumentou em 2,9% e 4,6%, respetivamente. De ressaltar que esse aumento verificou-se maioritariamente, nas empresas com contabilidade organizada (5,9%). Em 2016, a maior parte das empresas estavam localizadas nas ilhas de Santiago (44,9%) e de São Vicente (19,5%).

De 2012 a 2016, observou-se que o número de pessoal ao serviço das empresas aumentou em 8,7%. Na mesma linha de crescimento desse indicador têm-se as ilhas do Sal e da Boa Vista que apresentaram variações positivas de 54,6% e 69,4%, respetivamente. Contrariamente, as ilhas do Maio e do Fogo tiveram variações negativas de 8,3% e 11,2%, respetivamente.

Em 2016, cerca de 75% eram Empresas em Nome Individual (ENI). Constata-se ainda que 86% do total das empresas tinham entre 1 a 5 pessoas ao serviço, com abrangência a todas as ilhas do país.



Preços

A variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é interpretada como um indicador da inflação e permite aferir sobre a evolução do custo de vida no país. O IPC foi de 118,8, em 2017, e 117,9 em 2016, apresentando uma variação média anual de 0,8%, o que indica que o país teve em 2016, uma subida nos preços das classes de produtos com maior peso no cabaz do consumidor.

Tabela 130 – Índice de Preços no consumidor, taxa de inflação – Base 2007 (2013-2017)

	Índice (IPC)	Taxa de Inflação
2013	119,7	1,5
2014	119,4	-0,2
2015	119,6	0,2
2016	117,9	-1,4
2017		
Cabo Verde	118,8	0,8
01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	122,9	-0,2
02 - Bebidas alcoólicas e tabaco	127,1	1,9
03 - Vestuário e calçado	121,6	1,4
04 - Rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	111,7	1,7
05 - Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	131,9	0,5
06 - Saúde	123,9	2,9
07 - Transportes	106,6	1,7
08 - Comunicações	79,6	0,0
09 - Lazer, recreação e cultura	94,5	1,7
10 - Ensino	99	1,8
11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares	137,4	0,7
12 - Bens e serviços diversos	147,9	2,3

Fonte: INE, Estatísticas de preços



Setor Monetário e Financeiro

Segundo os dados da tabela 131, os depósitos bancários mantiveram uma tendência crescente ao longo dos últimos cinco anos, tendo crescido 37% no período em análise. Para o crescimento verificado em 2017, contribuíram tanto os outros depósitos (em 46%) como os depósitos a prazo e de poupança de emigrantes (em 31,3 %) e de residentes (em 23 %).³

Tabela 131 – Depósitos bancários em milhões de ECV (2013-2017)

	Depósitos			
	Total	Depósitos de Emigrantes e a prazo em Moeda Nacional dos quais:		Outros Depósitos
		Emigrantes	a prazo em Moeda Nacional	
2013	120 826	43 632	30 893	46 301
2014	132 268	46 944	33 415	51 909
2015	140 659	49 754	36 010	54 896
2016	154 062	52 160	39 023	62 879
2017*	165 460	51 747	37 747	75 965

*Dados provisórios para 2017
Fonte: Banco de Cabo verde

Em 2017, o Crédito Interno Líquido (CIL) cresceu a um ritmo mais acelerado, em 6,3%, quando comparado com os crescimentos dos anos anteriores. Essa situação é explicada pelo assinalável crescimento do crédito à economia, o qual cresceu 7,5%, valor mais elevado desde 2013, tendo contribuído em 77,4% para o aumento do CIL.

Tabela 132 – Crédito bancário em milhões de ECV (2013-2017)

	Crédito Interno Líquido		
	Total	Crédito Líquido SPA	Crédito à Economia
2013	120 302	26 195	94 107
2014	123 689	29 347	94 342
2015	126 413	29 494	96 919
2016	131 083	30 685	100 398
2017	139 328	31 431	107 897

SPA – Setor Público Administrativo
Fonte: Banco de Cabo verde

As taxas de juro⁴ apresentaram ligeiras oscilações ao longo dos últimos anos. Em 2017, as taxas com maturidade de 181 dias a 1 ano das operações de crédito diminuíram em 1,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior, enquanto as taxas das operações de depósitos reduziram 0,5 pontos percentuais. Por sua vez, as taxas com maturidade de um a dois anos das operações de crédito aumentaram em 0,2 pontos percentuais e de depósitos em 0,5

³ Outros depósitos incluem os depósitos à ordem em moeda nacional, depósitos em divisas de residentes e outros quase depósitos.

⁴ A partir de 5 de Fevereiro 1996 as taxas de juro foram completamente liberalizadas. Antes da liberalização as taxas praticadas nas contas de emigrantes (em ECV) eram iguais às taxas dos residentes, acrescidas de uma margem de 0,5%



pontos percentuais. De igual modo, a taxa de juros dos depósitos dos emigrantes com maturidade de 181 dias a 1 ano reduziu 0,4 pontos percentuais.

Tabela 133 – Taxas de juro, médias ponderadas em % (2013-2017)

	Taxa de Juros				
	Crédito		Residentes (181 dias - 1 ano)	Depósitos	
	181 dias - 1 ano	1 - 2 anos		Residentes (1 - 2 anos)	Emigrantes (181 dias - 1 ano)
2013	9,1	10,6	4,3	5,2	4,2
2014	8,9	11,0	4,4	4,8	4,2
2015	8,7	10,4	4,3	4,6	4,2
2016	8,7	9,8	3,9	4,2	4,0
2017	7,4	10,0	3,4	3,7	3,6

Fonte: Banco de Cabo Verde

Relativamente à tabela 134, constata-se que os ativos externos líquidos do país aumentaram 2,3%, em 2017, comparativamente a 2016, porém, registou-se uma queda das reservas internacionais líquidas do país na ordem dos 4,6%.

A massa monetária também manteve o perfil ascendente, registando um crescimento de 6,6% em 2017 (8,4%, em 2016), determinado sobretudo pela evolução das disponibilidades líquidas sobre o exterior e do crédito à economia.

Tabela 134 – Síntese Monetária (2013-2017)

	Ativos Externos Líquidos			Ativo Interno Líquido	Outros Ativos Líquidos	Massa Monetária
	Total	Banco de Cabo Verde	Bancos Comerciais			Total
2013	36 067	38 006	-1 939,0	99 418	-20 884	135 484
2014	44 061	46 366	-2 304,3	101 944	-21 745	146 005
2015	49 950	50 018	-68,6	104 637	-21 776	154 586
2016	59 264	59 717	-453,0	108 245	-22 838	167 510
2017	60 600	56 992	3 608,0	117 968	-21 361	178 568

Fonte: Banco de Cabo Verde



Atividade da rede vint4

A evolução dos meios e instrumentos de pagamentos em Cabo Verde tem sido marcada por uma alteração contínua no comportamento associado a pagamentos, facto evidente na mudança do padrão de utilização destes instrumentos nos últimos 10 anos, com uma clara preferência pelos instrumentos eletrónicos.

O rácio de caixas automáticas por 10.000 habitantes manteve-se praticamente inalterado em 3,2, nos últimos 5 anos. O número de cartões da rede vint4 emitidos aumentou 11,6%, passando de 200.950, em 2016, para 223.950 unidades, em 2017. Convém destacar que, de 2013 para 2017, foram emitidos 54.532 cartões de rede vint4, no país.

Tabela 135 – Caixas automáticas por 10 000 habitantes e cartões produzidos, (2013-2017)

	Caixas automáticas por 10.000 hab.	Nº de cartões Vint4 emitidos
2013	3,2	169 418
2014	3,3	177 861
2015	3,2	188 581
2016	3,2	200 636
2017	3,3	223 950

Fonte: Banco de Cabo Verde e SISP

Tabela 136 – Transações com cartão de débito nos terminais de caixa automática (ATM) e dos terminais de pagamento automático (POS) em Milhões de ECV, (2013-2017)

	2013		2014		2015		2016		2017	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Com Cartão Vint4	10 605 027	43 989	12 300 308	47 374	14 450 183	56 200	17 286 476	64 493	20 313 629	72 845
Levantamentos	4 962 101	25 866	5 264 674	25 695	5 559 633	29 141	5 950 881	30 974	6 390 768	33 135
Transferências	25 964	715	30 219	849	36 135	1 086	44 931	1 328	55 919	1 609
Carregamento móvel	988 728	359	891 515	333	765 262	323	675 425	259	631 447	278
Pagamentos de serviços	6 457	106	13 783	171	27 733	814	65 190	1 388	78 244	1 731
Pagamento nos POS	4 621 777	16 943	6 100 117	20 326	8 061 363	24 836	10 550 049	30 543	13 157 251	36 092
Com Cartão Internacional	388 318	4 742	444 521	9 030	510 013	6 313	620 521	7 382	770 552	9 086
Levantamentos	269 142	3 162	288 010	3 351	307 288	3 705	357 650	4 261	404 793	4 961
Pagamento nos POS	119 176	1 581	156 511	1 971	202 725	2 608	262 871	3 121	365 759	4 125

Fonte: SISP

De 2013 para 2017, o número de balcões/agências passou de 113 para 112 e de caixas automáticas (ATM) 163 para 179. Entre 2016 e 2017, o número de balcões/agências diminuiu 4,3% e de caixas ATM aumentaram 4,7%, enquanto o número de terminal POS aumentou significativamente (28,7%). Constatou-se ainda que o número de transações com cartões de débito aumentou 18,9%, tendo as transações através dos ATM crescido 8%.



Tabela 137 – Estatísticas financeiras, (2013-2017)

Ano	Rede Vinti4					
	Instituições de Crédito	Balcões/Agências	Caixa ATM	Terminal POS	Transações com Cartão de Débito (milhões de ECV) *	
	Nº	Nº	Nº	Nº	POS	ATM
2013	8	113	163	3 687	16 866	26 840
2014	8	114	171	4 324	20 277	28 546
2015	8	116	169	5 167	28 852	30 866
2016	8	117	171	6 395	30 569	33 413
2017	7	112	179	8 233	36 352	36 094

Notas: Inclui levantamento (ATM), transferências, pagamentos de serviços, carregamento telemóvel e outras operações.

Fonte: Banco de Cabo Verde

Setor Externo

A Balança de Pagamentos regista as transações realizadas entre residentes e os não residentes em Cabo Verde. O país apresenta um défice estrutural na Balança Corrente, devido, principalmente, à grande expressão das importações de bens, o que, mesmo com o saldo positivo na Balança de serviços (devido ao dinamismo do turismo) e na Balança de Transferência Correntes, não chega a ser compensado.

A Balança de Capital e Financeira que representa o canal através do qual se processa o financiamento externo da economia registou no período em análise um aumento de fluxos impulsionado pelo investimento direto estrangeiro e dívida externa.

No ano de 2017, a Balança de Pagamentos evoluiu desfavoravelmente, tendo o agravamento do défice da balança corrente sido acompanhado de uma redução de influxos líquidos de financiamento da economia. O défice da balança corrente deteriorou, sobretudo devido ao aumento do défice comercial de bens e serviços na ordem dos 29%, explicado principalmente pelo aumento das importações na ordem dos 17%.

O défice da balança de rendimento primário estabilizou em torno dos 6.007 milhões de escudos, com a redução do rendimento de investimento de carteira e do rendimento do trabalho em 77% e 16% respetivamente.

O excedente da balança de rendimento secundário cresceu nove por cento, impulsionado pelo significativo aumento das transferências oficiais (donativos), em 45%.

A balança de capital evoluiu favoravelmente, tendo o seu excedente aumentado 25%, em resultado do aumento das transferências oficiais em 18%.

O défice da balança financeira reduziu 25%, determinado pela redução de outros investimentos e do investimento direto em 20% respetivamente.



Tabela 138 – Balança de Pagamentos, (2013-2017)

	Balança Corrente				Balança de Capital e Financeira		Erros e Omissões	Balança Global
	Total	Bens e Serviços	Rendimento Primário	Rendimento Secundário	Balança de Capital	Balança Financeira		
2013	-8.898	-26.326	-5.367	22.795	533	-14.085	-117	5.604
2014	-14.042	-28.389	-7.692	22.039	659	-22.762	-1.534	7.845
2015	-5.046	-24.421	-5.870	25.244	1.884	-11.675	-4.989	3.524
2016	-6.832	-27.501	-5.943	26.612	1.263	-14.373	338	9.971
2017	-12.458	-35.400	-6.007	28.949	1.576	-10.794	-1.393	-1.824

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: Estatísticas da Balança de Pagamentos, compilados de acordo com a metodologia da 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional; Dados sujeitos a revisão.

As remessas dos emigrantes desempenham um papel muito importante na economia de Cabo Verde. Globalmente, os dados apontam para um crescimento de cerca de 27% entre 2013 e 2017.

Tabela 139 – Remessa de emigrantes em divisas por país de residência em milhões de ECV (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	13 740	14 764	17 264	17 840	17 444
Alemanha	160	180	209	1 299	1 430
Angola	38	68	74	84	72
Espanha	209	217	280	482	432
EUA	2 208	2 153	2 582	2 053	3 160
França	3 125	3 145	3 736	3 234	3 669
Itália	926	883	1 095	1 239	775
Luxemburgo	402	423	578	1 422	710
Países Baixos	1 186	1 501	1 426	1 028	997
Portugal	4 342	4 785	5 538	5 637	4 704
Reino Unido	248	322	353	201	200
Suíça	491	526	651	572	541
Outros	405	562	742	589	755

Fonte: Banco de Cabo Verde

Relativamente aos países europeus, os dados indicam um aumento de 21%, de 2013 a 2017. No período em análise, os fluxos provenientes da Área do Euro representam, em média, cerca de 81% do total das remessas.

Tabela 140 – Remessa dos emigrantes provenientes dos países Europeus, (2013-2017)

	Países Europeus	
	Valor (Milhões ECV)	Peso no total (%)
2013	11 089	80,7
2014	11 981	81,2
2015	13 866	80,3
2016	15 114	84,7
2017	13 458	77,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Finanças Públicas

De modo geral, a receita total aumentou 3,4%, de 2015 a 2016, justificado, essencialmente pelo acréscimo dos impostos (6%), da segurança social (22%) e das transferências (14%). De realçar ainda, que no período de 2012 a 2016, a receita total registou um crescimento médio anual de 4,0%.

Tabela 141 – Receitas Públicas - Valores acumulados em milhões de ECV (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos	27 572,8	28 099,5	27 060,6	30 516,4	32 275,0
Impostos sobre o rendimento	8 615,5	8 595,7	7 748,0	9 669,3	10 049,0
Impostos sobre bens e serviços	12 511,9	13 135,6	12 869,9	14 047,0	14 940,5
Impostos sobre transações internacionais	5 777,7	5 699,7	5 754,4	6 081,6	6 813,0
Outros impostos	667,6	668,0	726,0	754,0	488,0
Segurança Social	41,3	43,1	55,7	45,7	55,7
Transferências	4 202,5	4 023,6	2 786,9	3 958,3	4 507,2
Outras Receitas	4 871,6	5 550,2	5 424,2	8 157,1	7 269,7
Rendimentos de propriedade	383,9	476,1	209,2	1 021,8	1 082,7
Venda de bens e serviços	3 873,9	3 896,7	4 009,7	4 651,8	5 041,6
Multas e outras penalidades	332,4	510,9	706,2	404,2	678,8
Outras transferências	195,2	31,9	128,1	36,0	34,9
Outras receitas diversas e não especificadas	86,1	634,5	371,0	2 043,3	431,8
Receitas totais	36 688,2	37 716,4	35 327,4	42 677,7	44 107,5

Fonte: Ministério das Finanças



No que diz respeito a despesas, verificou-se um aumento de 6,1% em 2016, face ao período anterior, provocado pela subida das seguintes rubricas, aquisição de bens e serviços (1,7%), juros correntes (2,1%), transferências correntes (3,0%) e benefícios sociais (9,1%). De frisar ainda, que no período em análise, registou-se um crescimento médio anual da rubrica da despesa de 5,3%.

Tabela 142 – Despesas Públicas - Valores acumulados em milhões de ECV (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com Pessoal	15 885,9	16 600,7	17 171,5	17 529,9	18 364,7
Remunerações Certas e Permanente	15 114,0	15 666,9	16 027,9	16 345,4	17 133,5
Segurança Social	771,9	933,8	1 143,6	1 184,6	1 231,2
Aquisição de bens e serviços	4 994,9	5 061,5	5 744,1	7 433,3	7 562,7
Juros correntes	2 857,7	3 383,3	3 444,0	4 134,2	4 223,1
Dívida externa	1 142,4	1 438,2	1 518,3	1 723,5	1 747,7
Dívida interna	1 715,3	1 877,7	1 909,7	2 374,0	2 455,4
Outros Encargos	0,0	67,3	16,0	36,7	20,0
Subsídios	274,5	101,0	106,5	161,3	167,0
Transferências correntes	4 057,2	4 074,5	4 389,2	4 754,7	4 895,4
Para Governos estrangeiros	254,2	223,4	108,9	142,4	220,5
Organismos Internacionais	277,4	247,6	80,0	153,3	110,3
Administração pública	3 525,6	3 603,4	4 200,4	4 459,0	4 564,7
Benefícios Sociais	3 917,9	4 150,4	4 347,9	4 735,1	5 165,0
Outras despesas correntes	2 421,1	2 052,7	2 339,1	2 319,6	3 189,1
Despesas	34 409,2	35 424,1	37 542,3	41 068,1	43 566,9
Valor a regularizar					
Pagamento por conta dos Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesas totais	34 409,2	35 424,1	37 542,3	41 068,1	43 566,9

Fonte: Ministério das Finanças



Tabela 143 – Resumo das Operações Financeiras do Estado - Valores acumulados em milhões de ECV (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas totais	36 688,2	37 716,4	35 327,4	42 677,7	44 107,5
Receitas Correntes	32 638,3	33 947,2	32 835,2	39 348,6	40 193,6
Receitas De Capital	4 049,9	3 769,2	2 492,2	3 329,1	3 913,9
Despesas totais	34 409,2	35 424,1	37 542,4	41 068,1	43 566,9
Despesas de funcionamento	29 740,8	30 953,4	32 044,2	34 333,5	36 353,8
Despesas correntes de investimento	4 668,4	4 470,7	5 498,2	6 734,6	7 213,1
Resultado Operacional Bruto	2 279,0	2 292,4	-2 215,0	1 609,6	540,6
Ativos não Financeiros	20 878,0	16 601,0	9 540,8	8 838,6	5 571,8
Compra de ativos não financeiros	20 879,7	16 614,6	9 850,4	9 122,5	5 610,0
Venda de ativos não financeiros	1,6	13,6	309,6	283,8	38,2
Saldo Global	-18 599,1	-14 308,6	-11 755,8	-7 229,1	-5 031,3
Financiamento	19 106,5	14 090,0	11 606,3	7 359,2	3 530,3
Ativos Financeiros	-2 551,7	-6 817,2	-5 035,8	-5 091,6	-5 694,1
Passivos Financeiros	21 658,2	20 907,2	16 642,0	12 450,9	9 224,4
Interno líquido	3 907,6	1 199,2	1 037,1	1 872,0	4 770,1
Externo líquido	17 750,6	19 707,9	15 604,9	10 578,9	4 454,4
Diferencial de financiamento/ discrepância	507,4	-218,6	-149,5	130,2	-1 500,9

Fonte: Ministério das Finanças





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9) aborda, principalmente, o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Para tanto, a infraestrutura é questão básica de suporte. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm papel central neste objetivo, uma vez que possibilita o ganho de eficiência na produção.



ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9) aborda, principalmente, o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Para tanto, a infraestrutura é questão básica de suporte. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm papel central neste objetivo, uma vez que possibilitam o ganho de eficiência na produção.

O presente tema é constituído por estatísticas relacionadas aos subtemas indústrias, comércio, turismo, transporte, informação, comunicação, ciência e tecnologia. Deste modo, são apresentados os principais indicadores, por forma a permitir uma análise mais profunda das características de cada setor e, ao mesmo tempo, conhecer a evolução dos indicadores mais pertinentes.

Indicador 9.1.2. Passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte

TRANSPORTES TERRESTRES

Em termos absolutos, em 2017, registaram-se 16.686.066 passageiros transportados nos autocarros em Cabo Verde, portanto, 1.707.691 passageiros transportados a mais do que em 2016.

Figura 17 – Movimento de passageiros transportados nos autocarros (2014-2017)



Fonte: Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária



O movimento de passageiros nos portos nacionais aumentou em 8,6%, passando de 760 267, em 2013, para 825 562, em 2017. No mesmo período, verificaram-se aumentos de passageiros, tanto no embarque (10,5%) como no desembarque (6,7%).

Tabela 144 – Movimento de passageiros nos portos nacionais (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	760 267	797 687	756 915	813 687	825 562
Desembarcados	380 650	399 864	377 866	408 768	406 243
Embarcados	379 617	397 823	379 049	404 919	419 319

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

Em relação ao movimento de mercadorias, verificou-se que, em 2017, a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (80,9%), valor coerente com a estrutura da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. No geral, o movimento de mercadorias teve um aumento de 52,2%, de 2013 a 2017, com destaque para o movimento de embarque que aumentou 38,8%, e para o desembarque que aumentou cerca de 56%, no mesmo período.

Tabela 145 – Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	1 532 271	1 627 573	1 674 783	1 802 647	2 332 097
Carregamento	321 539	327 239	338 268	386 312	446 388
Descarregamento	1 210 732	1 300 334	1 336 515	1 416 335	1 885 709

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos



TRANSPORTES AÉREOS

O movimento de passageiros nos aeroportos registou um aumento de 39%, de 2013 a 2017. Neste mesmo período, o movimento de passageiros nos voos domésticos e internacionais aumentou 31,9% e 43,3%, respetivamente.

Tabela 146 – Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2013-2017)

	Natureza	2013	2014	2015	2016	2017
Total	Doméstico	704 928	713 072	698 785	764 285	929 595
	Internacional	1 200 427	1 202 213	1 288 097	1 451 607	1 719 636
	Total	1 905 355	1 915 285	1 986 882	2 215 892	2 649 231
AIAC – Sal	Doméstico	164 715	165 187	163 061	161 116	181 670
	Internacional	546 545	555 415	617 677	753 580	911 119
	Total	711 260	720 602	780 738	914 696	1 092 789
AINM – Praia	Doméstico	244 385	254 292	250 726	286 083	370 425
	Internacional	227 032	232 096	246 511	236 501	291 931
	Total	471 417	486 388	497 237	522 584	662 356
AIAP – Boa Vista	Doméstico	52 662	53 316	56 955	65 382	79 084
	Internacional	374 471	360 890	365 068	399 667	433 694
	Total	427 133	414 206	422 023	465 049	512 778
AICE – S. Vicente	Doméstico	151 802	155 121	149 769	157 563	183 329
	Internacional	52 379	53 812	58 841	61 859	82 892
	Total	204 181	208 933	208 610	219 422	266 221
AD S. Filipe	Doméstico	58 148	51 818	46 921	55 168	72 949
AD S. Nicolau	Doméstico	23 230	22 068	21 570	26 476	27 038
AD Maio	Doméstico	9 986	11 270	9 783	12 497	15 100

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea



Em relação ao movimento de aeronaves, de 2013 a 2017, constatou-se, em termos gerais, um aumento na ordem dos 26%. No mesmo período, registaram-se aumentos de aeronaves, tanto nos voos domésticos (28,5%) como nos internacionais (23,0%).

Tabela 147 – Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2013-2017)

	Natureza	2013	2014	2015	2016	2017
Total	Doméstico	15 945	15 533	14 901	15 920	20 483
	Internacional	12 784	12 630	12 789	14 289	15 729
	Total	28 729	28 163	27 690	30 209	36 212
AIAC – Sal	Doméstico	3 892	3 808	3 692	3 655	4 240
	Internacional	6 219	6 247	6 333	7 509	8 239
	Total	10 111	10 055	10 025	11 164	12 479
AINM – Praia	Doméstico	5 196	5 049	4 858	5 576	7 926
	Internacional	3 139	2 980	3 030	3 065	3 310
	Total	8 335	8 029	7 888	8 641	11 236
AIAP – Boa Vista	Doméstico	1 508	1 507	1 509	1 508	1 608
	Internacional	2 874	2 839	2 803	3 092	3 400
	Total	4 382	4 346	4 312	4 600	5 008
AICE – S. Vicente	Doméstico	2 859	2 966	2 914	3 273	4 366
	Internacional	552	564	623	623	780
	Total	3 411	3 530	3 537	3 896	5 146
AD S. Filipe	Doméstico	1 643	1 367	1 184	1 052	1 418
AD S. Nicolau	Doméstico	578	538	492	604	574
AD Maio	Doméstico	269	298	252	252	351

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Relativamente ao movimento de cargas, houve uma diminuição de 30,8%, de 2013 a 2017. No mesmo período, registaram-se diminuições de cargas nos voos domésticos (-49%) e nos voos internacionais (-4,7%).

Em relação ao movimento de correios, registou-se, de 2013 a 2017, um incremento na ordem dos 37%. Constataram-se ainda, no mesmo período, variações positivas nos movimentos dos correios, tanto nos voos domésticos (47,9%) como nos internacionais (23,2%).



Tabela 148 – Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos (2013-2017)

	Natureza	2013	2014	2015	2016	2017
Total	Doméstico	1 806 830	1 911 352	1 617 087	1 339 505	920 984
	Internacional	1 266 072	1 412 006	1 214 666	1 398 489	1 206 124
	Total	3 072 902	3 323 358	2 831 753	2 737 994	2 127 108
AIAC – Sal	Doméstico	592 006	599 353	481 252	393 360	291 338
	Internacional	270 011	456 782	316 961	422 941	326 387
	Total	862 017	1 056 135	798 213	816 301	617 725
AINM – Praia	Doméstico	688 920	709 573	620 031	486 278	352 007
	Internacional	620 768	655 965	597 281	623 569	606 692
	Total	1 309 688	1 365 538	1 217 312	1 109 847	958 699
AIAP – Boa Vista	Doméstico	149 668	200 212	172 757	153 927	86 329
	Internacional	101 215	56 334	44 916	54 793	45 846
	Total	250 883	256 546	217 673	208 720	132 175
AICE – S. Vicente	Doméstico	285 272	313 292	273 982	242 857	149 777
	Internacional	274 078	242 925	255 508	297 186	227 199
	Total	559 350	556 217	529 490	540 043	376 976
AD S. Filipe	Doméstico	51 974	45 622	34 342	25 562	20 595
AD S. Nicolau	Doméstico	27 594	27 987	21 744	23 570	13 755
AD Maio	Doméstico	11 396	15 313	12 979	13 951	7 183

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea

Tabela 149 – Movimento de correios (em Kg), por aeroportos (2013-2017)

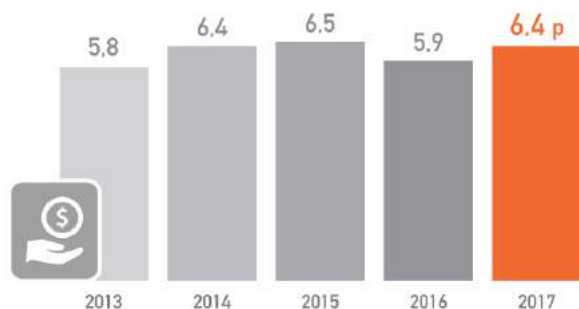
	Natureza	2013	2014	2015	2016	2017
Total	Doméstico	156 702	198 935	181 250	174 409	231 770
	Internacional	129 523	136 405	136 787	143 055	159 571
	Total	286 225	335 340	318 037	317 464	391 341
AIAC – Sal	Doméstico	37 370	60 321	50 078	35 734	53 521
	Internacional	29 242	57 522	47 118	33 080	48 915
	Total	66 612	117 843	97 196	68 814	102 436
AINM – Praia	Doméstico	65 384	81 276	72 506	73 342	100 101
	Internacional	80 264	58 896	70 728	83 498	85 549
	Total	145 648	140 172	143 234	156 840	185 650
AIAP – Boa Vista	Doméstico	6 432	7 572	8 524	9 686	11 481
	Internacional	81	51	106	8	501
	Total	6 513	7 623	8 630	9 694	11 982
AICE – S. Vicente	Doméstico	33 719	36 718	38 311	42 115	48 179
	Internacional	19 936	19 936	18 835	26 469	24 606
	Total	53 655	56 654	57 146	68 584	72 785
AD S. Filipe	Doméstico	5 277	4 750	4 409	4 876	7 678
AD S. Nicolau	Doméstico	5 346	5 302	4 815	5 380	7 236
AD Maio	Doméstico	3 174	2 996	2 607	3 276	3 574

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea



Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram uma aceleração do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, passando de 5,9%, em 2016, para 6,4%, em 2017.



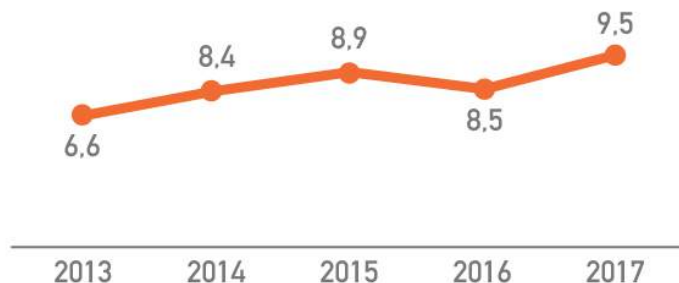
P-Provisórios

Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Constata-se que o emprego no setor da indústria transformadora em percentagem do emprego total, observa um acréscimo em 2017 comparativamente ao ano 2016.

Gráfico 25 – Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total (2013-2017)



Fonte: INE, Estatísticas de emprego e mercado de trabalho

Indicador 9.4.1 Emissão de CO2 por unidade de valor acrescentado

O indicador 9.4.1, refere-se apenas ao ano 2010, e é disponibilizado em milhões de escudos e em milhões de dólares. A metodologia de cálculo utilizada é a de Emissões Totais CO2/ PIB (kg CO2/ milhões de escudos) e Emissões Totais CO2/ PIB (t CO2/ milhões de dólares) respetivamente.

Milhões de escudos	2 247,1
Milhões de Dólares	213,8

Fonte: INE e Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



Indicador 9.a.1. Total de apoio internacional oficial (ajuda pública ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) à infraestrutura

Segundo os dados do Banco de Cabo Verde, em 2017, a ajuda pública ao investimento atingiu os 11.871 milhões de escudos, registando um acréscimo de 57,8% face a 2016.

Gráfico 26 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento (milhões de escudos) (2013-2017)

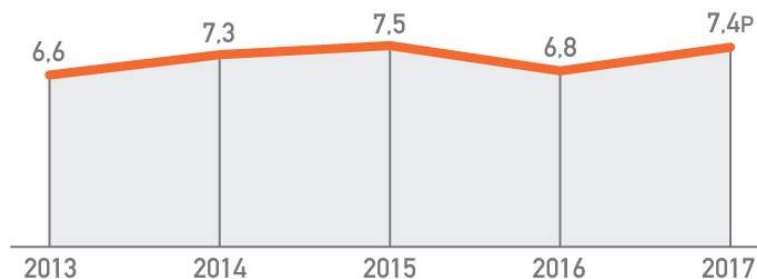


Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total

Dados do INE demonstram que o peso do Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora no VAB Bruto Total, tem registado uma evolução crescente entre 2010 e 2015, registando uma diminuição em 2016 e, aumento em 2017.

Indicador 9.b.1. Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)



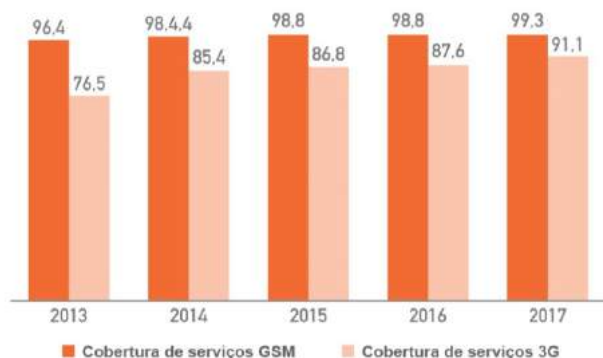
Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

Segundo a Agência Nacional de Comunicações, de 2012 a 2017, o acesso às tecnologias de informação e comunicação através da cobertura da rede móvel em Cabo Verde, quer pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM) ou serviços 3G, tem vindo a aumentar ao longo dos anos. De acordo com o gráfico acima, em 2017, 99,3 % da população esteve coberta com serviços GSM enquanto que 91,1% com serviços 3G, um aumento significativo em comparação com o ano de 2012 que foram de 96,2 e 76,5 respetivamente.



Gráfico 27 – Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia (2013-2017)



Fonte: Agência Nacional de Comunicações

OUTROS INDICADORES

Indústria

As empresas do setor das indústrias diminuíram 2,6%, de 2012 a 2016, tendo atingido 969 empresas em 2016 (uma diminuição de 26 empresas). Das 969 empresas de indústria em 2016, 22,6% trabalhavam na fabricação de mobiliário e de colchões, 18,4%, no ramo de indústrias alimentares e 12,5%, na fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos.

De 2012 a 2016, o aumento mais expressivo, em termos absolutos, do pessoal ao serviço foi registado na indústria alimentar (+ 481 pessoas ao serviço). Nota-se, ainda, que na indústria do vestuário, o pessoal ao serviço ultrapassou o dobro, entre 2012 e 2016 (+ 221 pessoas ao serviço). Em 2016, as indústrias alimentares empregaram cerca de 34% do pessoal ao serviço que labora no setor da indústria.

Entre 2012 e 2016, a indústria alimentar aumentou 57,8% do total do volume de negócios (4.227.686 escudos). Contudo, em 2016, o volume de negócios da indústria alimentar diminuiu 6%.

Comércio Interno

Em 2016, das 4.389 empresas que se dedicavam ao comércio, 87,7% das mesmas encontravam-se no comércio a retalho. Empregavam cerca de 72,7% do total de pessoal ao serviço e detinham 38,2% do volume de negócios. Contudo, as empresas do comércio a grosso possuíam maior volume de negócios do setor (57,8%).

Tabela 150 – Estrutura do tecido empresarial do setor do comércio (2016)

	Efetivo		Pessoal ao serviço		Volume de negócios	
	N.º	%	N.º	%	Valor (Milhões de ECV)	%
Cabo Verde	4 389	100,0	13 086	100,0	96 595	100,0
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	263	6,0	972	7,4	3 922	4,1
46 - Comércio por Grosso	275	6,3	2 603	19,9	55 790	57,8
47 - Comércio a Retalho	3 851	87,7	9 511	72,7	36 883	38,2

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Em 2016, verificou-se que 80,7% das empresas de comércio foram consideradas microempresas, 12,8%, pequenas empresas e cerca de 7%, médias e grandes empresas. Verifica-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) representava cerca de 92% das microempresas, 74% das pequenas empresas e 64% das médias e grandes empresas.

Tabela 151 – Unidades comerciais segundo a dimensão das empresas (2016)

	Dimensão das unidades comerciais		
	Micro	Pequena	Média & Grande
Cabo Verde	3 543	560	286
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	188	51	24
Comércio por Grosso, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	105	92	78
Comércio a Retalho, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	3 250	417	184

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Em 2016, cerca de 85% das empresas do setor do comércio eram Empresas em Nome Individual (ENI). Nota-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) albergava 91,8% das ENI, 65% das empresas de Sociedade Por Quotas (SPQ) e 59,5% das empresas de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL).

Tabela 152 – Empresas do setor do comércio, segundo a forma jurídica (2016)

	Forma jurídica		
	ENI	SPQ	SARL e Outras
Cabo Verde	3 744	571	74
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	198	58	7
Comércio por Grosso	110	142	23
Comércio a Retalho	3 436	371	44

ENI – Empresas em Nome Individual

SPQ – Sociedade por Quota

SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Constatou-se, em 2016, que 92,1% das empresas que se dedicam ao comércio têm até 5 pessoas ao serviço. Destas empresas, a maioria (89,6%) pertencia ao ramo de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos).

Em 2016, no tocante ao volume de negócios do setor do comércio, 15,6% pertenciam às empresas com número inferior ou igual a 5 pessoas ao serviço e 63,6% às com número superior ou igual a 21 pessoas ao serviço. Estas empresas acumularam cerca de 79% da totalidade do volume de negócios do referido setor.



Em 2016, a maior parte das empresas (66,5%) esteve envolvida com o comércio (a retalho e grosso), com predominância alimentar (67,1% em 2012), empregando cerca de 53% do total do pessoal ao serviço do setor (54,4% em 2012) e contribuindo com 48,5% no volume de negócio total da atividade comercial (42,6% em 2012).

Tabela 153 – Empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	4 366	4 281	4 329	4 379	4 389
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	2 801	2 813	2 815	2 743	2 785
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	128	115	109	125	132
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	73	59	74	68	74
Restantes Empresas do Comércio	1 364	1 294	1 331	1 443	1 398

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Tabela 154 – Pessoal ao serviço das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	12 847	12 253	11 926	12 296	13 086
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	5 378	5 112	4 876	5 356	5 467
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	1 611	1 437	1 236	1 168	1 462
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	239	154	208	132	162
Restantes Empresas do Comércio	5 619	5 550	5 606	5 640	5 995

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Tabela 155 – Volume de negócios (em milhões ECV) das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	97 308	93 843	96 259	95 316	96 595
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	13 870	13 552	13 331	17 539	17 700
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	27 570	27 827	27 256	25 896	29 146
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	306	311	450	476	434
Restantes empresas do Comércio	55 562	52 153	55 223	51 405	49 315

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



No geral, registou-se um aumento de 0,5% no número de empresas comerciais, entre 2012 e 2016, isto é, um aumento de 23 empresas. A ilha de São Nicolau apresentou maior aumento, tanto em termos absolutos (+ 69 empresas) como em termos relativos (36,9%), no mesmo período. Em 2015, excetuando as ilhas de Santo Antão, Boa Vista, Maio, Santiago e Brava, todas as demais apresentaram aumento no número de empresas que se dedicam ao comércio.

Tabela 156 – Empresas do setor do comércio, por ilhas (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	4 366	4 281	4 329	4 379	4 389
Santo Antão	464	450	453	454	449
S. Vicente	899	887	891	888	900
S. Nicolau	188	233	175	200	257
Sal	315	308	323	316	331
Boa Vista	120	117	161	87	67
Maio	103	58	25	167	98
Santiago	1 926	1 878	1 940	1 962	1 949
Fogo	296	312	304	230	287
Brava	55	38	57	75	51

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

No período de 2012 a 2016, em termos gerais, registou-se um aumento de 1,9% no total de pessoas ao serviço, no comércio. Das 13 086 pessoas ao serviço no setor do comércio em 2016, 47,8% estavam na ilha de Santiago, que também albergava 44,4% das empresas comerciais do país.

Tabela 157 – Pessoal ao serviço nas empresas do setor do comércio, por ilhas (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	12 847	12 253	11 926	12 296	13 086
Santo Antão	790	740	732	842	917
S. Vicente	3 033	3 027	2 813	3 056	3 352
S. Nicolau	357	385	240	329	397
Sal	966	992	942	998	1083
Boa Vista	270	253	446	342	209
Maio	197	120	75	245	169
Santiago	6 513	6 074	6 046	5 810	6 255
Fogo	604	573	496	525	579
Brava	117	89	136	148	125

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



De 2012 a 2016, o volume de negócios do setor do comércio teve uma ligeira diminuição de 0,7% e, em 2016, atingiu 96 595 milhões de escudos. O volume de negócios das empresas deste setor apresenta grande heterogeneidade regional. Em 2016, as ilhas de Santiago e São Vicente representaram, conjuntamente, 82,9% do volume de negócios na área do comércio do país.

Tabela 158 – Volume de negócios (em milhões de ECV) das empresas de comércio, por ilhas (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	97 308	93 843	96 259	95 316	96 595
Santo Antão	1 903	1 963	2 132	2 103	2 623
S. Vicente	42 613	39 389	39 719	37 018	34 820
S. Nicolau	554	696	549	465	473,4
Sal	7 290	7 533	7 395	8 663	10 157
Boa Vista	1 042	1 161	1 240	1 086	1 266
Maio	364	305	166	271	356,8
Santiago	41 936	41 172	43 555	44 013	45 217
Fogo	1 346	1 379	1 217	1 245	1 306
Brava	260	245	286	454	375,8

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Tabela 159 – Empresas do setor do comércio, por concelhos (2016)

	Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	Comércio por Grosso	Comércio a Retalho
Cabo Verde	263	274	3852
Ribeira Grande	5	2	190
Paul	6	2	58
Porto Novo	3	5	179
S. Vicente	56	62	782
Ribeira Brava	7	5	158
Tarrafal de S. Nicolau	0	1	87
Sal	18	42	271
Boa Vista	6	7	55
Maio	12	1	84
Tarrafal	5	8	105
Santa Catarina	22	1	269
Santa Cruz	5	1	143
Praia	91	125	839
S. Domingos	4	0	94
S. Miguel	4	2	62
S. Salvador do Mundo	0	0	54
S. Lourenço dos Órgãos	4	7	56
Ribeira Grande de Santiago	0	0	47
Mosteiros	0	1	49
S. Filipe	14	2	150
Santa Catarina do Fogo	1	0	69
Brava	0	0	51

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (ODS 10) tem como tema central a redução da desigualdade entre e dentro dos países. Para tanto, é necessário assegurar rendimento às populações mais pobres, promover a inclusão social e política e adotar políticas de proteção salarial. Medidas institucionais, como a eliminação de leis discriminatórias e a promoção de leis adequadas fazem parte do caminho para a redução das desigualdades.



ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Indicador 10.1.1. Taxa de crescimento das despesas das famílias ou rendimento per capita entre os 40% da população com menores recursos e a população total.

Durante o ano de 2015, as despesas de consumo de bens e serviços dos 127.333 agregados familiares cabo-verdianos foi de cerca de 85 milhões de contos, montante equivalente a uma despesa média anual por agregado de 667.291 escudos e de 166.219 escudos por pessoa, no agregado.

O nível das despesas de consumo registou um crescimento de 68,4%, passando de 98.719 escudos, em 2002, para 166.219, em 2015, a uma taxa média anual de 4,1%.

Tabela 160 – Evolução da despesa anual média, por agregado familiar e por pessoa e a taxa de crescimento anual (2001-2002, 2015)

	Despesas médias anuais por agregado			Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado		
	(ECV) 2001/02	2015	TCA (%) 2002 - 2015	(ECV) 2001/02	2015	TCA (%) 2002 - 2015
Cabo Verde	487 792	667 291	2,4	98 719	166 219	4,1
Meio de Residência						
Urbano	629 773	755 402	1,4	131 877	198 618	3,2
Rural	299 533	480 971	3,7	58 037	107 802	4,9

Nota: A taxa de crescimento anual não é de 40%.

Fonte: INE, IDRF 2015

Indicador 10.2.1. Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação.

Em 2015, Cabo Verde registou uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35%, o que significa que 179.909 pessoas são consideradas pobres. Ou seja, vivem com um consumo médio anual, por pessoa, abaixo do limiar da pobreza fixado no meio urbano, no valor de 95.461 escudos (262 escudos diários) e, no meio rural, no valor de 81.710 escudos (224 escudos diários), valor estimado como sendo o mínimo para garantir as necessidades básicas de alimentação e necessidades de bens e serviços não alimentares.

Geograficamente, observou-se que a pobreza é mais acentuada no meio rural, onde é notória uma diminuição da população, em consequência do êxodo para o meio urbano, ao longo dos anos. Atualmente, a população no meio rural representa 35,7% da população total e quase metade da sua população residente (88.524) é considerada como pobre, o que equivale a uma incidência da pobreza na ordem dos 49%. Os pobres do meio rural representam 49,2% do total dos pobres a nível nacional. No meio urbano, a incidência da pobreza fixa-se em 27,8% e atinge 91.384 pessoas.

Tabela 161 – Efetivos da população, da população pobre e da população em extrema pobreza (muito pobre) e a distribuição percentual (%), segundo meio de residência e concelhos (2015)

	Efetivos			Distribuição percentual (%)		
	População Total	Pobre	Muito Pobre	População Total	Pobre	Muito Pobre
Cabo Verde	511 217	179 909	54 395	100,0	100,0	100,0
Meio de residência						
Urbano	328 815	91 384	17 360	64,3	50,8	31,9
Rural	182 402	88 524	37 036	35,7	49,2	68,1

Fonte: INE, IDRF 2015

Tabela 162 – Efetivos da população pobre e da população em extrema pobreza (muito pobre) e a distribuição percentual (%), segundo sexo, por meio de residência e concelhos (2015)

	População Pobre			População Muito Pobre		
	Total Efetivos	Homem (%)	Mulher (%)	Total Efetivos	Homem (%)	Mulher (%)
Cabo Verde	179 909	47,1	52,9	54 395	46,4	53,6
Meio de residência						
Urbano	91 384	47,3	52,7	17 360	46,4	53,6
Rural	88 524	46,9	53,1	37 036	46,4	53,6

Fonte: INE, IDRF 2015

Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira

O rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional fixou-se em 15,5 por cento, com uma redução face a 2015 na ordem de 0,6 pontos percentuais

Gráfico 28 – Indicadores de solidez financeira (%) (2013-2017)



Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 10.b.1. Fluxos de recursos totais para desenvolvimento, por países receptores e doadores e tipo de fluxo (por exemplo, assistência oficial ao desenvolvimento, investimento estrangeiro direto e outros fluxos)- milhões de CVE- (2013-2017)

Tabela 163 – Ajuda pública ao desenvolvimento, Investimento Direto Estrangeiro no país e remessas de emigrantes (correntes e capitais) (Fluxos em milhões de CVE) (2013-2017)

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017
Ajuda pública ao Desenvolvimento	12 943	10 384	12 142	7 523	11 871
Investimento Direto Estrangeiro no País.	5 777	14 982	9 548	12 684	10 708
Remessas de emigrantes (correntes e capitais)	14 512	16 265	19 815	18 421	18 884

Fonte: Banco de Cabo Verde





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), conhecido como ODS das cidades, tem como metas cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes a desastres ou a eventos incomuns.



ODS 11 – CIDADE E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

O rápido crescimento das cidades junto com o aumento da migração rural para a urbana levou a um rápido crescimento populacional nas cidades. O desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem transformar significativamente a forma como se constrói e planeia os espaços urbanos. Tornar as cidades seguras e sustentáveis significa assegurar o acesso a habitações seguras e a custo razoável. Também envolve investimentos em transportes públicos, criação de espaços públicos verdes e melhoria do planeamento e gestão urbana de forma participativa e inclusiva.

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier II” (existe metodologia, mas não há disponibilidade de dados) e “Tier III” (indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída). Portanto, para o AECV-2017, apresenta-se o proxy para o indicador disponível para Cabo Verde.



Indicador 11.6.1 Proporção de resíduos sólidos urbanos recolhidos regularmente e com descarga final adequada do total de resíduos sólidos urbanos gerados, pelas cidades

Tabela 164 – Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos (2015)

	Quantidade de resíduos urbanos gerados ou produzidos
Cabo Verde	170 636
Ribeira Grande	3 141
Paul	862
Porto Novo	4 175
S. Vicente	37 588
Ribeira Brava	1 689
Tarrafal de S. Nicolau	1 051
Sal	12 119
Boa Vista	6 086
Maio	1 359
Tarrafal	3 455
Santa Catarina	12 151
Santa Cruz	4 708
Praia	63 210
S. Domingos	2 556
S. Miguel	2 626
S. Salvador do Mundo	1 242
S. Lourenço dos Órgãos	1 297
Ribeira Grande de Santiago	1 433
Mosteiros	1 927
S. Filipe	762
Santa Catarina do Fogo	6 189
Brava	1 010

Fonte: ANAS, Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos em Cabo Verde (PENGeR), 2016

Figura 18 – Total de resíduos urbanos recolhidos (2012, 2013 e 2015) (gráfico)



Em 2012 e 2013, os dados foram estimados e são apenas referentes aos Resíduos Urbanos recolhidos pelas entidades gestoras, ou seja, não abrangem os Resíduos Urbanos recolhidos por outras entidades.

Fonte (2012 e 2013): INE, Inquérito sobre a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos

Fonte (2015): ANAS, PENGeR, 2016

OUTROS INDICADORES

As famílias cabo-verdianas habitavam, em 2017, na sua grande maioria, em alojamentos clássicos (98,9%), principalmente do tipo moradias independentes (77,9%). Da análise por meio de residência, constatou-se que os agregados familiares do meio rural habitavam, maioritariamente, nas moradias independentes (98,3%). Em 2017, constatou-se que 69% dos



agregados familiares do meio urbano habitavam em moradias independentes e 29,5 em apartamentos.

Em 2017, cerca de 2% dos agregados familiares do meio urbano habitavam nos alojamentos não clássicos (barracas, casa de bidão, contentores e outros).

Tabela 165 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a tipologia do alojamento que habita por meio residência, concelho e sexo do representante. (2017)

	Tipologia dos alojamentos				Total
	Alojamentos clássicos			Alojamentos não clássicos	
	Total	Moradia Independente	Apartamento		
Cabo Verde	98,9	77,9	21,0	1,1	100,0
Meio de Residência					
Urbano	98,5	69,0	29,5	1,5	100,0
Rural	100,0	98,3	1,7	0,0	100,0
Concelho					
Ribeira Grande	100,0	95,0	5,0	0,0	100,0
Paul	100,0	96,1	3,9	0,0	100,0
Porto Novo	100,0	87,5	12,5	0,0	100,0
S. Vicente	94,7	70,3	24,4	5,3	100,0
Ribeira Brava	100,0	99,4	0,6	0,0	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	100,0	91,1	8,9	0,0	100,0
Sal	99,5	51,6	47,8	0,5	100,0
Boavista	98,6	94,2	4,5	1,4	100,0
Maio	100,0	99,7	0,3	0,0	100,0
Tarrafal	100,0	95,1	4,9	0,0	100,0
Santa Catarina	100,0	93,5	6,5	0,0	100,0
Santa Cruz	100,0	99,0	1,0	0,0	100,0
Praia	99,8	59,3	40,4	0,2	100,0
S. Domingos	100,0	99,4	0,6	0,0	100,0
S. Miguel	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0
S. Salvador do Mundo	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0
S. Lourenço dos Órgãos	100,0	99,7	0,3	0,0	100,0
Ribeira Grande de Santiago	100,0	99,4	0,6	0,0	100,0
Mosteiros	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0
S. Filipe	100,0	98,0	2,0	0,0	100,0
Santa Catarina do Fogo	100,0	99,6	0,4	0,0	100,0
Brava	100,0	98,1	1,9	0,0	100,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2017, cerca de 68% dos agregados familiares residiam em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água, ou seja, com acesso à água canalizada, contudo somente 66,2% tiveram a rede pública como a principal fonte de abastecimento de água. Cerca de 9% dos agregados familiares abastecem-se na casa de vizinhos, 11,1% nos chafarizes, 7,2% recorrem a autotanques e 6,4% a outras fontes (cisternas, nascentes, poços, etc.).



Tabela 166 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água, por meio de residência, concelho e sexo do representante. (2017)

	Principal fonte de abastecimento de água					Total
	Rede Pública	Vizinhos	Chafariz	Autotanque	Outras fontes	
Cabo Verde	66,2	9,0	11,1	7,2	6,4	100,0
Meio de Residência						
Urbano	70,0	10,7	10,8	7,9	0,5	100,0
Rural	57,6	5,0	11,9	5,6	19,9	100,0
Concelho						
Ribeira Grande	84,0	2,6	6,7	0,3	6,4	100,0
Paul	78,3	6,8	5,7	0,3	8,9	100,0
Porto Novo	77,2	2,2	12,3	2,5	5,8	100,0
S. Vicente	70,6	10,5	13,9	4,3	0,7	100,0
Ribeira Brava	89,0	1,6	7,8	0,3	1,3	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	89,9	2,0	1,2	0,4	6,5	100,0
Sal	73,5	2,5	20,5	3,3	0,3	100,0
Boavista	38,8	1,4	28,5	31,3	0,0	100,0
Maio	84,3	6,2	4,6	4,6	0,3	100,0
Tarrafal	82,6	8,0	4,3	4,3	0,9	100,0
Santa Catarina	62,6	7,6	6,3	6,8	16,7	100,0
Santa Cruz	70,3	8,2	6,4	1,5	13,6	100,0
Praia	62,1	16,3	10,2	11,4	0,0	100,0
S. Domingos	27,7	1,7	32,6	12,4	25,6	100,0
S. Miguel	53,1	5,5	4,9	5,5	30,9	100,0
S. Salvador do Mundo	13,1	0,0	15,4	21,1	50,4	100,0
S. Lourenço dos Órgãos	68,0	5,0	0,6	1,5	24,9	100,0
Ribeira Grande de Santiago	59,4	6,2	3,7	3,1	27,6	100,0
Mosteiros	59,8	2,0	13,6	0,3	24,3	100,0
S. Filipe	75,7	5,6	1,5	2,1	15,2	100,0
Santa Catarina do Fogo	74,9	7,4	0,7	0,0	17,0	100,0
Brava	90,1	6,6	0,9	0,0	2,3	100,0
Sexo do representante						
Masculino	64,5	9,9	11,9	7,5	6,2	100,0
Feminino	68,1	8,1	10,3	6,9	6,6	100,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Em 2017, a percentagem de agregados familiares que habitam em alojamentos com eletricidade fixava-se em 89,5%. O acesso à eletricidade continua ainda a mostrar algumas discrepâncias entre o meio urbano e o rural, sendo que este indicador é mais favorável no meio urbano com 92,0%, contra 83,9% no meio rural.

Tabela 167 – Evolução (%) do acesso dos agregados familiares à eletricidade, por meio de residência, concelho e sexo do representante. (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	86,9	84,5	86,2	89,6	89,5
Meio de Residência					
Urbano	90,5	88,7	89,8	93,0	92,0
Rural	79,0	75,7	78,1	82,1	83,9
Concelho					
Ribeira Grande	87,9	87,5	86,7	88,6	90,7
Paul	86,4	85,3	84,9	88,8	86,3
Porto Novo	84,3	85,0	86,1	86,5	91,4
S. Vicente	88,7	86,2	88,7	94,2	92,8
Ribeira Brava	86,3	88,9	90,0	95,6	92,8
Tarrafal de S. Nicolau	82,9	84,6	81,1	91,3	91,1
Sal	89,4	91,2	93,0	94,2	93,7
Boavista	86,9	90,1	90,2	89,9	89,0
Maio	87,0	86,6	89,2	86,4	89,2
Tarrafal	60,6	62,3	69,4	74,1	72,6
Santa Catarina	86,9	76,1	77,5	85,4	85,6
Santa Cruz	79,5	75,5	76,3	76,2	82,1
Praia	92,4	89,0	90,1	93,8	92,0
S. Domingos	89,1	79,4	88,8	88,7	90,5
S. Miguel	82,7	75,9	85,1	83,4	82,7
S. Salvador do Mundo	87,6	88,5	73,2	92,9	96,4
S. Lourenço dos Órgãos	90,9	87,4	91,5	87,2	92,4
Ribeira Grande de Santiago	81,1	81,3	73,5	79,3	79,6
Mosteiros	82,9	87,9	85,0	84,3	87,9
S. Filipe	74,7	74,1	79,6	77,9	79,2
Santa Catarina do Fogo	77,8	78,7	82,8	87,3	91,1
Brava	90,8	95,6	92,2	95,1	94,8
Sexo do representante					
Masculino	88,0	85,1	86,0	89,8	89,3
Feminino	85,4	83,8	86,4	89,4	89,7

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



No que se refere ao saneamento, em 2017, constatou-se que 80,8% dos agregados familiares dispunham de sanitas/retretes no alojamento, sendo que 53,6% das sanitas/retretes estão ligadas a fossas sépticas e 26,5% à rede pública de esgoto, pese embora, cerca de 5,4% declararem que o acesso às instalações sanitárias é compartilhado com outro agregado familiar.

Tabela 168 – Evolução da percentagem dos agregados familiares com acesso a instalações sanitárias (sanita/retrete) por concelho (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	72,4	74,7	77,4	80,1	80,8
Concelho					
Ribeira Grande	72,1	75,5	76,9	78,7	78,4
Paul	67,3	69,2	71,8	70,4	74,7
Porto Novo	62,3	62,7	67,7	69,8	75,2
S. Vicente	82,0	83,4	85,1	87,4	89,7
Ribeira Brava	73,2	67,9	81,4	83,4	85,3
Tarrafal de S. Nicolau	83,9	88,2	83,7	87,3	88,3
Sal	90,1	91,2	92,5	92,2	93,2
Boavista	64,2	66,1	67,1	71,7	57,7
Maio	88,1	91,3	89,4	89,5	93,5
Tarrafal	59,0	57,6	69,7	73,0	74,9
Santa Catarina	61,5	63,8	67,0	72,0	69,9
Santa Cruz	44,4	50,0	53,2	52,4	57,7
Praia	77,7	81,3	84,2	86,5	85,7
S. Domingos	51,8	50,9	55,1	61,7	64,8
S. Miguel	44,1	51,0	49,2	59,3	59,0
S. Salvador do Mundo	45,0	51,4	55,6	62,9	69,4
S. Lourenço dos Órgãos	58,0	61,5	65,6	64,2	68,9
Ribeira Grande de Santiago	45,7	43,5	49,9	53,8	54,8
Mosteiros	85,1	88,2	87,4	92,3	90,5
S. Filipe	78,3	82,1	81,3	81,8	87,7
Santa Catarina do Fogo	82,3	83,3	81,7	87,7	90,0
Brava	81,0	78,9	83,8	85,2	91,5

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12) visa a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas-chave para o alcance de padrões de produção e consumo mais sustentáveis.



ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

A mudança nos padrões de consumo e produção se configuram como medidas indispensáveis na redução do impacto ecológico sobre o meio ambiente. Essas medidas são a base do desenvolvimento económico e social sustentável.

As metas do ODS 12 visam a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas-chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Neste tema, apresentam-se dados e informações relevantes ao setor do turismo, uma vez que o turismo consta como uma meta em três dos 17 objetivos da Agenda 2030, nomeadamente o ODS 8, o 12 e o 14. No contexto da referida agenda de desenvolvimento sustentável, um setor de turismo que adote práticas sustentáveis de consumo e produção pode desempenhar um papel significativo na aceleração da transformação global em direção à sustentabilidade. Para tanto, conforme exposto na meta 12.b do objetivo 12, é essencial "Desenvolver e aplicar instrumentos que permitam monitorar os efeitos sobre o desenvolvimento sustentável com vista a alcançar um turismo sustentável que crie empregos e promova cultura e produtos locais".

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como "Tier III", ou seja, indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída. Portanto, para o AECV-2017, não se tem indicadores, deste objetivo, disponíveis para Cabo Verde.

OUTROS INDICADORES

Oferta Turística

No período de 2013 a 2017, o número de estabelecimentos hoteleiros passou de 222 para 275, correspondendo a um acréscimo de 23,9% (+53 estabelecimentos hoteleiros).

Tabela 169 – Número de estabelecimentos, quartos, camas, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
N.º Estabelecimentos	222	229	226	233	275
N.º de Quartos	9 058	10 839	10 626	11 435	12 463
N.º de Camas	15 995	18 188	18 055	18 382	20 421
Capacidade de Alojamento	19 428	23 171	22 954	24 376	26 987
Pessoal ao Serviço	5 755	6 282	6 426	7 742	8 825

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

De acordo com a tabela 170, por tipo de estabelecimentos de alojamento, observam-se aumentos significativos nos dados das residenciais (+105 estabelecimentos) e dos hotéis (+15 estabelecimentos). A maior diminuição, entre 2013 e 2017, ocorreu nas pensões (-9 estabelecimentos).

Tabela 170 – Número de Estabelecimentos por tipo de estabelecimento de alojamento (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	222	229	226	233	275
Hotéis	54	54	59	64	69
Pensões	71	70	64	59	62
Pousadas	12	8	6	8	9
Hotéis-apartamentos	14	21	19	17	20
Aldeamentos turísticos	11	7	7	8	10
Residenciais	60	69	71	77	105

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

O pessoal ao serviço aumentou 53,3%, de 2013 a 2017. Os hotéis continuaram a empregar o maior número de pessoas, representando, em 2017, cerca de 84,3% do total do pessoal, seguindo as residenciais e as pensões, com respetivamente, 4,6% e 4,0%.

Tabela 171 – Pessoal ao serviço por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	5 755	6 282	6 426	7 742	8 825
Hotéis	4 651	5 042	5 266	6 517	7 443
Pensões	382	390	384	357	354
Pousadas	67	54	48	57	66
Hotéis-apartamentos	147	271	193	183	256
Aldeamentos turísticos	275	262	245	304	300
Residenciais	233	263	290	324	406

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Os dados da tabela 172 mostram, em termos gerais, um aumento do número de estabelecimentos turísticos em 23,9%, de 2013 a 2017. A ilha de Santo Antão apresentou maior evolução (74,4%), enquanto a da Brava foi a única a registar uma diminuição, passando de 10 para 9 estabelecimentos hoteleiros, no mesmo período. A ilha do Sal manteve o mesmo número que tinha em 2013.

Tabela 172 – Número de estabelecimentos hoteleiros por Ilha (2013 – 2017) (Infográfico)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	222	229	226	233	275
Santo Antão	39	41	42	42	68
S. Vicente	32	37	40	41	45
S. Nicolau	7	9	9	9	9
Sal	31	30	28	29	31
Boa Vista	20	21	20	22	22
Maio	7	8	9	9	9
Santiago	50	51	49	50	50
Fogo	26	23	22	22	32
Brava	10	9	7	9	9

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

De 2013 a 2017, o aumento mais expressivo, em termos absolutos, do pessoal ao serviço foi registado na ilha do Sal (+ 2 467). Em 2017, Sal e Boa Vista empregaram, juntas, cerca de 77,7% do pessoal ao serviço. Registou-se uma diminuição no pessoal ao serviço na ilha da Brava de 28, em 2013, para 24, em 2017; em 2016 também era de 24.

Tabela 173 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos de alojamento turístico por ilha (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	5 755	6 282	6 426	7 742	8 825
Santo Antão	213	203	227	230	396
S. Vicente	384	425	473	515	511
S. Nicolau	28	35	38	37	36
Sal	2 469	2 938	2 914	4 070	4 936
Boa Vista	1 766	1 768	1 794	1 910	1 918
Maio	25	21	25	25	28
Santiago	712	755	818	819	844
Fogo	130	110	116	110	132
Brava	28	27	21	26	24

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Procura Turística

O número de hóspedes, no ano de 2017, atingiu o valor de 716.775, correspondendo a um aumento de 29,8%, quando comparado com o ano de 2013.

Em 2017, observou-se que os hotéis continuaram a ser os estabelecimentos de alojamento turístico mais procurados, representando 86,3% do total das entradas. Seguem-se-lhes as residenciais e as pensões, com cerca de 4,3% e 3,2%, respetivamente.

Tabela 174 – Hóspedes por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	552 144	539 621	569 387	644 429	716 775
Hotéis	476 552	468 341	497 743	543 128	618 774
Pensões	27 161	22 109	18 977	20 051	22 950
Pousadas	4 722	4 330	4 394	4 743	4 618
Hotéis-apartamentos	8 653	8 415	10 054	13 482	17 734
Aldeamentos turísticos	9 822	15 983	11 921	35 672	21 821
Residenciais	25 234	20 443	26 298	27 353	30 878

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Os hóspedes que visitaram Cabo Verde, em 2017, provieram, essencialmente, do Reino Unido (23,6%), Alemanha (11,2%), França (9,7%) e Bélgica+Holanda (9,7%). Nota-se ainda uma certa diversificação dos hóspedes, pelo facto de os “outros países” terem aumentado significativamente a sua contribuição em termos de hóspedes e, em 2017, já participavam com 19,5% do total das entradas de turistas.

Tabela 175 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual dos hóspedes (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	552 144	539 621	569 387	644 429	716 775
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	46 981	44 018	47 999	44 942	47 383
Estrangeiros	2 289	1 871	1 666	1 455	1 699
Estrangeiros					
África do Sul	1 321	351	232	611	564
Alemanha	74 238	68 834	76 451	71 448	80 071
Áustria	1 980	2 215	2 351	1 562	1 924
Bélgica +Holanda	46 556	50 943	60 473	62 391	69 680
Espanha	9 741	8 165	9 412	10 732	11 952
Estados Unidos	4 209	3 401	4 282	4 874	5 958
França	74 239	61 992	56 458	64 861	69 717
Reino Unido	94 709	96 865	126 685	131 793	168 896
Itália	30 769	28 029	27 086	48 824	39 557
Portugal	58 070	60 161	61 979	64 899	67 882
Suíça	4 134	5 260	5 450	6 767	11 407
Outros países	102 908	107 516	88 863	129 270	140 085

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 176 – Hóspedes por habitante, proporção de hóspedes estrangeiras/os, e proporção de dormidas nos principais estabelecimentos de alojamento (2013 – 2017)

	Hóspedes por habitante	Hóspedes estrangeiras/os (%)	Dormidas nos hotéis (%)
2013	1,08	90,75	91,52
2014	1,04	91,84	91,3
2015	1,08	91,28	93,47
2016	1,21	92,8	91,09
2017	1,33	93,2	90,7

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

As dormidas apresentaram uma tendência semelhante à do número de hóspedes. No período de 2013 a 2017, verificou-se um aumento de 33,8% nas dormidas.

Em 2017, o Reino Unido também permaneceu em primeiro lugar, com 31,3% do total, seguido de Alemanha e Países Baixos (Bélgica + Holanda), com 11,5%, e, Portugal e França, com 7,8% e 7,7%, respetivamente.

Tabela 177 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por país de residência habitual dos hóspedes (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	3 436 111	3 414 832	3 710 000	4 092 551	4 597 477
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	142 568	122 688	130 069	122 423	130 504
Estrangeiros	13 615	7 873	7 053	5 835	7 655
Estrangeiros					
África do Sul	3 796	1 653	658	1 082	1 090
Alemanha	528 136	511 329	575 541	529 586	526 985
Áustria	10 877	13 172	13 227	7 489	8 618
Bélgica + Holanda	326 580	385 717	458 957	478 660	529 271
Espanha	45 758	37 905	42 311	43 356	47 605
Estados Unidos	12 837	9 605	11 380	14 174	16 782
França	317 955	285 160	279 617	325 497	353 888
Reino Unido	836 425	839 485	1 148 335	1 225 913	1 440 460
Itália	218 026	199 474	189 959	259 806	277 231
Portugal	323 956	316 365	322 948	318 095	356 868
Suíça	29 943	28 319	27 559	35 989	59 521
Outros países	625 639	656 087	502 386	724 646	840 999

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Relativamente às dormidas por tipo de estabelecimento, em 2017, os hotéis representam 90,7%, os aldeamentos turísticos 3,1% e as residenciais, 2,2% (Tabela 178). Através da tabela 179 pode-se constatar que a Ilha do Sal, continua a ter mais dormidas, com 54,8% do total, seguida da Boa Vista, (36,0%) e Santiago (3,5%).

Tabela 178 – Dormidas por tipo de estabelecimentos de alojamento turístico (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	3 436 111	3 414 832	3 710 000	4 092 551	4 597 477
Hotéis	3 144 564	3 117 767	3 467 877	3 728 012	4 170 355
Pensões	93 240	68 899	51 524	57 767	72 141
Pousadas	16 078	13 728	12 215	12 719	14 484
Hotéis-apartamentos	39 414	46 355	36 097	62 864	95 655
Aldeamentos turísticos	62 073	105 912	69 423	144 159	143 233
Residenciais	80 742	62 171	72 864	87 030	101 609

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 179 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por Ilha (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	3 436 111	3 414 832	3 710 000	4 092 551	4 597 477
S. Vicente	99 328	98 622	102 095	109 526	132 000
Sal	1 481 980	1 577 406	1 823 603	2 062 034	2 519 487
Boa Vista	1 553 125	1 470 899	1 544 378	1 664 983	1 656 430
Santiago	173 620	161 339	143 786	150 830	163 061
Restantes Ilhas	128 058	106 566	96 138	105 178	126 499

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 180 – Taxa de variação anual de hóspedes e dormidas (2013 – 2017)

	Hóspedes	Dormidas
2013	3,4	3,1
2014	-2,3	-0,6
2015	5,5	8,6
2016	13,2	10,3
2017		
Total	11,2	12,3
Hotéis	13,9	11,9
Pensões	14,5	24,9
Pousadas	-2,6	13,9
Hotéis-apartamentos	31,5	52,2
Aldeamentos turísticos	-38,8	-0,6
Residenciais	12,9	16,8

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

De 2013 a 2017, constatou-se um ligeiro aumento nas estadias, que passaram de 5,9 para 6,2 noites, traduzindo-se num aumento de 5,1%. Os turistas do Reino Unido foram os que tiveram maior permanência média em Cabo Verde e, no ano 2017, permaneceram 8,4 noites.

Tabela 181 – Estadia média de hóspedes por país de residência habitual (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	5,9	6	6,3	6,1	6,2
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	2,8	2,6	2,6	2,6	2,6
Estrangeiros	5,4	3,6	3,8	3,7	4,2
Estrangeiros					
África do Sul	2,7	3,9	2,7	1,7	1,9
Alemanha	6,5	7,1	7,3	7,1	6,4
Áustria	5,2	5,7	5,4	4,4	4,2
Bélgica + Holanda	6,8	7,3	7,4	7,4	7,3
Espanha	4,4	4,4	4,3	3,9	3,8
Estados Unidos	2,9	2,7	2,5	2,8	2,7
França	4	4,2	4,7	4,8	4,8
Reino Unido	8,8	8,6	8,9	9,1	8,4
Itália	6,6	6,7	6,6	5,2	6,7
Portugal	5,2	5	4,9	4,7	4,9
Suíça	6,4	5	4,8	5	4,9
Outros países	5,7	5,7	5,4	5,4	5,7

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 182 – Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	5,9	6,0	6,3	6,1	6,2
Hotéis	6,3	6,4	6,7	6,6	6,5
Pensões	3,1	2,9	2,6	2,7	2,9
Pousadas	3,1	2,9	2,6	2,5	2,9
Hotéis-apartamentos	4,1	4,8	3,3	4,3	4,7
Aldeamentos turísticos	5,4	6,5	5,7	4,0	6,4
Residenciais	3,0	2,8	2,6	2,9	3,0

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

A taxa de ocupação-cama apresentou um aumento de 3,6%, no período de 2013 a 2017. Em 2017, os hotéis foram os estabelecimentos hoteleiros com maior taxa de ocupação-cama 69%. Seguem-se, depois, os aldeamentos turísticos e as pousadas com 37% e 25%, respetivamente.

Tabela 183 – Taxa de ocupação-cama (%) por tipo de estabelecimento de alojamento turístico, (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	56	53	49	55	58
Hotéis	65	62	57	64	69
Pensões	22	16	11	14	16
Pousadas	28	23	21	24	25
Hotéis-apartamentos	28	24	15	21	21
Aldeamentos turísticos	23	28	19	36	37
Residenciais	23	18	17	18	19

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes



Em 2017, em média, a taxa de ocupação-cama, a nível geral, foi de 58%, superior à registada em 2016 (55%). As ilhas da Boa Vista e do Sal tiveram as maiores taxas de ocupação- cama com 85% e 66%, respetivamente.

Tabela 184 – Taxa de ocupação-cama (%) por Ilha (2013 – 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	56	53	49	55	58
S. Vicente	25	24	24	23	23
Sal	58	56	49	58	66
Boa Vista	81	76	76	82	85
Santiago	25	23	21	20	19
Restantes Ilhas	...	...	...	...	...

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS 13) confere importância à resiliência e à capacidade de adaptação dos agrupamentos humanos frente aos riscos associados ao clima e às catástrofes naturais. No entanto, o foco central é combater a mudança climática e seus impactos.



ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA

Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Esse é o propósito do ODS 13, estabelecido dentro da Agenda 2030.

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo estão classificados como “Tier III”, ou seja, indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída. Portanto, para o AECV-2017, não se tem indicadores, com uma metodologia definida, nem dados disponíveis para acompanhar o progresso desse objetivo.

OUTROS INDICADORES

O fenómeno das mudanças climáticas - ou seja, a modificação no clima, atribuível direta ou indiretamente à atividade humana, que altera a composição da atmosfera global durante um dado período de tempo - tem vindo a ser identificado como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade. Estas mudanças, que incluem alterações nos padrões meteorológicos, subida do nível médio da água do mar, ocorrência mais frequente de eventos meteorológicos extremos, entre outros fenómenos, afetam de forma mais acentuada e com mais frequência as populações mais pobres e vulneráveis.

A ação climática implica, assim, em atuar simultaneamente ao nível da mitigação, reduzindo as emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), e ao nível da adaptação, minimizando a vulnerabilidade aos efeitos negativos das alterações climáticas.

Portanto, reconhecendo a importância do tema e a necessidade de soluções, Cabo Verde ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) a 29 de Março 1995. Desde então, o país, na condição de Parte Contratante da Convenção, elaborou três edições da “Comunicação Nacional de Cabo Verde para mudanças climáticas”, onde relata as circunstâncias nacionais em que o país evolui em termos de ações concretas no âmbito das mudanças climáticas. Ao longo desse período, Cabo Verde vem implementando projetos e programas enquadrados com as mudanças climáticas, a saber:

- Primeira e segunda Comunicação Nacional à CQNUMC (2000 e 2010)
- Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas (2000)



- Primeiro e segundo Inventário Nacional de Emissões e Remoções de Gases com Efeito de Estufa (2000 e 2010)
- Programa de Ação para Adaptação às Mudanças Climáticas (sigla Inglesa NAPA, 2007)
- Projeto NAPA-Follow-Up, para implementação de medidas de adaptação do setor dos Recursos Hídricos
- Projeto Mecanismo Desenvolvimento Limpo (MDL) (2012)
- Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono e Resiliente (2015)
- Contribuição Intencional Nacionalmente Determinada (sigla inglesa INDC, 2015) para o horizonte 2015/2030
- Procedeu à assinatura e ratificação do Acordo de Paris, através da Assembleia Nacional com aprovação da Resolução n.º 35/IX/2017, de 12 de maio. Aceitação da ratificação do Acordo de Paris pelo secretariado da CQNUMC, a 22 de abril 2016, que entrou em vigor a 21 de outubro 2017.

Cabo Verde pertence ao grupo de países mais vulneráveis às mudanças climáticas. Tal como evidenciado pelo índice ND-Gain⁵, o país é o 65.º país mais vulnerável e o 79.º mais resiliente, situando-se no quadrante superior direito da matriz do referido índice. Isto, significa que o país já deu passos importantes no sentido de aumentar a resiliência, mas subsistem, ainda, grandes desafios para a redução das vulnerabilidades e necessidades urgentes de reforço de medidas de adaptação e de aumento da resiliência (PEDS 2017-2021).

As ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura e, devido à sua localização geográfica (integra o grupo dos países do Sahel), apresentam um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade, onde podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca - dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho, de transição).

Tabela 185 – Temperatura média anual do ar em Cabo Verde (2012 – 2016)

Estações Meteorológicas	2012	2013	2014	2015	2016
	°C				
Porto Novo	24,7	24,8	24,5	24,6	25,0
Mindelo	24,0	24,4	23,8	23,9	24,4
Aeroporto de S. Pedro	24,1	24,6	24,5	24,4	24,8
Aeroporto do Sal	23,9	24,0	23,2	23,3	24,1
Aeroporto de Rabil	24,3	24,4	23,8	24,2	24,2
Aeroporto da Praia	24,4	24,5	24,2	24,4	25,1
Aeródromo de S. Filipe	24,5	25,3	24,0	23,9	26,5
Mosteiros	25,2	24,8	23,9	24,0	24,6

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

⁵ Notre Dame Global Adaptation Initiative, <http://index.gain.org/ranking>.



Tabela 186 – Precipitação total anual em Cabo Verde (2012 – 2016)

Estações Meteorológicas	2012	2013	2014	2015	2016
	milímetros (mm)				
Mindelo	150,8	224,8	78,9	73,6	233,6
Aeroporto do Sal	152,5	86,2	96,1	119,5	114,4
Aeroporto da Praia	289,8	410,3	139,4	336,9	232,2
Mosteiros	287,2	614,7	133,1	633,8	449,6

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

De origem vulcânica, algumas ilhas apresentam em geral uma orografia muito acidentada, com vales de vertentes abruptos, profundos e ramificados. Todavia, as ilhas mais orientais (Sal, Boavista e Maio) apresentam entre si uma orografia semelhante, muito suave e com predomínio de áreas planas onde aparecem isolados diversos cones vulcânicos erosivos. O relevo é geralmente acidentado, principalmente nas ilhas mais jovens, como são os casos de Fogo, Santiago, Santo Antão e S. Nicolau, e relativamente plano nas ilhas mais antigas, como Sal, Boavista e Maio. As maiores altitudes estão localizadas nas ilhas de Fogo (2.829 m), Santo Antão (1.979 m), Santiago (1.395 m) e São Nicolau (1.340 m).

O conjunto das ilhas ocupa uma superfície emersa total de 4.033 km² e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que se estende por cerca de 734.000 km². A linha da costa é relativamente grande, com cerca de 1.020 km preenchida por praias de areia branca e negra alternando com escarpas. Porque a geomorfologia de Cabo Verde constitui uma vulnerabilidade partilhada pela maior parte dos pequenos estados insulares, a zona costeira carece de uma atenção especial face aos potenciais impactos negativos resultantes das mudanças climáticas globais.

Com efeito, uma possível subida do nível do mar, associada a outros eventos extremos como tempestades, furacões e inundações, afetaria as zonas costeiras e a sua população residente (cerca de 80% dos habitantes), bem como todo o habitat, a biodiversidade e as atividades industriais ligadas à pesca artesanal e ao turismo (Terceira Comunicação Nacional de Cabo Verde para mudanças climáticas, 2017).

Modelos climáticos, publicados durante a avaliação do Programa de Ação Nacional de Adaptação (NAPA), para o período 2008-2012, mostraram que as vulnerabilidades naturais do país, juntamente com suas implicações sociais e económicas serão muito provavelmente exacerbadas pelas perturbações climáticas nas próximas décadas. Estas incluem eventos extremos mais frequentes, como tempestades, inundações e secas, bem como temporadas de chuvas mais curtas, escassez hídrica com impactos imediatos nos meios de subsistência, infraestruturas, condições sanitárias, recarga de reservatórios e produtividade agrícola (PEDS 2017-2021).



Emissões Atmosféricas

Como país signatário da Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (CQNUMC/UNFCCC), ou Convenção do Clima, Cabo Verde tem como uma das suas principais obrigações a elaboração de Comunicações Nacionais e a subsequente atualização periódica do Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) não controlados pelo protocolo de Montreal. Cabo Verde já apresentou o primeiro e segundo inventários, tomando como base o ano de 1995 e ano de 2000, respetivamente. Em 2017, apresenta o terceiro inventário, seguindo as Diretrizes para Elaboração das Comunicações Nacionais dos Países não Listados no Anexo I da Convenção (países em desenvolvimento), de acordo com Decisão 17/CP.8 da Convenção e as diretrizes metodológicas do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC).

Em 2005, as emissões totais foram estimadas em 452,54 Gg de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq) e em 2010 as emissões totalizaram 485,26 Gg CO₂eq. Em 2005, cada habitante em Cabo Verde emitiu cerca de 0,98 t CO₂eq/habitante, tendo aumentado 1,02% em 2010, passando para 0,99 t CO₂eq/habitante. O setor da Energia é o que mais tem contribuído para o total das emissões em Cabo Verde (Ver pág. 55, 56 e 57 da Terceira Comunicação).

Em 2010, as emissões totais de CO₂ ficaram em 292,84 Gg, correspondendo a uma diminuição de 1,54% face a 2005. As emissões totais de CH₄ e N₂O aumentaram em 26,76% (5,71 Gg) e 17,18% (0,23 Gg), respetivamente. O HFC-134a teve um aumento de 225,45%, em 2010 relativo a 2005, tendo sido estimado em 1,90 t HFC-134a (Terceira Comunicação Nacional de Cabo Verde para mudanças climáticas, 2017).

Tabela 187 – Total de emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em Cabo Verde, por tipo de gás (1995, 2000, 2005 e 2010)

Tipo de gases	1995	2000	2005	2010
	Gigagrama (Gg)			
Dióxido de carbono (CO ₂)	23,46	58,57	297,4	292,84
Metano (CH ₄)	3,98	3,89	4,5	5,71
Óxido Nitroso (N ₂ O)	0,19	0,2	0,19	0,23
	Toneladas (t)			
Hidrofluorcarbonetos (HFC)	NE	0,1	0,59	1,91

NE – Não estimado.

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Foram também calculadas as emissões de gases de efeito estufa indireto. Em 2005 foram estimadas em 4,09 Gg NO_x; 36,66 Gg CO e 3,68Gg NMVOC. Para o ano de 2010, as emissões de NO_x e de CO diminuíram em 11,41% e 11,16% respetivamente, em relação a 2005, tendo sido estimadas em 3,6 Gg NO_x e 32,57 Gg CO. As emissões devido ao NMVOC, em 2010, cresceram em 9,46% em relação a 2005, com 4,03 Gg. Os gases NO_x e CO foram estimados no setor AFOLU essencialmente devido à queima de resíduos agrícolas e também no setor energia, além do NMVOC, pela queima de combustíveis fósseis (Terceira Comunicação Nacional de Cabo Verde para mudanças climáticas, 2017).



Tabela 188 – Total de emissões indiretas de GEE em Cabo Verde, por tipo de gás (1995, 2000, 2005 e 2010)

Tipo de gases	1995	2000	2005	2010
	(Gg)			
Dióxido de enxofre (SO ₂)	0,0	0,0	-	-
Óxidos de Nitrogénio (NO _x)	2,2	2,6	4,1	3,6
Compostos Orgânicos Voláteis Não-Metânicos (COVNM)	2,6	2,7	3,7	4,0
Outros:				
Monóxido de carbono (CO)	32,0	30,9	36,7	32,6
Óxidos de enxofre (SO _x)	0,0	0,0	-	-

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

Capacidade de Redução das Emissões de Gases com Efeitos de Estufa

Cabo Verde possui um grande potencial para as Energias Renováveis (ER), em 2010 o país começou a apostar fortemente na produção de energia elétrica com recurso às fontes renováveis, mais concretamente às energias solar e eólica. Em 2017, essas duas fontes contribuíram para cerca de 16.9% de penetração de ER na rede elétrica.

Figura 19 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2017)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

Tabela 189 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2013 - 2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Total	391	402	420	444	491
Solar	7	7	6	6	7
Eólica	76	83	79	77	76
Térmica	308	312	335	361	408

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

De acordo com o terceiro inventário de GEE, o setor da Energia é o que mais tem contribuído para a totalidade das emissões em Cabo Verde. Assim sendo, as energias renováveis apresentam-se como a oportunidade para Cabo Verde reduzir as emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE) e ainda resolver, de forma estrutural, os problemas do setor energético, reduzindo os custos e preços da energia, minimizando a incerteza e exposição aos preços internacionais dos combustíveis.



O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14) visa a conservação dos recursos marinhos.



ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

A pesca sempre foi uma atividade económica importante para Cabo Verde. Este setor, juntamente com a agropecuária, tem permitido maior resiliência da população rural e reduzido a dinâmica do êxodo rural, além de constituir uma oportunidade de emprego e de rendimento para a população.

A pesca no país divide-se em artesanal, que é realizada com embarcações denominadas “embarcações de boca aberta” e direcionada para a pesca costeira e a pesca semi-industrial e industrial, que é feita com embarcações maiores, motores geralmente internos e maior autonomia.

Apesar de a pesca fornecer alimento e ser a fonte de rendimento de muitas pessoas, quando é feita de forma desregulada, desequilibra o ciclo biológico de seres marinhos e terrestres e pode ser nociva, aumentando o risco de extinção de várias espécies. Além disso, há o despejo de esgoto, produtos químicos, lixo e petróleo, que também comprometem o desenvolvimento saudável da vida marinha. Por esses motivos, as metas do ODS 14 são vitais para a preservação dos oceanos, mares e a biodiversidade. Esse objetivo tem como alvo a preservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

Neste capítulo, apresentam-se os resultados sobre os indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14) produzidos no país, indicadores referentes à captura das principais espécies, bem como estatísticas sobre a importação e exportação de pescado.

Indicador 14.3.1. Acidificação do oceano (pH médio) medida num conjunto representativo de estações de amostragem.

Indicador	2010
Físico-químico (média)	8

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas



Indicador 14.4.1 Percentagem de unidades populacionais de gestão pesqueira dentro dos limites biológicos sustentáveis.

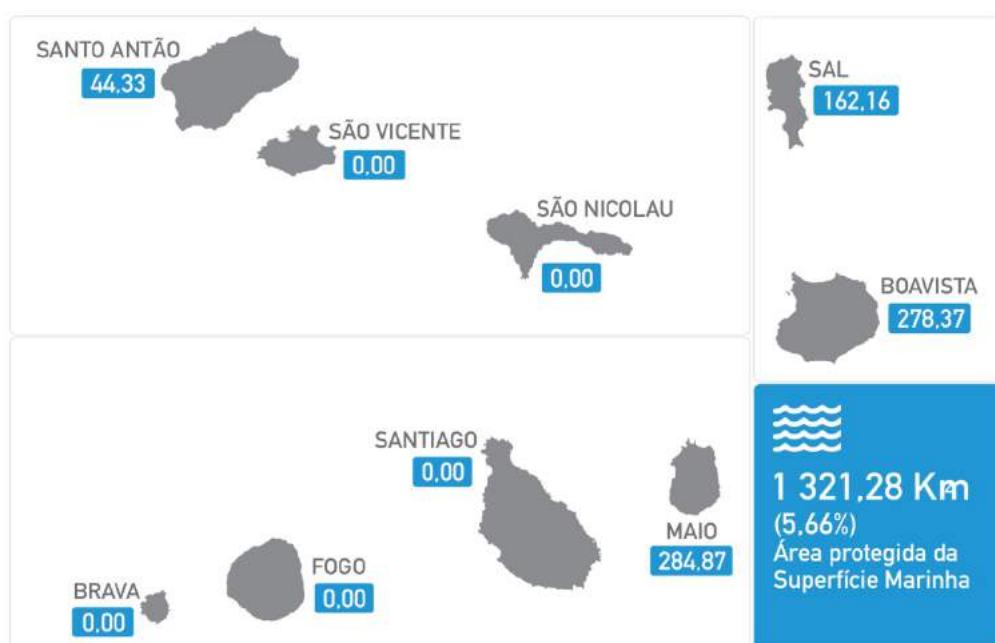
Indicador	Valor	2010
Potencial haliêutico (Toneladas)	Mínimo	36 000
	Máximo	44 000

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

Indicador 14.5.1 Cobertura de áreas protegidas em relação a áreas marinhas

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações da Figura 20 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Figura 20 – Área protegida da superfície marinha (2015)



	Marinha	
	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	1 321,28	5,66
Santa Luzia	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	278,37	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente



OUTROS INDICADORES

A pesca artesanal, em 2017, contava com 1.588 embarcações e 5.078 pescadores. A Ilha de Santiago apresenta maior número, tanto de pescadores como de embarcações de pesca artesanal, representando 36% e 36,7%, respetivamente, do total nacional.

Tabela 190 – Número de embarcações (botes), número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca artesanal, por ilha (2017)

	Número de Botes	Número de Pescadores	Nº médio de pescadores por embarcação
Cabo Verde	1 588	5 078	3,2
Santo Antão	156	640	4,1
S. Vicente	113	514	4,5
S. Nicolau	94	267	2,8
Sal	151	482	3,2
Boavista	140	318	2,3
Maio	103	229	2,2
Santiago	571	1 863	3,3
Fogo	157	514	3,3
Brava	103	251	2,4

Fonte: Direção Nacional de Economia Marítima e Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

Quanto à pesca industrial, em 2017, registaram-se 119 embarcações que empregavam 1.205 pescadores. Do total das embarcações, 37,8% encontravam-se registadas na Ilha de São Vicente e 37,8% na ilha de Santiago.

Tabela 191 – Número de embarcações, número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca industrial/semi-industrial, por ilha (2017)

	Número de Embarcação	Número de Pescadores	N.º Médio de pescadores por embarcação
Cabo Verde	119	1 205	10,1
Santo Antão	6	72	12,0
S. Vicente	45	487	10,8
S. Nicolau	5	58	11,6
Sal	7	63	9,0
Boa Vista	6	25	4,2
Maio	0	0	0,0
Santiago	45	456	10,1
Fogo	4	35	8,8
Brava	1	9	9,0

Fonte: Direção Nacional de Economia Marítima e Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

Globalmente, as capturas diminuíram 29,8%, entre 2013 e 2017, tendo tido a captura da pesca artesanal uma diminuição de 19,7%, enquanto a pesca industrial teve uma diminuição mais acentuada (-35,5%).

Em 2017, verificou-se que as capturas realizadas na pesca artesanal são mais diversificadas, concentrando-se em torno dos tunídeos (30,5%) e demersais (27,8%), enquanto na pesca industrial predominam os tunídeos (64,99%) e pequenos pelágicos (17,6%).



Tabela 192 – Capturas nominais de pescado (em toneladas), segundo o tipo de pesca, por principais espécies (2013-2017)

	Artesanal	Industrial	Total
2013	4 374,20	7 714,70	12 088,90
2014	4 417,50	9 839,40	14 256,90
2015	4 574,46	10 793,73	15 368,19
2016	4 155,87	5 338,57	9 494,44
2017			
Total	3 512,15	4 979,02	8 491,18
Tunídeos	1 071,05	3 236,00	4 307,05
Pequenos Pelágicos	832,12	875,11	1 707,23
Demersais	976,29	686,10	1 662,39
Diversos	603,89	164,88	768,78
Crustáceos e Moluscos	10,20	1,81	12,01
Tubarões	18,61	15,12	33,73

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

Os indicadores relativos à importação de pescado indicam um aumento entre 2013 e 2017, tanto em termos de peso (48,4%) como de valores monetários (67,3%).

De realçar que, em 2016, a grande maioria do pescado importado corresponde, basicamente, à importação de filetes de peixe e outra carne de peixe (picada), frescos, refrigerados ou congelados, representando cerca de 34% do total importado em valores e 34% do total importado em peso.

Tabela 193 – Importação de pescado - peso e valor (2013-2017)

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2013	727,17	339,23
2014	662,43	322,50
2015	668,25	319,41
2016	821,05	469,96
2017		
Total	1 079,14	567,70
Peixes vivos	0,30	0,62
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	2,89	1,74
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	156,28	78,12
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados	371,63	189,94
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	94,31	67,31
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	164,14	106,07
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	289,59	123,90

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Os produtos do mar participam significativamente na pauta de exportação do país. De 2013 a 2017, o valor de pescado exportado registou uma diminuição de 62,6% e, em termos de peso, 43,5%. No entanto, de salientar que, entre 2016 e 2017, registou-se uma diminuição considerável, tanto no valor monetário (-57,3%), como no peso (-56,5%) do pescado exportado.



De referir ainda que, em 2017, o pescado exportado era constituído quase exclusivamente (94,5%) por peixes congelados, exceto filetes de peixes e outra carne.

Tabela 194 – Exportação de pescado - peso e valor (2013-2017)

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2013	13 215,90	2 602,80
2014	24 001,80	2 977,89
2015	24 975,90	2 945,60
2016	17 141,80	2 280,01
2017		
Total	7 461,20	973,49
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	0,90	0,76
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	7 052,18	895,66
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados	112,69	7,67
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	0,01	0,01
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	1,82	7,70
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	293,60	61,69

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Não obstante o crescimento das importações e diminuição das exportações de pescado, a balança comercial, em relação a esses produtos, é superavitária, isto é, o país exporta muito mais do que importa, sendo a pesca um ótimo gerador de divisas para o país.

Gráfico 29 – Valor (em milhões de ECV) das importações e exportações de pescado (2013-2017)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15) tem como foco a preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade. A preocupação não se dá só com a preservação e/ou conservação do que já existe, mas também com a reversão de danos já causados ao ambiente.



ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

De modo geral, o ODS 15 volta-se para a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

As matas, florestas e rios de água doce representam o equilíbrio climático, biodiversidade e aspetos culturais de qualquer país e região. Por isso, preservá-los e protegê-los é de extrema necessidade. Assim, o ODS 15 é um mecanismo importante para viabilizar ações, políticas e projetos nesse sentido.

Respondendo, particularmente, a estes imperativos e necessidades, o AECV-2017 incorpora dados e informações disponíveis sobre esse objetivo.

Indicador 15.1.1 Proporção do território que é área florestal

A florestação em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva, desde os primórdios da independência nacional, pelos sucessivos governos, mas com o forte apoio da cooperação internacional, tem, num primeiro plano, exercido um papel crucial na luta contra a desertificação e, num segundo plano, permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.



O país dispõe, atualmente, de um património em vegetação lenhosa avaliado em 89.903 ha, dos quais 54.919,4 é classificado como floresta, de acordo com os padrões da FAO⁶.

Tabela 195 – Área coberta, por vegetação lenhosa e por floresta e respetivas proporções, por ilha (2012)

	Área florestal (ha)	% área florestal/ ilha	% Área florestal nacional
Cabo Verde	54 919,4		13,60
Santo Antão	2 177,8	3	0,51
S. Vicente	2 163,1	10	0,53
S. Nicolau	2 464,1	7	0,61
Sal	356,0	2	0,08
Boavista	1 822,6	3	0,45
Maio	5 446,9	20	1,35
Santiago	37 328,3	38	9,25
Fogo	2 347,4	5	0,58
Brava	813,2	13	0,20

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 15.1.2 Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema.

Os dados da tabela 196 mostram que a superfície terrestre das áreas protegidas foi de 733,57Km², em 2015, representando 18,19% da totalidade da superfície terrestre em Cabo Verde. Com exceção de Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, que são considerados áreas protegidas na sua globalidade, as ilhas da Boa Vista (37,29%), Maio (28,24%) e Santo Antão (25,38%) são as que têm mais áreas protegidas, sendo Brava a única ilha sem área protegida.

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações constantes da tabela 196 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Tabela 196 – Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), por ilha (2015)

	Terrestre		Marinha	
	Superfície (km ²)	%	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19	1 321,28	5,66
Santo Antão	197,67	25,38	44,33	-
S. Vicente	3,12	1,37	0,00	-
Santa Luzia	34,27	100,00	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	8,54	100,00	278,37	-
S. Nicolau	22,77	6,64	0,00	-
Sal	38,27	17,72	162,16	-
Boa Vista	231,17	37,29	278,37	-
Maio	75,98	28,24	284,87	-
Santiago	36,47	3,68	0,00	-
Fogo	84,69	17,79	0,00	-
Brava	0,00	0,00	0,00	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

⁶ Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)



As áreas terrestres protegidas, com instrumentos de gestão aprovados, passaram de 1.726 hectares, em 2008, para 38.844,86 hectares, em 2015, tendo registado 17.792,19 hectares, em 2014. Em relação às áreas marinhas protegidas, com instrumentos de gestão aprovados, o valor registado foi de 120.672,47 hectares, em 2015, e 28.847,19 hectares, em 2014.

Tabela 197 – Superfície e proporção das Áreas Protegidas (terrestre e marinha) com Instrumento(s) de Gestão aprovado(s) (2008-2015)

	Terrestre		Marinha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
2008	1 726,00	0,43	0,00	0,00
2010	10 194,50	2,53	0,00	0,00
2014	17 792,19	4,41	28 487,19	1,26
2015	38 844,86	9,63	120 672,47	5,32

Nota: Percentagens calculadas em função das superfícies (áreas) terrestre e mar territorial de Cabo Verde

Fonte: Direção Nacional de Ambiente

Indicador 15.3.1. Proporção do território com solos degradados

Indicador	Série				
	2011	2012	2013	2014	2015
Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais (%)	73	12,44	437	278,4	801,2

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) aborda temas relacionados com o acesso à Justiça, à segurança pública e à promoção de uma sociedade mais pacífica. Por isso, neste objetivo, entram metas associadas à redução de mortes por violência, tráfico e tortura contra crianças e à promoção de um Estado de Direito em que todos tenham direito a se defender. Também são abordados crimes internacionais, como o tráfico de armas, o fenómeno global da corrupção e a participação social nas instituições de poder, amparada por acesso público à informação.



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

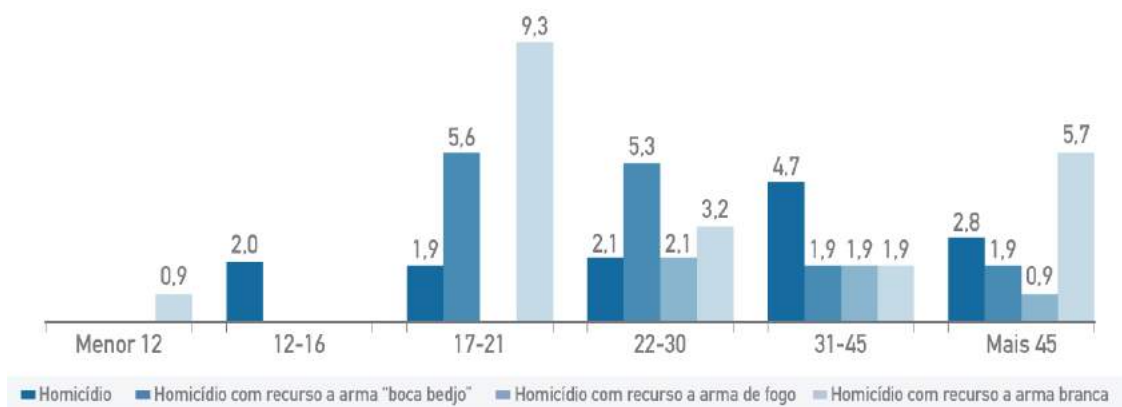
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Promover instituições fortes, inclusivas e transparentes, a manutenção da paz e o respeito aos direitos humanos baseados no Estado de direito são a base para o desenvolvimento humano sustentável. Estes são alguns dos princípios que sustentam as metas do ODS 16, que também inclui temas sensíveis, como o combate à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e à tortura. Outros temas incluídos nas metas do ODS 16 são o enfrentamento à corrupção, ao terrorismo, a práticas criminosas, especialmente aquelas que ferem os direitos humanos.

Neste tema, apresentam-se os resultados sobre os indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) provenientes do Ministério da Administração Interna e do Inquérito sobre Governança Paz e Segurança, realizado pelo INE.

Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100.000 habitantes por grupo etário

Gráfico 30 – Vítimas de homicídio voluntário, por 100.000 habitantes por grupo etário (2017)

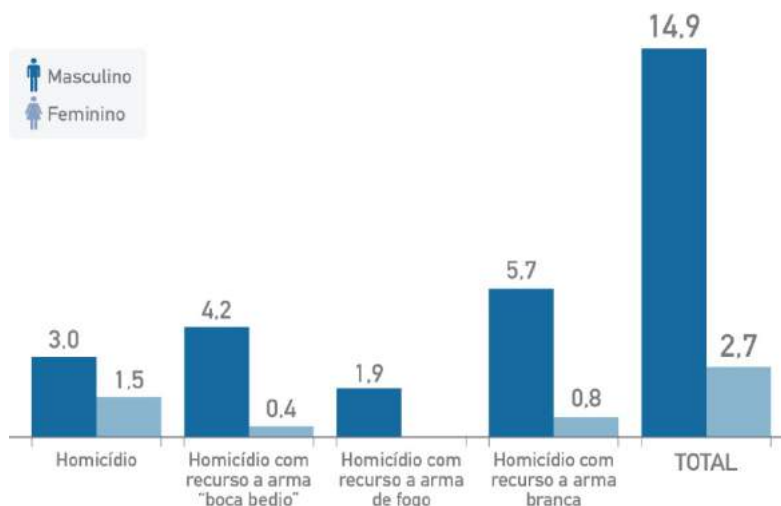


Fonte: Ministério da Administração Interna



Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes, por sexo.

Gráfico 31 – Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por sexo (2017)



Fonte: Ministério da administração interna

Indicador 16.1.3. Proporção (em %) da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

2013	2016
4,1	5,4

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.1.4. Proporção (em %) de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem

	2013	2016
Durante o dia	84,4	81,4
Durante a noite	44,0	51,7

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.3.1. Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos

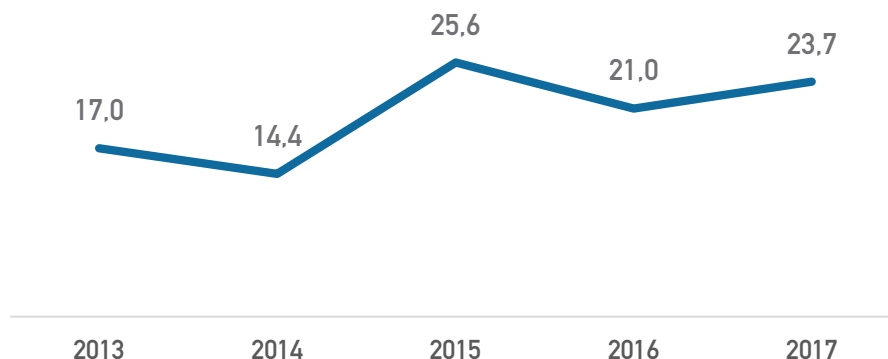
2013	2016
45,8	52,3

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança



Indicador 16.3.2 Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos

Gráfico 32 – Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos. (2013-2017)



Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho

Indicador 16.5.1. Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.

2013	2016
1,5	1,2

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

Indicador 16.6.2 Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.

2013	2016
56,3	60,9

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança



Indicador 16.7.2. Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional.

2013	Média Nacional		17,4%
	Sexo	Masculino	16,7%
		Feminino	18,0%
	Faixa Etária	[18-24 anos]	9,1%
		[25-34 anos]	16,2%
		[35-44 anos]	17,3%
		[45-54 anos]	18,1%
		[+ 55 anos]	31,8%

2016	Média Nacional		15,7%
	Sexo	Masculino	15,6%
		Feminino	15,7%
	Faixa Etária	[18-24 anos]	5,6%
		[25-34 anos]	12,7%
		[35-44 anos]	19,3%
		[45-54 anos]	17,4%
		[+ 55 anos]	22,3%

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança



Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade.

Tabela 198 – Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos por sexo e idade, Cabo Verde (2013-2017)

Sexo	Idade	2013	2014	2015	2016	2017
Masculino	0	92,6	92,7	91,3	88,5	93,6
	1	100,6	92,4	92,7	91,2	88,5
	2	106,3	100,7	92,5	92,6	91,3
	3	105,9	106,4	100,8	92,8	92,7
	4	99,6	106,5	106,8	101,2	93,1
	total < 5anos	100,9	99,6	96,7	93,2	91,8
Feminino	0	93,2	93,6	94,8	94,8	93,2
	1	98,0	93,1	93,6	94,8	94,7
	2	106,8	98,1	93,2	93,6	94,8
	3	100,3	106,9	98,2	93,3	93,6
	4	99,4	100,7	107,2	98,6	93,7
	total < 5anos	99,5	98,4	97,3	95,0	94,0
Total	0	92,9	93,1	93,0	91,6	93,4
	1	99,4	92,8	93,1	93,0	91,5
	2	106,5	99,5	92,8	93,1	93,0
	3	103,1	106,6	99,5	93,0	93,1
	4	99,5	103,6	107,0	99,9	93,4
	total < 5anos	100,2	99,0	97,0	94,1	92,9

Nota: A proporção por vezes é superior a 100 porque nesses anos temos uma subestimação na projeção, tendo assim mais crianças registadas do que na projeção.

Fonte: INE

Indicador 16.b.1. Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

2013	2016
27,4	31,7

Fonte: INE, Inquérito sobre Governança Paz e Segurança





O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) é o que tem mais metas e aborda diferentes frentes associadas ao desenvolvimento sustentável. Aborda temas ligados à finanças, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e de instituições, parcerias multissetoriais, dados, monitoramento e prestação de contas.



ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

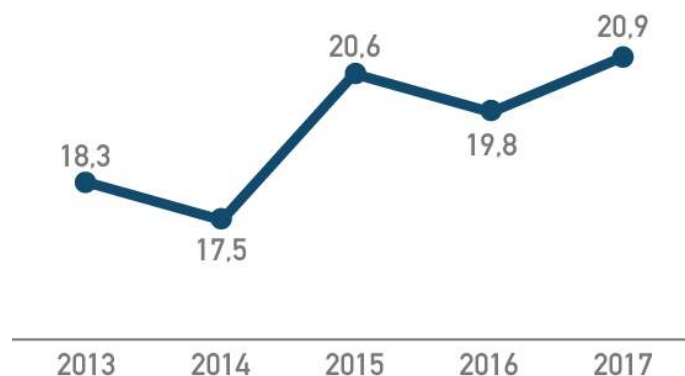
O ODS 17 propõe o caminho para a realização efetiva da Agenda 2030 por todos os países, sendo a coordenação de esforços na arena internacional essencial para isso. A Cooperação Sul-Sul e triangular, a transferência de tecnologia, o intercâmbio de dados e capital humano, bem como a assistência oficial ao desenvolvimento são alguns dos principais meios para o alcance dos ODS.

Este tema visa apresentar os indicadores disponíveis do ODS 17, tendo como principais fontes de informação o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Cabo Verde e a Agência Nacional de Comunicações. São apresentados, ainda, os dados do Comércio Externo.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

A receita fiscal, em 2017, foi de cerca de 21% do Produto Interno Bruto, tendo sido em 2016 de cerca de 20%. Constata-se que entre 2010 e 2017, as receitas fiscais em percentagem do PIB tem oscilado entre alta e baixa.

Gráfico 33 – Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (2013-2017)



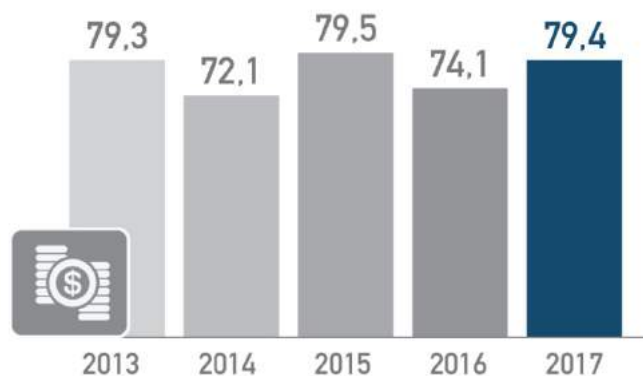
Fonte: INE e Ministério de Finanças



Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, a percentagem do orçamento do Estado financiado por impostos cobrados internamente foi de 79,4%, em 2017, aumentando relativamente a 2016 que foi de 74,1%.

Gráfico 34 – Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente

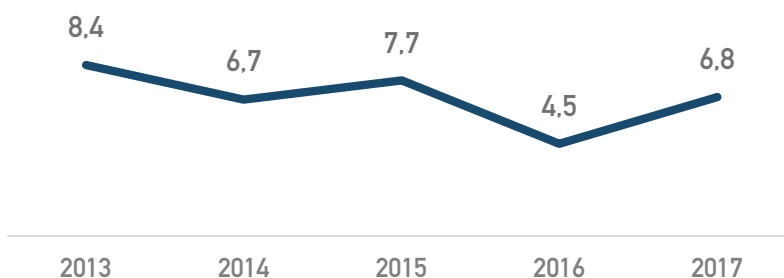


Fonte: Ministério de Finanças

Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total.

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do PIB, foi de 6,8% em 2017, face aos 4,5% registados em 2016.

Gráfico 35 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB (2013-2017)

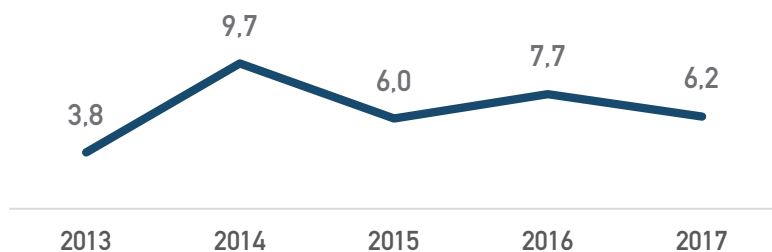


Fonte: Banco de Cabo Verde



Por sua vez, o rácio do Investimento Direto do Estrangeiro em função do PIB foi de 6%, valor inferior ao registado em 2016 (8%).

Gráfico 36 – Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB (2013-2017)

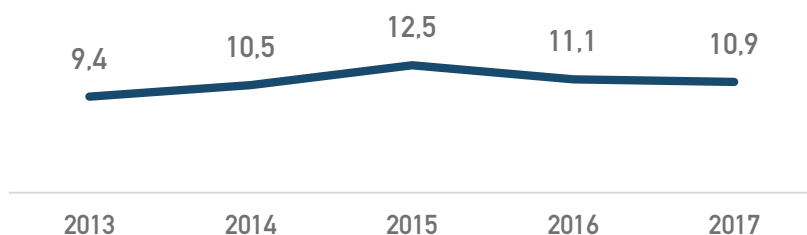


Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

As remessas de emigrantes estabilizaram-se em torno de 11% do PIB nos últimos dois anos.

Gráfico 37 – Remessas de Emigrantes em % do PIB

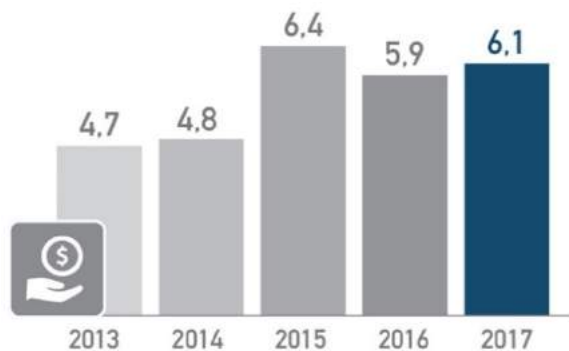


Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

O serviço da dívida externa de Cabo Verde, medido em função das exportações de bens e serviços, manteve a tendência de crescimento nos últimos dois anos, tendo-se situado em 2017 nos 6,1%.

Gráfico 38 – Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços (2013-2017)



Fonte: Banco de Cabo Verde



Indicador 17.6.2. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%).

Gráfico 39 – Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (2013-2017)



Fonte: Agência Nacional de Comunicações

Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet (Ambos os sexos)

	Ambos os Sexos					
	Grupo etário análise					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
Total população 10 anos ou mais	506 127	104 784	103 076	79 809	134 721	31 409
População que usou internet nos últimos três meses						
Efetivos	168136	13876	69813	47512	35713	1222
%	33,2	13,2	67,7	59,5	26,5	3,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet (Sexo Masculino)

	Masculino					
	Grupo etário análise					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
Total população 10 anos ou mais	242 588	51 582	51 710	39 693	61 116	11 680
População que usou internet nos últimos três meses						
Efetivos	84824	6789	34864	23529	18917	725
%	35,0	13,2	67,4	59,3	31,0	6,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet (Sexo Feminino)

	Feminino					
	Grupo etário análise					
	Total	10-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-64 anos	65 anos ou mais
Total população 10 anos ou mais	263 539	53 202	51 366	40 116	73 605	19 729,23
População que usou internet nos últimos três meses						
Efetivos	83312	7087	34949	23984	16796	497
%	31,6	13,3	68,0	59,8	22,8	2,5

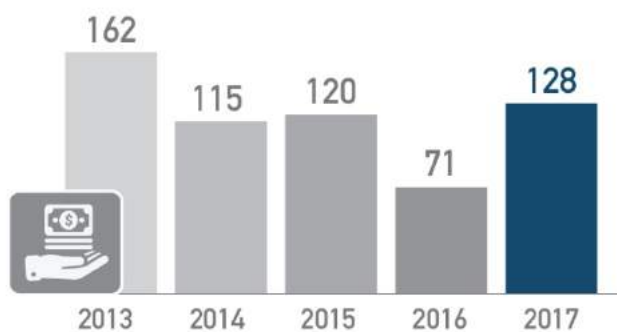
Fonte: Instituto Nacional de Estatística



Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento.

A ajuda pública ao desenvolvimento registou um aumento significativo em 2017, passando de 71 milhões de dólares, em 2016, para 128 milhões de dólares.

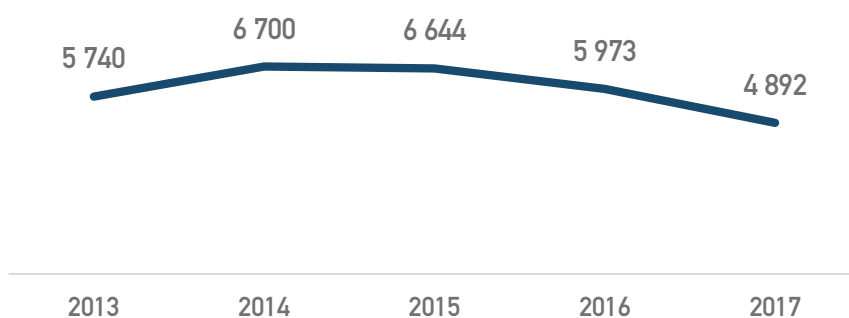
Gráfico 40 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões) (2013-2017)



Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

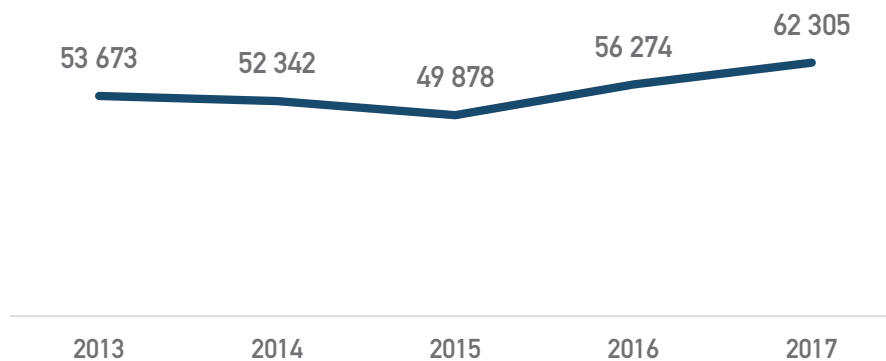
Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Gráfico 41 – Exportação de mercadorias (em EVC) (2013-2017)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Gráfico 42 – Exportação de serviços (em milhares de contos EVC) (2013-2017)



Fonte: Banco de Cabo Verde



Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2013	2014	2015	2016	2017
Setor Monetário e Financeiro						
Massa Monetária	taxa variação em %	10,5	7,8	5,9	8,4	6,6
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	37,7	22,2	13,4	18,6	2,5
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,3	2,8	2,2	3,7	6,3
Crédito à Economia ²	em % do PIB	61,2	61,1	61,1	61,5	62,9
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras ³	em % do PIB	78,6	85,6	88,6	94,3	96,4
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	28,4	30,4	31,4	31,9	30,1
Taxas de Câmbio						
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	104,1	104,5	102,4	102,7	103,0
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	115,8	114,0	131,8	129,7	128,7
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	83,1	83,1	99,4	99,7	97,9
Setor Externo						
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-5,4	-8,7	-2,0	-2,2	-5,9
Balança Corrente	em % do PIB	-5,8	-9,1	-3,2	-3,0	-6,8
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	9,5	10,5	12,5	12,2	11,0
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	21,7	20,8	20,6	21,4	23,6
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	3,8	9,7	6,3	7,7	6,2
Reservas/Importações	meses	4,8	5,4	6,7	7,2	5,9
Finanças Públicas						
Saldo Global ⁴	em % do PIB	-9,3	-7,4	-3,8	-3,5	-3,1
Saldo Global Primário	em % do PIB	-7,2	-5,1	-1,2	-1,0	-0,5
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	78,3	89,0	97,0	97,5	91,1
Stock da Dívida Interna ⁵	em % do PIB	24,2	26,9	29,0	32,4	33,0

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas:

¹ Os valores do PIB para 2016 e 2017 correspondem a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas.

² Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

³ Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes.

⁴ Resultado Global incluindo Donativos

⁵ Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).



OUTROS INDICADORES

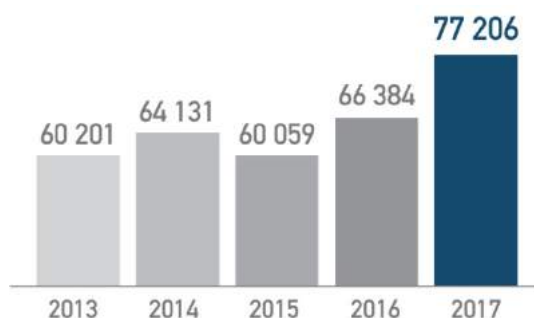
Importações

Importação de bens

De um modo geral, as importações aumentaram 28,2%, de 2013 a 2017, em termos de valor, e apresentaram um aumento de 13,0%, no mesmo período, em termos de peso.

Em 2017, as importações de bens totalizaram 77.206 milhões de escudos cabo-verdianos, correspondendo a um acréscimo de 16,3%, face a 2016. Esta variação representa uma aceleração relativamente às variações registadas nos anos anteriores.

Gráfico 43 – Importação de bens em milhões de ECV (2013-2017)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tendo em conta a Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), observou-se que, em 2017, as importações de bens de consumo representaram 42,6% do valor total importado e dos Bens Intermédios (29,6%). Estas categorias acumularam cerca de 72% do valor total das importações de bens, no mesmo ano.

Em 2017, o continente europeu foi o principal fornecedor de Cabo Verde, com 78,8% do valor total importado e 77,3% do peso total importado. O continente africano é a zona económica com menor contribuição (4,0%) no valor total das importações.

Os principais países fornecedores de bens a Cabo Verde continuaram a ser Portugal (42,9%), Espanha (12,6%) e Itália (6,1%) que, juntos, representaram 61,7% dos valores das importações, em 2017. Nota-se, ainda, que Portugal representa 50,0% do peso total importado. Destes dados, pode-se afirmar que Portugal continua a ser o maior fornecedor de bens a Cabo Verde.

Tabela 199 – Proporção das importações, por categoria de fornecedores (2013-2017)

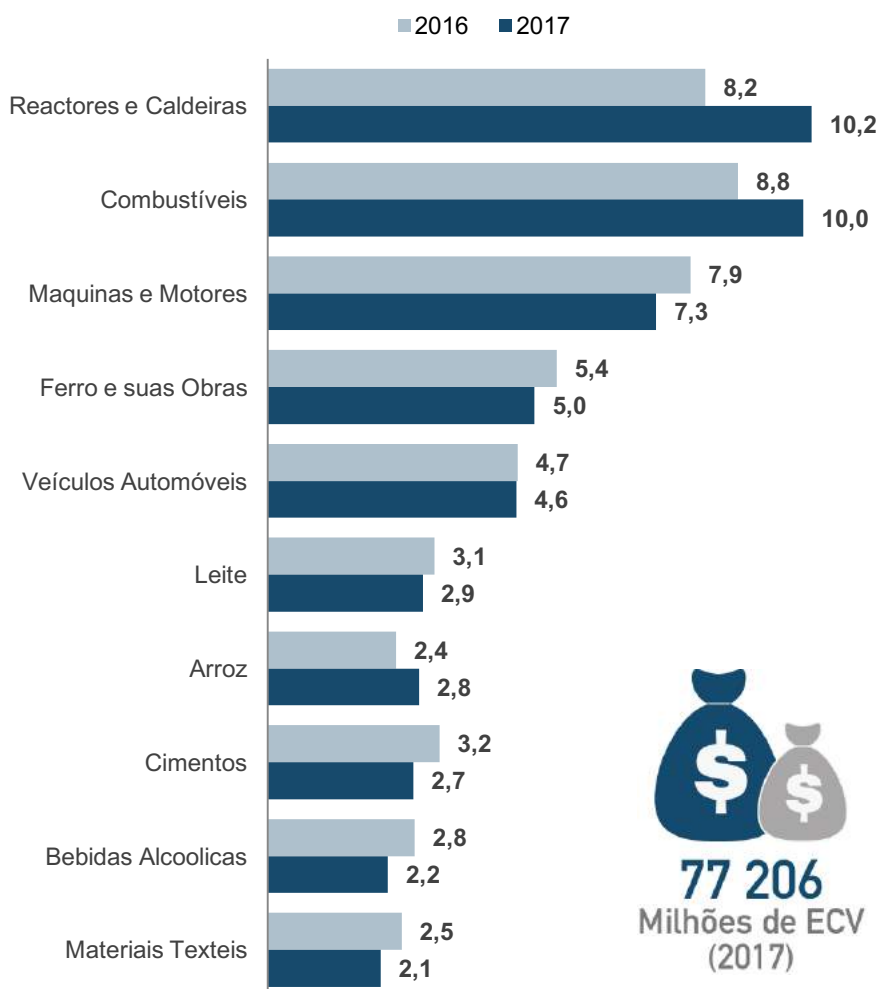
	Proporção das Importações			
	10 Principais Fornecedores	Principal país de origem	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2013	82,94	40,24	2,00	1,08
2014	83,60	39,02	1,79	0,67
2015	83,23	43,52	1,05	2,22
2016	83,69	46,51	3,24	1,85
2017	88,58	42,93	3,99	2,62

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



A contribuição dos dez maiores produtos importados, em 2017, representa 49,9% do montante total das importações desse ano. A contribuição de cada um desses produtos no total das importações, de 2016 a 2017.

Gráfico 44 – Proporção dos 10 principais produtos importados em Cabo Verde (2016-2017)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Importação de Serviços

As importações de serviços mantiveram a tendência ascendente em 2017, tendo crescido cerca de 12%, em função do aumento da importação de outros serviços (+84%), transportes (+20%) e de viagens (+8%).

A redução de 10%, em 2015, pode ser explicada, essencialmente, pela diminuição das importações de serviços de transporte (-82%), de outros serviços (-81%), de outros serviços empresariais (-19%) e dos transportes.

Os principais serviços importados do país, nos últimos anos, foram: transporte, viagens e outros serviços empresariais.



Tabela 200 – Importação (milhões de ECV), por tipo de serviços (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Serviços	28 843	30 639	27 478	30 717	34 442
Transportes	7 020	7 842	6 783	8 410	10 066
Viagens	9 937	9 099	10 022	6 712	7 252
Serviços de comunicações	422	1 005	327	906	1 206
Serviços de construção e obras públicas	1 908	129	205	352	582
Serviços de seguros	1 152	1 036	1 201	284	318
Serviços financeiros (excluindo seguros)	198	1 062	192	401	533
Serviços de informática e de informação	697	880	1 256	1 923	1 491
Royalties e licenças	9	398	802	243	592
Outros serviços empresariais	5 230	7 174	5 822	9 612	10 070
Serviços pessoais, culturais e de lazer	32	24	21	31	77
Serviços governamentais, n.i. o. p.	791	581	583	1 232	1 131
Outros serviços	1 445	1 409	262	611	1 125

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: Estatísticas da Balança de Pagamentos de 2016 e 2017, compilados de acordo com a metodologia da 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e da posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional

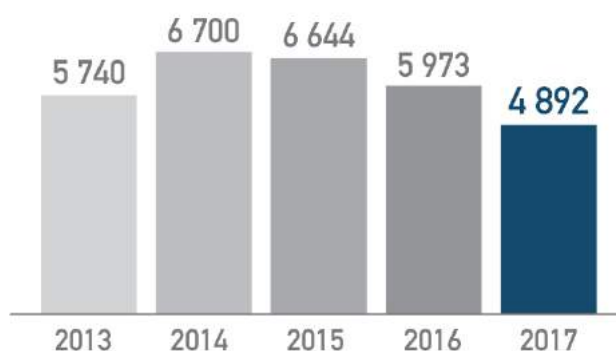
Exportações

Exportações de Bens

No período de 2013 a 2017, as exportações de bens diminuíram 18,1% em valor e 35,6% em termos de peso.

Em 2017, as exportações de bens para os mercados externos atingiram 4.892 milhões de escudos, o que representa uma diminuição de 18,1%, face a 2016 (- 1081 milhões de escudos).

Gráfico 45 – Exportação de bens (milhões de ECV) (2013-2017)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

As exportações de Cabo Verde estão concentradas nos Bens de Consumo, com um peso de 96,1% do valor exportado, e nos Bens Intermédios (peso de 3,8%). Estas categorias, conjuntamente, representaram as categorias de bens exportados em 2017.

As exportações de bens estão concentradas nos bens de consumo, representando, em 2017, 97,0% do valor total e 96,1% do peso total importado.



O continente europeu continua a ser o principal cliente de Cabo Verde, com 96,2% do valor total exportado e 67,2%, em termos de peso total exportado. O continente africano, à semelhança das importações, é a zona económica com menor peso na estrutura das exportações.

Em 2017, os principais destinos externos dos bens nacionais continuaram a ser Espanha e Portugal, tendo, no seu conjunto, concentrado 95,5% das exportações. Espanha reforçou a sua posição como principal cliente (peso de 70,8%). As exportações para Portugal aumentaram 5,9% (+67 milhões de escudos, com maior aumento na globalidade dos países).

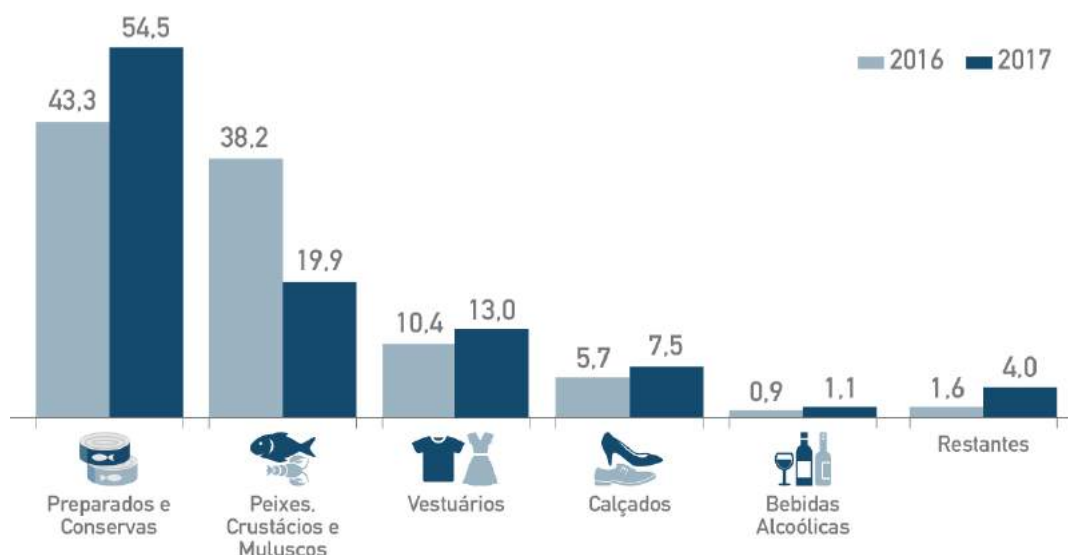
Tabela 201 – Proporção das exportações para os principais tipos/classificação de clientes no total das exportações (2013-2017)

	Proporção das Exportações			
	5 Principais clientes	Principal país de destino	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2012	88,22	71,92	1,21	0,17
2013	89,66	66,68	1,15	0,21
2014	89,76	63,74	6,74	0,03
2015	92,07	68,99	3,95	0,31
2016	98,12	72,44	0,61	0,18
2017	98,73	70,79	0,63	0,08

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Em 2017, os preparados e conservas; peixes, crustáceos e moluscos bem como vestuários constituem os principais grupos de produtos exportados. Estes grupos representaram, em conjunto, 87,4% do valor total das exportações de bens. Os preparados e conservas permaneceram como o principal grupo de produtos vendidos ao exterior (54,5%), tendo registado acréscimo (3,2%), em termos de valor, em relação a 2016.

Gráfico 46 – Estrutura das exportações (em %), por principais bens (2016-2017)





Exportação de Serviços

As exportações de serviços têm oscilado consideravelmente nos últimos cinco anos, apresentando uma tendência descendente, de 2013 a 2015 com uma variação média anual de (-3,6%).

Esta tendência foi invertida, em 2016 (+13,0%) e em 2017 as exportações de serviços cresceram 12%, com o aumento dos serviços governamentais (30%), outros serviços empresariais (+19%) e viagens (15%).

Os principais serviços exportados do país, nos últimos anos, foram: transporte, viagens e outros serviços empresariais

Tabela 202 – Exportação (milhões de ECV), por tipo de Serviços (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Serviços	53 673	52 342	49 878	56 274	62 305
Transportes	11 235	9 526	8 518	9 533	9 225
Viagens	34 983	33 619	34 498	36 863	42 100
Serviços de comunicações	2264	4 389	2276	2690	2 367
Serviços de construção e obras públicas	377	90	46	76	150
Serviços de seguros	442	665	372	200	239
Serviços financeiros (excluindo seguros)	195	48	208	424	229
Serviços de informática e de informação	24	33	95	175	49
Royalties e licenças	0	0	0	3	4
Outros serviços empresariais	1 884	1 685	1456	4 240	5 064
Serviços pessoais, culturais e de lazer	68	17	27	66	82
Serviços governamentais, n.i. o. p.	1964	2051	2054	1 801	2 350
Outros serviços	237	217	326	203	447

Fonte: Banco de Cabo Verde

Saldo da balança comercial

Em 2017, o défice das transações comerciais de bens com o exterior fixou-se em 73.314 milhões de escudos, representando um agravamento de 11.903 milhões de escudos, face ao ano anterior.

A taxa de cobertura das importações pela exportação de bens sofreu uma diminuição de 0,5 pontos percentuais, de 2013 a 2016, que se agravou em 2017 (-2,7 p.p., face a 2016). De um modo global, de 2013 a 2017, a taxa de cobertura teve uma diminuição de 3,2 pontos percentuais, passando de 9,5%, em 2013, para 6,3%, em 2017.



As exportações são de longe superiores às importações nos serviços, ainda assim insuficientes para cobrir o déficit verificado na parte dos bens.

Tabela 203 – Saldo da balança comercial de bens e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Importação	60 201,0	64 131,0	60 059,0	66 384,2	77 205,6
Exportação	5 740,2	6 699,5	6 644,3	5 973,1	4 892,2
Reexportação	21 831,1	22 977,8	14 657,7	11 960,5	20 906,7
Balança Comercial	-54 460,8	-57 431,5	-53 414,7	-60 410,8	-72 313,6
Taxa de Cobertura	9,5	10,4	11,1	9,0	6,3

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 204 – Saldo da balança comercial de serviços (2013-2017)

	2013 ^P	2014 ^P	2015 ^P	2016 ^P	2017 ^P
Balança Comercial	24 831	21 703	22 400	25 557	27 864
Importação	28 843	30 639	27 478	30 717	34 442
Exportação	53 673	52 342	49 878	56 274	62 305

Apresentação normalizada de acordo com o 6º Manual do FMI

Fonte: Banco de Cabo Verde